

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

IVERSON CUSTÓDIO KACHENSKI

A PROBLEMÁTICA DA NORMATIVIDADE: CONVERGÊNCIAS E DISSONÂNCIAS  
ENTRE MICHEL FOUCAULT E GEORGES CANGUILHEM

CURITIBA

2022

IVERSON CUSTÓDIO KACHENSKI

A PROBLEMÁTICA DA NORMATIVIDADE: CONVERGENCIAS E DISSONÂNCIAS  
ENTRE MICHEL FOUCAULT E GEORGES CANGUILHEM

Dissertação submetida para exame de qualificação ao  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia  
Universidade Católica do Paraná para a obtenção do  
título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Candiotto

CURITIBA

2022

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 212  
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Iverson Custódio Kachenski**

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às 16horas, reuniu--se por videoconferência a Banca Examinadora constituída pelos professores: Prof. Dr. Cesar Candiotto, Prof. Dr. Vinícius Armiliato e Prof. Dr. Caio Augusto Teixeira Souto para examinar a dissertação do mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, **Iverson Custódio Kachenski**, ano de ingresso 2020, intitulada: A PROBLEMÁTICA DA NORMATIVIDADE: CONVERGÊNCIAS E DISSONÂNCIAS ENTRE MICHEL FOUCAULT E GEORGES CANGUILHEM. Após apresentação e defesa da Dissertação, o mestrando foi aprovado pela Banca Examinadora. Proclamados os resultados, o Presidente da banca outorga ao candidato o título de Mestre em Filosofia. A sessão encerrou-se às **17h59**. Os avaliadores participaram da defesa por videoconferência e estão de acordo com os termos acima descritos. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelo presidente da banca e pela coordenação do Programa.

Presidente:

Prof. Dr. Cesar Candiotto – PUCPR



Membro Externo:

Prof. Dr. Vinícius Armiliato – PUCPR – Participação vídeo conferência

Membro Externo:

Prof. Dr. Caio Augusto Teixeira Souto – UEAP – Participação vídeo conferência



**Prof. Dr. Federico Ferraguto**  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
em Filosofia – *Stricto Sensu*



Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central  
Sônia Maria Magalhães da Silva – CRB 9/1191

K11p  
2022

Kachenski, Iverson Custódio

A problemática da normatividade : convergências e dissonâncias entre Michel Foucault e Georges Canguilhem / Iverson Custódio Kachenski ; orientador: Cesar Candiotto. – 2022.

114 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2022

Bibliografia: 109-114

1. Teoria do conhecimento. 2. Normatividade (Ética). 3. Arqueologia e história. 4. Filosofia. I. Candiotto, Cesar. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

CDD. 22. ed. – 100

A Maria da Luz Kachenski (*in memoriam*), querida vó que me ensinou os valores cristãos, através da experiência de uma vida voltada ao amor e ao perdão, deixando-me a saudade eterna de sua presença. A Angela Beatriz Custódio Kachenski e Antônio Raul Kachenski, amados pais que me inculcaram desde muito cedo a vontade voraz pelo saber. A Maria Lúcia Rodrigues da Cruz, irmã de existência nos momentos mais sombrios e, ao mesmo tempo, fulgurantes de minha vida.

Agradeço ao meu orientador, professor doutor César Candioto, pela paciência e extrema dedicação neste percurso de dois anos de mestrado, indicando-me às melhores leituras que tornaram possível a construção deste trabalho de dissertação.

“Vontade de não dar sentido algum às coisas, às palavras e à própria vida. Assim como é a vida na realidade ausente de sentido.”

**(HILDA HILST)**

## RESUMO

Esta dissertação visa apontar as articulações entre a arqueologia de Michel Foucault e a epistemologia de Georges Canguilhem no que diz respeito à problemática da normatividade. Nesse sentido, enfatizamos as reflexões de Canguilhem em torno da biologia, considerando-a no âmbito da análise histórica desta ciência e centrada no estudo de seus conceitos, da recorrência e da descontinuidade. Na sequência, percorremos analiticamente estas noções na arqueologia de Michel Foucault, situando-as em outros níveis de problematização, quais sejam, o da percepção, o do olhar médico e o dos saberes. Partimos de alguns textos de Foucault dos anos 60 (*História da Loucura*, 1961, arqueologia da percepção; *O Nascimento da clínica*, 1963, arqueologia do olhar; *As palavras e as Coisas*, 1966, arqueologia do saber), indicando seu distanciamento e suas convergências em relação à epistemologia da biologia de Georges Canguilhem. Para a realização desse intento, consistente em mostrar a presença de uma normatividade na história arqueológica, percorremos as noções de experiência fundamental, olhar médico e episteme, lidas especialmente pela recepção crítica de Roberto Machado – *Foucault, a Ciência e o Saber* (2007); Vera Portocarrero – *As Ciências da Vida: De Canguilhem a Foucault* (2009); Márcio Alves da Fonseca- *Michel Foucault e o Direito* (2012), Guillaume Le Blanc - *Canguilhem e as normas* (2008) e Pierre Macherey – *De Canguilhem à Foucault: A Força das normas* (2009). Na última fase deste trabalho, adentraremos na arqueologia da biologia a partir do conceito vida, abordado em *As Palavras e as Coisas*, buscando confrontá-la com a leitura de Georges Canguilhem sobre o mesmo tema, especialmente em torno da questão do vitalismo. Por fim, passamos ao nível da errância no pensamento de Canguilhem, mostrando suas especificidades ou alterações, sobretudo antes e a partir da publicação do texto das *Novas Reflexões*, traçando sua relação teórica com Michel Foucault e Friedrich Nietzsche, no que diz respeito ao acaso do acontecimento. Por isso, ressaltamos que a errância faz parte da normatividade vital, assim como o acaso do acontecimento faz parte da normatividade da episteme.

**Palavras-chave:** Epistemologia Histórica. Normatividade. História Arqueológica. Vida.

## ABSTRACT

This dissertation aims to point out the articulations between Michel Foucault's archeology and Georges Canguilhem's epistemology with regard to the problematic of normativity. In this sense, we emphasize Canguilhem's reflections on biology, considering it within the scope of the historical analysis of this science and centered on the study of its concepts, recurrence and discontinuity. Next, we analyze these notions in Michel Foucault's archeology analytically, placing them at other levels of problematization, that of perception, the medical look and knowledge. We start with some texts by Foucault from the 1960s (History of Madness, 1961, archeology of perception; The birth of the clinic, 1963, archeology of the gaze; The Order of Things, 1966, archeology of knowledge), indicating their distance and convergences. in relation to Georges Canguilhem's epistemology of biology. In order to carry out this attempt, which consists of showing the presence of a normativity in archaeological history, we went through the notions of fundamental experience, medical gaze and episteme, read especially by the critical reception of Roberto Machado – Foucault, Science and Knowledge (2007); Vera Portocarrero – Life Sciences: From Canguilhem to Foucault (2009); Márcio Alves da Fonseca- Michel Foucault and the Law (2012), Guillaume Le Blanc - Canguilhem and the norms (1998) and Pierre Macherey - From Canguilhem to Foucault: The Force of norms (2009). In the last phase of this work, we will delve into the archeology of biology from the concept of life, discussed in The order of Things, seeking to confront this Foucauldian project with the reading of Georges Canguilhem on the same theme, especially around the question of vitalism. Finally, we move on to the level of wandering in Canguilhem's thought, showing its specificities or alterations, especially before and after the publication of the text of New Reflexions, tracing his theoretical relationship with Michel Foucault and Friedrich Nietzsche, with regard to the chance of the event. Therefore, we emphasize that wandering is part of the normativity of life, just as the chance of the event is part of the normativity of the episteme.

**Keywords:** Historical Epistemology. Normativity. Archeological History. Life.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO I.</b>	
<b>A EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA DE CANGUILHEM E A NORMATIVIDADE.....</b>	<b>7</b>
1.1 GEORGES CANGUILHEM - A HISTÓRIA DOS CONCEITOS, A DESCONTINUIDADE E A NORMATIVIDADE, DESCONTINUIDADE.....	8
A HITORICIDADE DOS CONCEITOS.....	13
A DESCONTINUIDADE .....	18
A NORMATIVIDADE.....	20
1.2 O PROJETO DE CANGUILHEM EM O NORMAL E O PATOLÓGICO: DISTINÇÕES ENTRE O TEXTO DE 1943 E AS NOVAS REFLEXÕES (1963-1966) .....	22
1.3 NORMATIVIDADE, NORMATIVIDADE VITAL E NORMALIDADE: ESCLARECIMENTOS CONCEITUAIS NORMATIVIDADE.....	28
CONSIDERAÇÕES AO CAPÍTULO I.....	43
<b>CAPÍTULO II.</b>	
<b>O NASCIMENTO DO MÉTODO ARQUEOLÓGICO E A NORMATIVIDADE EM FOUCAULT.....</b>	<b>44</b>
2.1. O MÉTODO DE FOUCAULT E A NORMATIVIDADE.....	45
2.2.A EXPERIÊNCIA FUNDAMENTAL DA LOUCURA E A NORMATIVIDADE.....	48
2.3.A NORMATIVIDADE NA RELAÇÃO ENTRE OLHAR E LINGUAGEM EM <i>O NASCIMENTO DA CLÍNICA</i> .....	63
2.4. A HISTÓRIA ARQUEOLÓGICA É <i>DESCRITIVA</i> OU <i>NORMATIVA</i> ? –UMA LEITURA DO CONCEITO DE <i>EPISTEME</i> .....	72
CONSIDERAÇÕES AO CAPÍTULO II.....	80
<b>CAPÍTULO III.</b>	
<b>A HISTÓRIA ARQUEOLÓGICA DA BIOLOGIA E O CONCEITO DE ERRO NO PENSAMENTO DE FOUCAULT E CANGUILHEM.....</b>	<b>81</b>
3.1 A PRIORI HISTÓRICO E A PRIORI BIOLÓGICO.....	82
3.2 DA HISTÓRIA NATURAL A BIOLOGIA COMO CIÊNCIA DA VIDA: CONLUÊNCIAS ENTRE CANGUILHEM E FOUCAULT.....	86

3.2 O ERRO COMO FUNDAMENTO DA VIDA: INTELUCUÇÕES ENTRE FOUCAULT E CANGUILHEM.....	93
CONSIDERAÇÕES AO CAPÍTULO III.....	102
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>109</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação consiste em analisar a repercussão da epistemologia histórica de Georges Canguilhem na história arqueológica de Michel Foucault. Mais especificamente, até que ponto o livro *O normal e O patológico* e outros escritos do diretor de tese de Foucault teriam sido importantes para aventar a possibilidade da existência de uma certa *normatividade* em sua arqueologia? Neste intuito, será percorrida a trajetória de escritura que compreende a Arqueologia da Percepção da loucura (*História da Loucura, 1961*), a Arqueologia do Olhar médico (*O Nascimento da Clínica, 1963*) e a Arqueologia do Saber (*As Palavras e as Coisas, 1966*). Busca-se analisar os diversos matizes de uma possível normatividade, enquanto aquilo que confere o grau normativo aos saberes de determinada época, e como isso se expressa na arqueologia de foucaultiana a partir de suas convergências e dissonâncias em relação à noção canguilhemiana de normatividade<sup>1</sup>.

Para isso, colocaremos em destaque as interpretações que *aditem* a presença da normatividade na produção foucaultiana dos anos 60, especialmente a de Roberto Machado, e aquelas que consideram que nestes livros essa normatividade não é tão evidente ou, até mesmo, inexistente, como parece ser a posição de Vera Portocarrero a respeito. Em *História da Loucura na Idade Clássica (1961)*, Foucault enfatiza que o saber psiquiátrico se apropria dos critérios de objetividade e neutralidade da medicina do século XIX e, mais do que isso, encontra na doença mental a localização do seu objeto. Para indicar o modo como a normatividade se expressa neste texto de 61, Roberto Machado realça a expressão *experiência fundamental*<sup>2</sup> e se ela poderia ser *tomada como norma* para delimitar as diferentes compreensões da loucura, do Renascimento à Modernidade, com ênfase no seu enclausuramento clássico. Já no livro de 1963, *O nascimento da Clínica*, a presença da normatividade poderia ser encontrada na relação entre as categorias de superfície e profundidade do olhar médico, no deslocamento da protoclinica a anatomoclínica moderna.

---

<sup>1</sup> Atentando-se, sobretudo, no campo terminológico desse conceito buscaremos compreender como a normatividade se manifesta nos trabalhos de Michel Foucault dos anos 60 e, de certo modo, se há qualquer vinculação (direta ou indireta) com a produção teórica de Georges Canguilhem a respeito, lendo-a em suas respectivas possibilidades (I- normatividade científica enquanto conceito fundamental da epistemologia histórica; II- O conceito de normatividade vital como inerente ao próprio ser vivo e III- A normatividade social, cuja intenção principal é a de constituir normas visando a normalização dos sujeitos).

<sup>2</sup> Podemos considerar que, de certo modo, este conceito esteve inicialmente vinculado a um tipo de preocupação fenomenológica. Todavia, Foucault passa a tomar outro viés no que tange ao tema da experiência da loucura que, segundo Todd May, pode ser sintetizado da seguinte maneira “Se a loucura é histórica, então o projeto não é mais um projeto de explicar como ela emerge, mas de traçar as formas sucessivas pelas quais a experiência da loucura é moldada.” (MAY, 2016, p. 362)

Quanto às contribuições de *As Palavras e As Coisas* (1966), são primordiais para compreender as condições históricas de possibilidade dos saberes, especialmente a noção de *episteme*. Assim, a *episteme* poderia se caracterizar como uma espécie de normatividade que regula a apreensão de saberes cognoscíveis em determinada época, especialmente na Idade Clássica e na Modernidade. Próxima dessa posição, também defendida por Machado, é a leitura de Pierre Macherey, presente em seu livro, *De Canguilhem à Foucault: la forces des normes*. Consoante ele, o pensamento de Foucault acerca da norma “está orientado para a constituição de uma figura de anormalidade - este é, de fato, o problema essencial da história da loucura<sup>3</sup>”(MACHEREY, 2009, p.74). Em outro sentido, temos o posicionamento da professora Vera Portocarrero, em seu livro *As ciências da Vida: De Canguilhem à Foucault* (2009), que indica o distanciamento da história arqueológica no que concerne aos procedimentos judicativos, ou seja, passando a trabalhar em outro nível, o dos saberes, isso apenas em *As Palavras e as Coisas*. Segundo esta autora, estas noções de *experiência fundamental*, *olhar médico* e *episteme* têm uma conotação mais descritiva do que propriamente normativa, já que a arqueologia de Foucault, à diferença do olhar epistemológico, não se preocupa com a verdade das ciências, inclusive das chamadas “ciências” humanas, mas somente com a coerência epocal presente na percepção da loucura, no olhar médico ou na *episteme* de uma época<sup>4</sup>.

Nesta dissertação buscamos identificar, portanto, uma possível presença da normatividade na arqueologia de Foucault a qual, embora não tenha a mesma conotação que as epistemologias - pois estas já partem da verdade das ciências<sup>5</sup> -, indica, antes, um lugar determinado a partir do qual se propõe uma história diferente. Assim é que a verdade psiquiátrica é submetida à experiência fundamental advinda da percepção da loucura; a verdade médica da doença depende das mudanças institucionais do “olhar médico”, a verdade das ciências humanas somente é apreensível diante da nova disposição assumida pelos saberes.

Para Machado, “a arqueologia não abandonou a exigência da normatividade postulada pela história epistemológica. O que ela faz é deslocar e modificar os critérios, com o objetivo de estabelecer princípios históricos de organização dos discursos” (MACHADO, 2007, p.166). O que perfaz as condições de possibilidade que configuram o exercício dos saberes, portanto, é o a priori histórico e não o biológico. Machado entende que isso é particularmente evidente

---

<sup>3</sup> “Est orientée vers la constitution d'une figure de l'anormalité - c'est bien le problème essentiel de l'histoire de la folie.”

<sup>4</sup> Isso, a nosso ver, o fato de uma *episteme* ser descritiva não a destitui de sua possível normatividade.

<sup>5</sup> A pesquisadora da Fiocruz, Dina Czeresnia, sintetiza essa questão da seguinte maneira: “A ciência é uma produção cultural, um objeto construído. É um conjunto de proposições articuladas sistematicamente, um tipo específico de discurso que tem a pretensão de verdade. É a questão da verdade que determina a originalidade das ciências com relação a outras manifestações culturais.” (CZERESNIA, 2010, p.711).

na noção de “experiência fundamental” em *História da loucura*, e de *episteme* em *As palavras e as coisas*. A partir da primeira, Foucault teria situado esta normatividade, não nas teorias a respeito da loucura, desde o Renascimento até a Modernidade, passando pela Idade Clássica, mas a partir do desnível destas teorias com a percepção da loucura nestas diferentes épocas. Este cruzamento lhe permite afirmar que cada época tem uma experiência perceptiva fundamental da loucura. No Renascimento, uma experiência cósmica (possessão demoníaca), na Idade Clássica uma percepção ontológica (desrazão), na Modernidade, uma experiência antropológica (loucura como déficit das faculdades mentais). No entanto, cada uma destas experiências, cada uma na sua diferença, remete a uma experiência fundamental da loucura, que é, por sua vez, uma percepção histórica e ao mesmo tempo trágica (não uma experiência originária) de sequestro da loucura pela razão. Este sequestro começa no final da Idade Média com a Nau dos Loucos e sua conotação de possessão, prossegue com o Grande Internamento clássico e o aprisionamento moral do louco no *Hospital Geral*, e desemboca na Modernidade com seu encerro no asilo e seus *processos de medicalização*. Nesse sentido, partiremos da observação de Foucault em *História da Loucura* para compreender arqueologicamente a “espessura histórica de uma experiência” e de que modo, pelo olhar normativo dessas diferentes experiências, “se tornou possível um conhecimento da loucura” (FOUCAULT, 2010, p.208).

Não obstante, objetivamos saber se a noção de normatividade em Canguilhem converge com a possível identificação de uma normatividade na arqueologia de Michel Foucault. Seja lembrando que a normatividade vital<sup>6</sup> em Canguilhem é tratada ao nível do biológico, do orgânico, não podendo ser vista a partir de categorias, como a de anormal. O que faz Canguilhem, tal como Michel Foucault, é pensar que a ciência biológica não está dissociada do social e da história, mas devemos lembrar que o objeto da ciência de forma alguma é o mesmo da história das ciências<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup>Tal conceito, como afirma Dina Czeresnia é devedor do pensamento de Nietzsche, pois “a normatividade vital é filiada ao de vontade de poder” desse modo “o conceito de normatividade vital encontra o de vontade de poder como uma potência que realiza a própria vida orgânica.” (CZERESNIA,2012, p.81). Além disso, o conceito de normatividade vital passa a assumir outro direcionamento teórico nos estudos de Canguilhem da década de 60, especialmente com a publicação das *Novas Reflexões Referentes ao Normal e ao patológico (1963- 1966)*. Com o advento das pesquisas em genética molecular, sobretudo a luz da noção de erro do código genético, Georges Canguilhem levará o conceito ao nível de possibilidades oriundas desses processos bioquímicos que regulam a vida.

<sup>7</sup> Canguilhem admoesta aos incautos acerca dessa questão na introdução do livro *O Conhecimento da Vida*, cujo título atribuído foi *O Pensamento e o Vivente*. Neste texto, ao tratar da relação entre ciências da vida e o vivente, Canguilhem sustenta que, “O conflito não é entre o pensamento e a vida no homem, mas entre o homem e o mundo na consciência humana da vida. O pensamento não passa de um deslocamento do homem e do mundo que permite o recuo, a interrogação, a dúvida (pensar é pensar, etc), diante do obstáculo surgido. O conhecimento consiste

Além disso, nosso intento neste trabalho será o de mostrar que o conceito de normatividade vital é mais próximo ao de *vontade de potência* de Friedrich Nietzsche<sup>8</sup>. Em contrapartida, os conceitos de *experiência fundamental* e *episteme* partem de outro lugar. O primeiro, remete ao debate com a fenomenologia dos anos 60, ao tratar de compreender a loucura numa dada origem, mesmo que marcara historicamente por uma separação de caráter trágico. Já o segundo conceito, a *episteme*, se coloca na esteira do conjunto de discussões desdobradas do método estrutural, ao assumir as condições de possibilidade dos saberes a partir dos sistemas de pensamento de cada época, mesmo que estes últimos tenham uma conotação histórica.

Mais adiante, indicaremos o trajeto arqueológico acerca da noção de normatividade em Foucault e Canguilhem adentrando, fundamentalmente, em suas reflexões sobre a Biologia. O pensamento de Michel Foucault em *As palavras e as Coisas* nos auxiliará a compreender o deslocamento da história natural para o campo da biologia propriamente dito. Essa incursão servirá pra mostrar o aparecimento de outra episteme e seus possíveis aspectos normativos. As reflexões de Canguilhem sobre os fundamentos da Genética, especialmente no que concerne a noção de erro (código genético), estarão presentes nesta etapa do trabalho, no intuito de problematizarmos o sentido valorativo atribuído à normatividade vital. Por fim, passamos ao nível da errância no pensamento de Canguilhem, mostrando suas especificidades ou alterações, traçando sua relação teórica com Michel Foucault e Friedrich Nietzsche, no que diz respeito ao acaso do acontecimento. Por isso, pretendemos ressaltar que a errância faz parte da normatividade vital, assim como o acaso do acontecimento faz parte da normatividade da episteme.

---

concretamente na busca da seguridade pela redução dos obstáculos, na construção de teorias de assimilação. Ele é, então, um método geral para a resolução direta ou indireta das tensões entre o homem e o meio. (CANGUILHEM, 2012, p. 2)

<sup>8</sup>A esse respeito esclarece o professor Francisco Verardi Bocca que em *O Conhecimento da Vida* Canguilhem “aproxima a noção de normatividade vital à noção nietzschiana de vontade de poder; ambas potências que ensejam enquanto impulso interno a vida orgânica. Não tem outro fim senão o de configurar formas que visam incorporar ou se apropriar do mundo material exterior. É verdade que ambas proporcionam conservação, mas pela transformação consequente com a manifestação da força auto organizadora do ser vivo” (BOCCA, 2020, p.136)

## ***CAPÍTULO I.***

### **A EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA DE CANGUILHEM E A NORMATIVIDADE**

Neste primeiro capítulo procuramos destacar os principais aspectos da epistemologia histórica de Georges Canguilhem e sua relação com a noção de normatividade. A epistemologia histórica, aqui representada por seu pensamento, considera que uma normatividade é interna a um domínio específico do discurso científico: a isso podemos denominar de normatividade científica.

Ela também parte sempre da atualidade da ciência para, depois, direcionar o olhar sobre os acertos e erros do passado, com seus obstáculos e rupturas epistemológicas. São analisadas suas principais observações teóricas da história da ciência, quais sejam: ser ela conceitual, descontínua e normativa.

Ao adentrarmos no campo da normatividade a partir do pensamento de Georges Canguilhem, colocamos em tela as perceptivas biológicas e sociais abordadas pelo filósofo, adentrando em suas especificidades. Com este Capítulo, buscamos identificar os principais elementos da epistemologia canguilheana que se articulam, em suas convergências e dissonâncias, com a história arqueológica de Michel Foucault.

Pretendemos investigar se a normatividade da qual trata Canguilhem é a mesma que pode ser encontrada no pensamento foucaultiano, na hipótese de que ela realmente esteja presente nas pesquisas do arqueólogo do saber.

## 1.1. GEORGES CANGUILHEM - A HISTÓRIA DOS CONCEITOS, A DESCONTINUIDADE E A NORMATIVIDADE

Quando traça alguns pontos de contato entre arqueologia e epistemologia<sup>9</sup>, Roberto Machado afirma que a história epistemológica busca “estabelecer a historicidade da ciência – situando-se em uma perspectiva filosófica e distinguindo-se, por conseguinte, das disciplinas propriamente históricas ou científicas” (MACHADO, 2007, p.7). Mas esta historicidade da ciência, sustentada pela epistemologia histórica de Canguilhem, tem uma posição diferente da epistemologia positivista<sup>10</sup>, mesmo que, de certo modo, para dar conta de um tipo de problema relacionado a verdade científica, Canguilhem estabeleça diálogo frontal com o pensamento de Augusto Comte<sup>11</sup>. Não obstante, a concepção positivista concentra-se na ideia de progresso, no sentido de que a partir da atualidade de um saber tornado ciência se realiza a tradução histórica desse saber, mostrando como ele teve uma origem certa, através de uma linearidade e modificações que levaram a seu estágio atual. Essa é a maneira com que a epistemologia positivista faz para abordar os fenômenos históricos que aturaram na constituição das ciências.

A epistemologia positivista mostra, portanto, como superamos alguns erros, abandonando-os em direção à verdade, ou a certo critério de verdade. Para a epistemologia geral, em especial a positivista, haveria uma continuidade, ou seja, um saber científico que é

---

<sup>9</sup> Devemos ressaltar que não há epistemologia de modo universal, mas epistemologias. A epistemologia histórica, de Bachelard e Canguilhem, por exemplo, é um tipo específico de consideração epistemológica. Porém, como sustenta Gerard Lebrun “A epistemologia, como saber emancipado, só pode nascer porque conta com o positivismo -desde que se limite cuidadosamente o sentido dessa palavra ao que foi dito e elaborado no curso de Filosofia positivista de Comte”. (LEBRUN, 2006, p.135)

<sup>10</sup> O positivismo é tratado de diversas maneiras no interior da filosofia das ciências. Uma de suas repercussões teóricas está concentrada na escola de Viena, ou Círculo de Viena, conhecida também como neopositivismo. A esse respeito diz a professora Inês Lacerda Araújo em seu livro “Introdução à filosofia da Ciência”, ao tratar do valor empírico atribuído à legitimidade científica, que, “o empirismo atual se caracteriza por preconizar que todo conhecimento deve ter por base uma linguagem empirista relativa aos fatos observáveis e uma linguagem lógica e/ou matemática. As estruturas do mundo não podem ser conhecidas através do puro uso a priori da razão, a metafísica, ao invés de estar no ápice do conhecimento, como ocorre na perspectiva filosófica tradicional, quando indaga a respeito das causas e princípios primeiros, passa a ser considerada como desprovida de sentido por faltarlhe consistência empírica” (ARAÚJO, 2010, p.40). É bom ressaltarmos que o positivismo do qual Canguilhem usa para direcionar suas críticas é, exatamente, àquele clássico, ou seja, o de Augusto Comte. Apenas mencionamos o positivismo lógico no intuito de mostrar as reverberações dessa forma de pensamento nas mais diversas épocas.

<sup>11</sup> Para esclarecermos esta relação citamos o filósofo Jean François Braunstein, este sustenta que “se falamos em um diário da história das ciências, a disciplina foi inventada, requisitada, fundada por Comte e por seus discípulos. Mas penso que, até um período muito recente, as problemáticas de Comte no domínio da história das ciências ainda são válidas. Sobretudo, a questão da relação da ciência com a política, a questão da unidade ou da diversidade das ciências e a questão do progresso ou não das ciências são questões que tem um ar de resolvidas mas que ainda estão presentes pelo menos até Canguilhem, talvez mesmo até Foucault. Eu diria mesmo que elas estão presentes de modo quase institucional.” (BRAUSTEIN *apud*. ALMEIDA; CAMOLEZI, 2016, p.159)

verdadeiro ou é falso. Em contrapartida, a epistemologia histórica propõe outra maneira<sup>12</sup> de conceber as articulações entre ciência e produções de verdades. As verdades funcionariam exatamente porque dão conta de problemas específicos, dentro de cada tipo de saber científico. O que as tornam efetivas, portanto, seriam suas correlações em momentos da história, pairando num pretérito e alcançando determinado presente. Se para a epistemologia geral (positivista) os caminhos da verdade interagem com o progresso e ordenação de uma verdade cada vez mais depurada dos erros, para a epistemologia histórica o caminho da verdade não se dissocia do erro a partir de uma distinção em categorias que elevam o primeiro e rebaixam o segundo. Ambos são importantes para a epistemologia histórica, mas o fator que predomina nesta observação ocorre, como sustenta Pierre Macherey no posfácio à edição brasileira de *O normal e O patológico*, “pelo lado do objeto que se é naturalmente atraído: porque qualquer reflexão sobre a ciência, seja ela histórica ou essencial, parece extrair sua coerência da existência, da presença de fato de uma ciência constituída” (MACHEREY, 2009, p. 278).

Além disso, a epistemologia positivista atém-se à questão da verdade como objetiva, neutra e universal, ou mais especificamente, segundo Gerard Lebrun à “construção do discurso homogêneo que unifica a produção e o encadeamento de todos os enunciados ditos científicos” (LEBRUN, 2006, p.132). Isso define o modo peculiar com que a epistemologia positivista<sup>13</sup> aborda a história das ciências. Na epistemologia histórica encontramos outra dimensão, “ao analisar a ciência a partir do conceito considerado como elemento que melhor expressa a racionalidade, a normatividade interna do discurso científico” (MACHADO, 2007, p. 88). Por outro lado, encontramos já em Canguilhem uma relação inequívoca entre ciência e não ciência.

---

<sup>12</sup>Podemos compreender essa relação entre epistemologia geral e epistemologia histórica a partir do que sustenta o historiador Arno Wheling, que diz “ A epistemologia histórica relaciona-se, como procuramos demonstrar, com a epistemologia geral, na medida em que esta procura equacionar problemas oriundos da quebra do paradigma clássico, em suas versões científica, filosófica e histórica, fornecendo subsídios para o aperfeiçoamento do processo cognitivo da ciência enquanto uma das formas gerais do conhecimento. O papel de uma epistemologia histórica desdobra-se, assim, em dois aspectos simultâneos: ela é uma das abordagens epistemológicas possíveis da epistemologia geral, devido à natureza específica de certos fenômenos que se desenvolvem no território da "epistemologia das sucessões"; e fundamenta o "campo histórico", na medida que contribui para seu aperfeiçoamentoteórico através do controle crítico de seus processos explanatórios, como a precisão conceitual e a lógica do argumento. Sob este aspecto cabe-lhe uma posição "racionalista crítica" em face dos resultados - teóricos e não empíricos - da investigação histórica. Este ponto de vista poderia ser subscrito inclusive por aquelas posições nas quais a preocupação epistemológica não é, necessariamente, central, como as de Foucault e White, uma vez que a epistemologia teria papel geralmente corroborador mesmo em enfoques que remetessem para outros aspectos, como os estéticos e os éticos”. (WHELING,1992, p.164)

<sup>13</sup>Na interpretação de Gilles Deleuze há um tipo peculiar de positivismo no pensamento de Foucault. A esse respeito diz Deleuze “não cabe lamentar o abandono do romantismo que fazia, em parte, a beleza da História da Loucura, em favor de um novo positivismo. Esse positivismo rarefeito, ele próprio poético, talvez resulte em reativar, na disseminação das formações discursivas ou de enunciados, uma experiência geral, que é ainda o de um médico, clínico, diagnosticador, sintomatologia das civilizações (independentemente de toda *Weltanschauung*)” (DELEUZE, 2019, p. 23).

Para dar conta de seu aporte teórico, a epistemologia histórica trata da história dos conceitos, pensando a ciência como um processo em construção<sup>14</sup>, mas descontínuo, isto é, que se dá por rupturas sucessivas<sup>15</sup>. Como ressalta Roberto Machado, “se a razão tem uma história, só a história das ciências é capaz de demonstrá-la e indicar o seu itinerário” (MACHADO, 2007, p.7). Ainda neste percurso, podemos evidenciar outro modo de se lidar com a história das ciências, da qual Michel Foucault reconhecidamente obteve certas influências.

Devemos considerar que, a partir das palavras de Benedito Nunes:

O Positivismo de Foucault é o positivismo do texto. Inseguro, sempre na defensiva, esse positivismo tenta evitar qualquer interferência estranha no domínio difuso dos enunciados. Afirmando a presença objetiva destes, cujo sentido não depende dos atos do sujeito, nem requer um aprofundamento hermenêutico, Foucault golpeia as duas presenças associadas obsessivas, que ele dificilmente chama pelos seus nomes, da fenomenologia e da hermenêutica heideggeriana. Contra a primeira, afirma a existência material dos enunciados; contra a segunda, afirma que eles são não visíveis, mas não ocultos: não ocultos, porque se encontrariam efetivamente no que se diz e no que se escreve, e não visíveis, porque não se confundem com a unidade linguística da frase e com a unidade lógica da proposição. Os enunciados formam um campo descritível, que devemos aceitar na sua modéstia empírica, como lugar de acontecimentos, de regularidade, de relacionamentos, de modificações determinadas de transformações sistemáticas. É a modéstia empírica do positivista feliz, que Foucault descobre e aceita. (NUNES, 2010, p.71)

Nesse sentido, para tratarmos do ponto de chegada da arqueologia devemos compreender seu ponto de partida. Queremos saber até que ponto Michel Foucault segue um

<sup>14</sup> Numa análise filosófica bem elaborada, o professor Gildo Magalhães aduz que “Canguilhem aponta que a distinção entre o falso e o verdadeiro é um problema epistemológico para a prática da história da ciência que implica no modo pelo qual se constroem os conhecimentos científicos. Como a ciência critica os falsos saberes, seria razoável propor que a ciência é uma crítica das ideologias científicas? Lembra então que a popularização da noção de ideologia decorre da vulgarização do pensamento de Marx, que denuncia as ideologias em nome das ciências da história e da economia política, como pretende instituir. A pergunta passa a ser se uma ideologia científica pode ser compreendida na noção geral de ideologia no sentido marxista e a resposta é que isto seria uma contradição lógica, já que toda ideologia seria ilusória e a ciência revela a realidade, ainda que construída sobre as bases materiais da sociedade” (MAGALHÃES, 2016, p. 101). Essa reflexão está pautada na leitura do professor Magalhães do último livro de Canguilhem, intitulado *Ideologia e racionalidade na história das ciências*.

<sup>15</sup>Essa questão da abordagem de uma descontinuidade ou ruptura no pensamento tanto de Canguilhem como de Foucault é algo de extrema complexidade. Há aqueles que assumem a presença da descontinuidade na produção teórica de Canguilhem, tal como sustenta Tiago Santos Almeida ao dizer que o médico francês trabalha com pesquisas “marcadas pela descontinuidade, pelo reconhecimento de temporalidades múltiplas, pelo problema dos deslocamentos e transformações dos conceitos e pela nova maneira de relacionar as escalas micro e macroscópicas, caracterizam o novo estilo historiográfico” (ALMEIDA, 2018, p.28). No outro sentido, encontramos propostas que afirmam a presença da noção de ruptura na produção teórica de Michel Foucault, tal como sustenta Paul Veyne ao assentir que “A tarefa de um historiador Foucault ano é perceber essas rupturas sobre as continuidades enganosas” (VEYNE, 2011, p..33). Essas duas interpretações nos indicam o problema de se assumir que Foucault apenas trabalhou os acontecimentos da história por meio da ideia de rupturas ou de descontinuidade. Nós optamos, ao longo da elaboração deste trabalho, pelas duas nomenclaturas.

percurso, substancialmente, similar ao que pode ser encontrado no pensamento de Canguilhem, sobretudo quando trata das condições de possibilidade e, também, de existência dos discursos científicos. Ressalvadas suas diferenças, a arqueologia tem alguma similaridade com essa posição da epistemologia canguilhemiana. O percurso de ambos, tanto da história arqueológica como da epistemologia histórica, deixa de lado o desenvolvimento linear da prática científica. Embora a noção de “ruptura epistemológica” não possa ser identificada à noção de descontinuidade arqueológica<sup>16</sup>, que será problematizada especialmente no livro de 1966, *As palavras e as coisas*, há certas similitudes entre elas, com o detalhe que uma avalia o desenvolvimento científico e a outra se limita ao campo dos saberes<sup>17</sup>.

Nesse sentido, consideramos fundamental ressaltar o percurso da arqueologia através do que descreve Foucault em *A Arqueologia do Saber*, assumindo ser preocupação do arqueólogo:

O campo epistemológico, a episteme, onde os conhecimentos (...) enraízam sua possibilidade e manifestam, assim, uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidade (...) o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico. Mais do que uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma arqueologia. (FOUCAULT, 2000, p. 145-146)

No mesmo sentido, o objetivo principal de Canguilhem não era revelar (desvelar) a verdade externa da ciência, mas buscar a normatividade interna dela. Em *O normal e o patológico* (1943), sua obra mais célebre, bem como nas *Novas Reflexões Referentes ao Normal e ao Patológico* (1963-1966), Canguilhem buscou mostrar a relação entre o normal e o patológico, colocando em evidência as noções de vida, de normal e de doença. Porém, é a partir de seus trabalhos da década de 1950 que Canguilhem fará determinados trabalhos em epistemologia histórica, como o célebre estudo sobre *A formação do conceito de Reflexo* e, também, o texto intitulado *Um novo conceito em Patologia: o Erro*. Nesse sentido, o

---

<sup>16</sup>Essa visão está presente no VII capítulo de *As palavras e as coisas*. Nele Foucault introduz afirmando que “ Os últimos anos do século XVIII são rompidos por uma descontinuidade simétrica àquela que, no começo do século XVII, cindira o pensamento do Renascimento; então, as grandes figuras circulares em que se encerrava a similitude tinham-se deslocado e aberto para que o quadro das identidades pudesse desdobrar-se; e esse quadro agora vai por sua vez desfazer-se, alojando-se o saber num espaço novo. Descontinuidade tão enigmática em seu princípio, em seu primitivo despedaçamento, quanto a que separa os círculos de Paracelso da ordem cartesiana” (FOUCAULT, 2000, p.297)

<sup>17</sup> Nesse sentido, analisa Judith Revel que “Os mal-entendidos engendrados nos anos 60 pelo uso da noção devem-se a dois motivos: de um lado, interpreta-se a episteme como um sistema unitário, coerente e fechado, isto é, como uma coerção histórica, que implica uma sobre determinação rígida dos discursos; e, de outro lado, acusa-se Foucault de um certo relativismo histórico, isto é, ele foi instado a explicar a ruptura epistêmica e a descontinuidade que a passagem de uma episteme a outra necessariamente implica”. (REVEL, 2005, p.41)

historiador das ciências foi além da mera definição de normal e patológico, permitindo ao leitor compreender o modo como operam as decisões da razão a respeito do patológico e da objetivação do sujeito anormal. Isso é algo extremamente significativo a tal ponto que, como afirma Vladimir Safatle (2011, p.11), será “uma das ideias fundamentais de uma combativa tradição epistemológica do século XX que tem nomes como Michel Foucault e Georges Canguilhem em lembrar que a doença, o patológico, não tem gramática própria<sup>18</sup>”.

Para Canguilhem a história das ciências deve tratar dos conceitos científicos e seu aparecimento sempre atrelado aos fatos da cultura, à própria visão de mundo (política, social e econômica) que influencia os critérios de racionalidade, bem como de normatividade, do discurso científico em cada momento da história.

Ao explicar este fator da história epistemológica de Canguilhem, escreve Vladimir Safatle que:

Se o pensamento científico não forma uma série independente, mas está ligado a um quadro mais amplo de ideias historicamente determinadas é porque a reflexão epistemológica não deve se perguntar apenas sobre os poderes e direitos de técnicas e proposições científicas que aspiram validade, mas deve esclarecer a gênese dos padrões de racionalidade e as condições de exercício que se encarnam em técnicas e proposições, assim como se encarnam nas outras formações discursivas que compõem o tecido social. (SAFATLE, 2011, p.16)

A produção teórica de Canguilhem perpassa os conceitos como elementos primordiais da ciência. Primeiro, porque é através dos conceitos que a ciência inicia a sua pretensão de verdade e, somente depois, passa ao nível da experiência<sup>19</sup>. Para Canguilhem, como assumiremos ao longo de todo este trabalho, os conceitos não se limitam tão somente a um domínio específico da ciência tendo ligação com diversas áreas do conhecimento. O exemplo utilizado por Canguilhem é o conceito de norma, empregado pelas ciências da vida, mas que adentra no âmbito do direito, da técnica e da própria saúde. Sua epistemologia história se preocupa em analisar a ciência de acordo com os elementos que legitimam a sua racionalidade, ou seja, a normatividade interna dos discursos científicos. Mais do que isso, ela centraria as discussões formativas da ciência a partir do seu presente, observando as discontinuidades

---

<sup>18</sup> SAFATLE, Vladimir. *O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem* in *scientiæ studia*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 11-27, 2011.

<sup>19</sup>Em seu texto intitulado *A Experimentação em biologia animal* Canguilhem analisa o modo como a ciência biológica opera. Nesse sentido, o filósofo sustenta que “O problema em biologia, diríamos, não é utilizar conceitos experimentais, mas constituir experimentalmente conceitos autenticamente biológicos” (CANGUILHEM, 2012, p.13)

provocadas no passado até chegar ao que ela é atualmente. A passagem de um conceito científico para o domínio extra-científico é um dos temas mais importantes da obra de Canguilhem. Por isso, para falarmos dessa perspectiva teórica, sobretudo a partir das contribuições de Georges Canguilhem, precisamos situar suas principais noções: *A historicidade dos conceitos, a descontinuidade e a normatividade*.

## A HISTORICIDADE DOS CONCEITOS

Os trabalhos de Georges Canguilhem trouxeram contribuições conceituais que podemos observar em sua filosofia do conceito científico, bem como na noção de ruptura epistemológica e de normatividade (considerada em seus diversos níveis: A normatividade científica, A normatividade vital e a Normatividade Social). Isso significa analisar os procedimentos de formação do conhecimento científico a partir da sua racionalidade, abandonando-se as categorias método e resultado, como estavam habituados os metodólogos<sup>20</sup>. É, portanto, através dos conceitos que se constitui a racionalidade científica. Segundo Roberto Machado, o conceito seria “uma denominação e uma definição; é um nome dotado de sentido capaz de interpretar as observações e as experiências” (MACHADO, 2007, p.20). Isso significa compreender a própria formação dos conceitos como modo de se entender a verdade científica<sup>21</sup>. Enquanto historiador da ciência Canguilhem esteve preocupado como esta verdade opera na sociedade (acadêmica ou não), chegando a interpelar sobre o assunto em seu texto *A Teoria Celular*.

---

<sup>20</sup>Ao delimitar esse campo de pensamento em torno da ciência o historiador Arno Wheling esclarece que “Por via de consequência, se torna necessário aclarar as relações da epistemologia histórica com a metodologia e a história da historiografia. Com a primeira, ela cumpre o papel de eliminadora, neutralizadora ou resolutora das aporias cognitivas do conhecimento histórico, que têm sequelas metodológicas, mas não são, especificamente, questões metodológicas’ os problemas da objetividade/objetivações na explanação, da natureza do processo, da elaboração conceptual, ou do significado das categorias apriorísticas na delimitação da investigação. Em qualquer das duas grandes vertentes metodológicas da história, a análise de sistemas sociais ou a hermenêutica, tais procedimentos epistemológicos revelam-se fecundos e promissores. Tal constatação não deve, obviamente, considerada toda a argumentação até aqui desenvolvida, implicar reduzir as virtualidades da epistemologia histórica a mera propedêutica metodológica. Epistemologia e metodologia são setores cognitivos cujas relações podem ser sumarizadas no sentido estritamente jurídico do conceito de autonomia: não são independentes entre si, nem vinculados são autônomos, porque relacionam-se guardando sua própria especificidade”. (WHELING, 1992, p. 164)

<sup>21</sup>Uma forma de compreendermos o processo de construção do conhecimento científico estaria pautada pelas ideias de contexto de justificação e contexto de descoberta. Podemos entendê-los da seguinte maneira: “O contexto da descoberta está relacionado, principalmente, com as origens psicológicas; as ideias. Já o contexto da justificação, preocupa-se com os resultados científicos. Absolutamente rígido, omite qualquer aspecto humano da ciência; extingue qualquer subjetividade. Por conseguinte, a lógica só se preocupa com o contexto da justificativa, ou seja, em analisar as relações entre os fatos e as teorias.” (RAICIK et al, 2015, p. 138)

### Problematiza Canguilhem:

É preciso nós mesmos sermos capazes de fazer progredir uma questão científica para termos sucesso na regressão histórica até as primeiras e canhestras tentativas daqueles que a formularam? Ou basta, para realizar a obra de historiador em ciências, realçar o caráter histórico, e mesmo ultrapassado, de tal obra, tal concepção, revelar o caráter caduco das noções, a despeito da permanência dos termos? Por fim e na sequência do que precede, qual é o valor, para a ciência, da história da ciência? A história da ciência não seria tão somente o museu de erros da razão humana, se o verdadeiro fim da pesquisa científica é subtraído do futuro? Nesse caso, para o sábio, a história das ciências não valeria a pena, pois, nesse ponto de vista, a história das ciências é história, mas não das ciências. Nessa via, podemos chegar a dizer a dizer que a história das ciências é muito mais uma curiosidade filosófica do que um estimulante do espírito científico. (CANGUILHEM, 2012, p.39-40)

Na produção teórica de Canguilhem, por exemplo, ele abordou a emergência dos conceitos de normal e patológico<sup>22</sup> bem como seus diversos procedimentos de abordagem para demonstrar o modo de operação da ciência. Por isso, ressalta Machado que “a importância dada ao conceito como expressão da norma de verdade do discurso científico, ou seu privilégio com relação aos outros aspectos da ciência, explica o fato de a epistemologia de Canguilhem ser uma história do conceito” (MACHADO, 2007, p.20-21). Sendo assim, tratar do conceito é delimitar seu funcionamento, sua operação nos discursos que se pretendem científicos. Um exemplo dessa aplicação é tratado por Canguilhem no campo da genética molecular. No momento em que o conceito de erro aparece para dar conta de determinados fenômenos de ordem genética, principalmente as mutações, seria plausível discuti-lo, analisá-lo, esmiuçá-lo filosoficamente. Esse novo conceito abarca, portanto, outras concepções de patologia o que, para Canguilhem, significará algo de extrema importância no campo da epistemologia histórica do conceito de erro. Olhando para o passado deste conceito, podemos entender que “o termo erro ocorreu naturalmente aos patologistas para designar um distúrbio cuja origem tem de ser procurada na própria função fisiológica, e não no agente externo” (CANGUILHEM, 1995,

---

<sup>22</sup>Encontramos tal reflexão em várias produções teóricas de Canguilhem. Uma destas resultou no texto O Normal e o Patológico, no qual Canguilhem sustenta que “Sem os conceitos de normal e de patológico o pensamento e a atividade do médico são incompreensíveis. Torna-se então grandemente necessário que esses conceitos sejam tão claros à apreciação médica quanto lhe são indispensáveis. O conceito de patológico é idêntico ao de anormal? Ele é o contrário ou o contraditório de normal? E normal é idêntico a são? Anomalia é a mesma coisa que anormalidade? Enfim, o que pensar dos monstros? Supondo-se ter sido obtida uma delimitação satisfatória do conceito de patológico em relação aos seus aparentados, acreditar-se-ia que o daltonismo seja um caso patológico tal como a angina do peito, ou que a doença azul seria tal como o paludismo e que entre uma enfermidade na ordem da vida de relação e uma ameaça permanente para a vida vegetativa há outra identidade além daquela do adjetivo que as qualifica na linguagem humana? A vida humana pode ter um sentido biológico, um sentido social, um sentido existencial. Todos esses sentidos podem ser indiferentemente retidos na apreciação das modificações que a doença inflige ao vivente humano. Um homem não vive unicamente como uma árvore ou um coelho.” (CANGUILHEM, 2012, p. 170)

p.222). O conceito é, portanto, a característica sincrônica, estrutural e sistemática do discurso científico.

O que nos leva a considerar, em sintonia a Roberto Machado que esses três aspectos indicam que:

A história epistemológica, considerando a ciência como produção de conhecimentos, privilegia o conceito, reconhecido como elemento que expressa a verdade científica, com relação aos outros aspectos da ciência, o que explica os limites das histórias descritivas dos historiadores e dos cientistas e dos cientistas, incapazes de estabelecer as inter-relações conceituais que permitem definir a racionalidade das teorias e interpretar as observações e as experiências. (MACHADO, 2007, p.26)

Além disso, inexistiriam critérios universais de racionalidade que definem a ciência como um modo de aplicação a todos os campos do saber, pois cada ciência funciona de acordo com seu critério de verdade, tais como a medicina, física, biologia, etc. Por isso a preocupação passa a ser sobre a particularidade do saber científico, ou seja, como no interior desses ramos científicos a verdade se aplica, se expressa. Em Bachelard, por exemplo, os critérios de cientificidade seriam os de coerência do método, enquanto no pensamento de Canguilhem o que deve ser avaliado em primeiro lugar são os valores.

Nesse sentido, ao resumir os componentes fundamentais do pensamento da epistemologia Histórica de Canguilhem diz Portocarrero que:

Do ponto de vista da epistemologia, o primeiro aspecto a ser enfatizado na obra de Canguilhem é que, a seu ver, a história das ciências possui uma dimensão histórica; ela será uma reflexão sobre o processo histórico de produção de conhecimentos científicos; sua função é avaliar a cientificidade do progresso do conhecimento em direção a verdade cada vez mais depurada dos erros iniciais. Esse afastamento se dá através da superação dos obstáculos epistemológicos, conceitos e teorias que impediriam seu progresso, afim de conferir maior racionalidade ao saber científico, lugar da razão por excelência, como bem mostra Roberto Machado em seu livro sobre ciência e saber, sobre Canguilhem e Foucault. A história epistemológica se caracteriza, ainda, pela normatividade e pela recorrência uma vez que julga a verdade instaurada pela ciência a partir da verdade científica mais atual. Deste modo, uma verdade científica absoluta e universal a ser alcançada na evolução de uma ciência é descartada por meio da história dos conceitos, sendo, portanto, conceitual. O conceito é concebido como contendo em si uma questão e uma interpretação já dadas, motivo pelo qual é possível se estabelecer uma análise judicativa das ciências. O método da epistemologia de Canguilhem é elaborado para dar conta das ciências da vida; ele não é geral nem aplicável à história de todas as ciências, mas acata as especificidades de cada região de cientificidade. (PORTOCARRERO, 2020, p.14)

Há o afastamento da legitimação lógica desse conhecimento científico, tendo como principal interesse sua formação conceitual histórica. Passa-se a compreender a dinâmica da racionalidade científica a partir das especificidades desses discursos (como operam, sobre o que dizem, de onde partem), e não de suas generalidades históricas. Isso significa tratar historicamente dos acontecimentos desses saberes considerados científicos, como uma espécie de epistemologia histórica. Neste percurso se encontram algumas especificidades, como por exemplo, a valorização do erro na história das ciências, deslocando a reflexão propriamente científica para questões da história dos conceitos<sup>23</sup>. Com a preocupação voltada à história conceitual, Georges Canguilhem compreende que os conceitos são instrumentos relevantes para entender o processo interno de produção e reconhecimento das ciências, sobretudo as ciências da vida<sup>24</sup>. Sendo assim, atribui-se que a ciência, enquanto fenômeno cultural, está alicerçada por conceitos que fundamentamos discursos que constituem a sua racionalidade. Podemos situar essa compreensão a partir do trabalho de Canguilhem em torno dos conceitos de norma e normal em diversas áreas. Os dois conceitos estão presentes em determinadas produções teóricas do filósofo francês<sup>25</sup>. Observando como esses conceitos são abordados a partir do olhar de uma epistemologia histórica, podemos considerar o que consta nas *Novas Reflexões Referentes ao Normal e ao Patológico (1963-1966)*.

Neste texto argumenta Canguilhem que:

O sentido dos conceitos de norma e de normal nas ciências humanas, em sociologia, em etnologia, em economia, leva a pesquisas que, quer se trate de tipos sociais, de critérios de inadaptação ou grupo, das necessidades e dos comportamentos de consumo, ou dos sistemas de preferência, se orientam, em última análise, para o problema das relações entre normalidade e generalidade. Se, de início, vou buscar alguns elementos de análise nas lições em que examinei, à minha maneira, alguns aspectos dessa questão, é unicamente para esclarecer, por meio da confrontação das normas sociais e das normas vitais, a significação específica destas últimas. É apenas tendo em vista o organismo que permito a

---

<sup>23</sup>Como lembra Elisabeth Roudinesco “Foucault acrescentou que O normal e o patológico é sem dúvida o seu livro mais significativo. Transmitia, disse ele, a essência da obra de Canguilhem: reflexão sobre a vida e a morte; valorização do estatuto de "erro" e racionalidade na história da ciência; insistência nas noções de descontinuidade e ruptura, norma e anomalia; e uma visão totalmente moderna da relação entre experimentação e conceitualização no campo da medicina”. (ROUDINESCO, 2008, p.2)

<sup>24</sup>Tema muito bem abordado pela professora Vera Portocarrero em seu livro *As ciências da vida: de Canguilhem à Foucault*, mais especificamente no primeiro capítulo intitulado Filosofia, História e Ciências da Vida. pp. 33-51.

<sup>25</sup>Devemos ressaltar que, na escrita deste trabalho, procuramos analisar tais conceitos (normal e patológico) em suas etapas temporais no pensamento de Canguilhem. Considerando os seguintes textos: *Ensaio Sobre alguns problemas relativos ao Normal e ao Patológico* (1943), *O texto intitulado O Normal e o Patológico* (1947) e as *Novas Reflexões Referentes ao Normal e ao Patológico* (1963-1966).

mim mesmo algumas incursões no estudo da sociedade. (CANGUILHEM, 2020, p.185)

Assim, podemos entender o conceito como um tipo de norma que confere legitimidade à verdade do discurso científico<sup>26</sup>. Não somente isso, é nesse modo descontínuo<sup>27</sup> de concepção dos conceitos na história<sup>28</sup> que tornará as contribuições da epistemologia histórica de Canguilhem um referencial para a história arqueológica de Foucault. Ocorre que, apesar de haver a pretensão de verdade no interior dos saberes científicos, nem todos podem ser considerados verdadeiros, já que a ciência leva consigo a possibilidade do erro como positividade.

Ela precisa carregar os impasses, tentativas e retomadas, continuidades e descontinuidades para, assim, alcançar o seu objetivo. Isso significa que, para Canguilhem, a ideia de progresso contínuo das ciências seria algo descabido. Esse progresso não parte de uma verdade geral, única e absoluta, que vai sendo alcançada a partir de um processo linear. Por isso o progresso das ciências só pode ser descontínuo<sup>29</sup>. Daí a importância do erro, segundo Canguilhem, pois ele nos permitiria “compreender o que foi um determinado modo de ser conceber a verdade, sendo isso tão importante quanto expor as razões da destruição posterior<sup>30</sup>” (CANGUILHEM, 2012, p.14). Sendo assim, essa observação de Canguilhem traça outro olhar acerca da história dos conceitos, não partindo de uma verdade sobre a qual recai toda

---

<sup>26</sup>O que sustenta Machado, assumindo que “É a importância dada ao conceito como expressão da norma de verdade do discurso científico, ou seu privilégio com relação aos outros aspectos da ciência, que explica o fato de a epistemologia de Canguilhem ser uma história do conceito e não uma história da teoria ou mesmo da ciência”. (MACHADO, 2007, p.20-21)

<sup>27</sup>Concordamos nesse aspecto com Tiago Santos Almeida, que diz “Sem dúvida a história dos conceitos, na obra de Canguilhem, serviu à defesa de certa concepção de descontinuidade em história. E, no entanto, é justamente a história do conceito de célula que está no centro da revalorização da circulação das ideias, da filosofia das ideias científicas, das tendências e das intenções intelectuais, enfim, da continuidade da cultura científica na obra de Canguilhem” (ALMEIDA, 2018 p.98).

<sup>28</sup> Em artigo intitulado “A vida: a Experiência e a Ciência”, Foucault indica muito bem esse aspecto da epistemologia histórica de Canguilhem. Diz Michel Foucault que a epistemologia histórica “se relaciona com a história dos” discursos verídicos”, ou seja, com os discursos que se retificam, se corrigem, e que operam em si mesmos todo um trabalho de elaboração finalizado pela tarefa do “dizer verdadeiro”. As ligações históricas, que os diferentes momentos de uma ciência podem ter uns com os outros, têm, necessariamente, essa forma de descontinuidade que constituem os remanejamentos, as reorganizações, a revelação de novos fundamentos, as mudanças de nível, a passagem para um novo tipo de objetos”. (FOUCAULT, 2000, p. 359)

<sup>29</sup> Noção apropriada por Foucault na sua produção teórica da história arqueológica. Nesse sentido encontramos a fala do historiador Peter Burke, ao afirmar que “O débito de Foucault em relação aos Annales pode ter sido menor do que deve a Nietzsche, ou aos historiadores da ciência como Georges Canguilhem, através de quem tomou conhecimento da noção de descontinuidade intelectual”. (BURKE, 1991, p.83)

<sup>30</sup> “Comprendre quelle était l'instruction du moment est aussi important que d'énoncer les raisons de la destruction ultérieure.”

racionalidade. Portanto, a epistemologia histórica concentra-se na intenção de se fazer história dos discursos e conceitos científicos.

## A DESCONTINUIDADE

O segundo aspecto da Epistemologia histórica, como mencionamos brevemente, é seu caráter descontínuo no modo de lidar com os conceitos. Mesmo que a ciência seja devir e, por isso, esteja em constante progresso, devemos considerar a descontinuidade como fundamento principal neste processo e, também, como fio condutor primordial para os surgimentos das verdades científicas. Em Canguilhem, teremos a problematização de uma história epistemológica que recorre às ciências da vida, em especial a biologia e a medicina. Desse modo, o filósofo inova ao fazer uma história epistemológica das ciências da vida que considera a descontinuidade como a alteração do ponto de vista teórico daquela ciência em determinada época. Ou seja, a ciência não se desenvolve de uma verdade mais antiga que caminha até uma atualidade de maneira evolutiva. A epistemologia histórica, em Canguilhem, afasta-se da ideia de que o progresso científico se daria na depuração dos erros até se alcançar a verdade, mas é “determinando o estatuto epistemológico dos conceitos de ‘supervalorização’, de ‘ideologia científica’ e de ‘normalidade’ que Canguilhem funda a conjunção dos temas da continuidade e da descontinuidade em história da biologia” (DELAPORTE, 1994, p.24). O erro contém em si importância para o caminho do progresso da ciência, indicando seus trajetos.

Mais do que isso, sustenta Vera Portocarrero que as ciências podem ser entendidas como um tipo de saber que:

Se constitui num processo de busca da verdade, cada vez mais depurada dos erros iniciais, por meio de um discurso, isto é, de um conjunto de proposições articuladas de modo sistemático, mas que não é um discurso exclusivamente verdadeiro. Estamos levando em consideração seu caráter de questionamento que se constitui de proposições verdadeiras e falsas; não apenas as soluções que foram mantidas até o presente como verdades. O erro tem uma positividade histórica, ele é necessário, como explica Canguilhem, por ser um caminho indispensável à formulação de novos saberes, sempre que contribui para a construção de conceitos fundamentais para compreender a configuração de uma nova racionalidade. (PORTOCARRERO, 2009, p.85-86)

A epistemologia histórica considera fundamental, além da formação dos conceitos (por exemplo, vida, norma, doença) o aspecto descontínuo dos saberes. Assim sendo, o pensamento científico incorpora-se através do sentido axiológico dado aos discursos com pretensão de

verdade<sup>31</sup>. Não obstante, seria o papel da história epistemológica refletir sobre os critérios de cientificidade presentes nesses discursos, buscando distinguir erro e verdade. Partindo do presente desse saber tornado ciência a história epistemológica tenta localizar o que há de verídico. Portanto, ao invés de se olhar de um modo contínuo para o progresso, a epistemologia histórica assume que se deve entendê-lo a partir da sua descontinuidade. Isso significa “estabelecer as filiações descontínuas” (MACHADO, 2007, p.38), que esses saberes científicos têm em sua história desde o seu surgimento. Ou seja, a epistemologia histórica de Georges Canguilhem institui valor significativo à descontinuidade histórica, buscando compreender o exercício das racionalidades a partir das rupturas desses saberes científicos em suas particularidades, considerando que cada etapa dos saberes se insere num modo de se pensar, através dos conceitos, que contém redes discursivas de funcionamento e reconhecimento.

No posfácio da edição de 1995 de *Normal e O patológico*, comenta Macherey, ao analisar o aspecto da descontinuidade na epistemologia histórica de Canguilhem:

Não nos estenderemos sobre o “estilo” histórico, no entanto mais divulgado: o das enumerações, dos recenseamentos, dos inventários. Pode-se demoli-lo facilmente atacando-o em duas das suas determinações, absurdamente contraditórias, mas cuja junção não é de forma alguma improvisada: ela confirma a falta de firmeza das suas intenções. Amontoado de fatos (mas a noção de fato científico, em tal contexto — o amontoado —, perde todo o sentido), a recensão em forma de crônica dá a ilusão de que existe acúmulo de aquisições: não se encontra senão uma pálida linha que obstáculo algum vem obscurecer, que não conhece a regressão ou a explosão. Mas, inversamente, esse acúmulo, na medida em que parece evidente, implica não tanto uma teleologia (luz ainda demasiado forte), mas a ideia de um acaso. A linha da narração não é senão a forma dada a uma descontinuidade radical: induzidas uma a uma, alinham-se as aportações que não aportam nada a ninguém. História puramente contingente, que coleta datas, biografias e anedotas, mas que afinal não dá conta de nada, sobretudo do status histórico de uma ciência constituída. (MACHEREY, 2009, p.281)

Portanto, a partir da epistemologia histórica é preciso compreender que o progresso da ciência não pode ser lido de modo contínuo, linear. Pois, em Canguilhem, se considerarmos a história das ciências como processo contínuo seria impossível de encontrar a sua temporalidade<sup>32</sup>, sendo esta abolida, a temporalidade da ciência. Por ser conceitual, a história

---

<sup>31</sup> Uma observação pontual a esse respeito encontramos no que defende Vera Portocarrero, o assumir que “A ciência, que para Canguilhem é um discurso verificado num setor delimitado da experiência, é uma exploração da norma da racionalidade em atividade”. (PORTOCARRERO, 2009, p.129)

<sup>32</sup> Isso significa, como ressalta Roberto Machado que “aceitar a figura do precursor é destruir a possibilidade de uma história das ciências, na medida em que, nesse caso, a própria ideia de historicidade, de temporalidade das ciências fica abolida”. (MACHADO, 2007, p.30)

epistemológica não pode admitir a continuidade, já que se isso ocorresse ter-se-ia de assumir também a ideia de que ela é precursora. Assim, a epistemologia histórica trabalha com a noção de descontinuidade por argumentar que a ciência é produto de rupturas sucessivas. A esse respeito considera Roberto Machado que, para Canguilhem, “a ruptura não é um acontecimento único, singular, que inaugura de uma vez por todas um saber científico, nem seu efeito é global, no sentido de atingir a totalidade de uma obra científica” (MACHADO, 2007, p.32). Isso caracteriza a análise do conceito ou a descontinuidade no interior do discurso científico. Ou seja, a história epistemológica de Canguilhem compreende que cada conceito tem a sua história e, portanto, se trata de algo descontínuo, sendo independente um do outro, dito mais, possui grau diacrônico. É exatamente por isso que, como ressalta Machado, é possível estabelecer descontinuidades históricas que permitem o julgamento da ciência do passado ao presente, “considerando aquilo que foi ultrapassado, superado, tornado caduco e abandonado, para aquilo que foi sancionado, ratificado e adotado pela racionalidade científica mais atual” (MACHADO, 2007, p.43).

## A NORMATIVIDADE

O terceiro aspecto é o da normatividade. Assim, o problema específico da normatividade é algo central nas concepções de epistemologia histórica. Sobretudo enquanto necessidade de justificação do conhecimento científico. A história dos conceitos é tratada normativamente em suas descontinuidades permitindo que, como diz Roberto Machado, se possa analisar o passado desse saber “descobrimo o que há de positivo nas suas formulações” (MACHADO, 2007, p. 46). Desse modo, a ciência é um discurso que tem pretensão de verdade devido à sua normatividade. Por isso existiria uma normatividade interna nos discursos científicos que se exprime nos conceitos. Devemos ressaltar que este é o caráter normativo da ciência, que permite observar seu passado através de um olhar judicativo do que ele se tornou, de suas relações com a verdade.

Desse modo, afirma Guillaume Le Blac que a epistemologia histórica:

Constrói o passado da ciência. Ela determina a historicidade interna de uma ciência, pela distinção normativa entre eventos científicos significativos e eventos científicos irrelevantes, onde a história da ciência acumula e justapõe elementos científicos em um mesmo espaço já elaborado e não questionado. Enquanto a história da ciência vem silenciar a história axiológica interna a cada ciência, para a qual os valores colocados em uma ciência em processo de construção são sempre valores que negam outros valores, existentes ou futuros, a epistemologia é definida, por outro lado, como o lugar de avaliação dos valores de oposição que

estruturam a prática científica presente ou passada. É por isso que é entendida como um conjunto de julgamentos críticos feitos contra uma ciência cuja constituição deve ser referida a avaliações implícitas, responsáveis por intenções e decisões normativas específicas.<sup>33</sup> (LE BLANC, 2011, p.103 – tradução nossa)

Dizendo isso não queremos afirmar que os critérios de cientificidade são universais em todas as épocas. Pelo contrário, deve-se analisar a ciência a partir do seu presente, do seu momento mais atual para “esclarecer o seu passado a partir do presente, julgando o anterior pelo posterior, estabelecendo compatibilidades e incompatibilidades, filiações legítimas e bastardas” (MACHADO, 2007, p. 42). Trata-se, portanto, de uma história e das ciências que analisa o seu progresso. Nesse sentido, a epistemologia histórica trabalha com o caráter normativo que detém o discursivo científico, sobretudo a partir de uma determinada época e através dos seus modos de operação em torno da produção de verdade.

Michel Foucault, em seu texto *A vida: A experiência e a Ciência*, sintetiza essa questão da seguinte maneira:

Não é se apoiando em uma “ciência normal” que se pode retornar ao passado e traçar validamente sua história; é reencontrando o processo “normativo”, do qual o saber atual não passa de um momento, sem que se possa, salvo profetismo, prever o futuro. A história das ciências, diz Canguilhem citando Suzanne Bachelard, não poderia construir seu objeto em nenhum outro lugar a não ser em um “espaço tempo ideal”. E esse espaço- tempo não lhe é dado pelo tempo “realista” acumulado pela erudição histórica, nem pelo espaço de idealismo que a ciência de hoje recorta autoritariamente, mas pelo ponto de vista da epistemologia. Esta não é a teoria geral de qualquer ciência e de qualquer enunciado científico possível; ela é a pesquisa da normatividade interna às diferentes atividades científicas, tais como foram efetivamente operadas. (FOUCAULT, 2000, p.361)

Nesse sentido deve-se considerar que apenas no interior da ciência há possibilidade de emergir o progresso. Desse modo, a história epistemológica precisa ser judicativa, questionando a verdade e o erro. Daí a ciência precisa instaurar uma normatividade como atualidade do progresso. Ou seja, a epistemologia histórica da ciência precisa ser normatizada pois ela só poderia ser compreendida “se for julgada, avaliada a partir dos ‘valores dominantes’

---

<sup>33</sup> “Construit le passé de la science. Elle détermine l'historicité interne d'une science, par la distinction normative entre les événements scientifiques significatifs et les événements scientifiques non pertinents, là où l'histoire des sciences accumule et juxtapose les éléments scientifiques dans un même espace déjà élaboré et non questionné. Tandis que l'histoire des sciences vient à taire l'histoire axiologique interne à chaque science, pour laquelle les valeurs posées dans une science en train de se faire, sont toujours des valeurs qui nient d'autres valeurs, existantes ou à venir, l'epistemologie se définit en revanche comme le lieu d'évaluation des valeurs d'opposition qui structurent la pratique scientifique présente ou passée. C'est pourquoi elle se comprend comme un ensemble de jugements critiques portés à l'endroit d'une science dont la constitution est à renvoyer à des valorisations implicites, redevables d'intentions et de décisions normatives spécifiques.”

que definem a sua atualidade” (MACHADO, 2007, p. 44). No momento presente dessa ciência, da sua certeza, da sua verdade atual é que o historiador da ciência voltaria ao passado para encontrar as formações possíveis de verdade. Nesse sentido lembra Guillaume Le Blanc que, segundo Canguilhem, “a verdade é analisada aqui com base em suas opções normativas particulares”<sup>34</sup> (LE BLANC, 2009, p.97- tradução nossa).

Podemos esclarecer esta reflexão a partir do que tem a nos dizer Roberto Machado, que comenta acerca da epistemologia histórica. Afirma que ela parte “da exigência de a história ser normativa”<sup>35</sup> (MACHADO, 2007, p.40) para ser capaz de explicar o “pensamento científico”, que se define pela pretensão de verdade. A epistemologia histórica mostra como a pesquisa histórica deve estar subordinada à reflexão filosófica, isto é, epistemológica. A partir dessa normatividade é que a ciência pode recorrer ao aspecto judicativo. Já para Guillaume Le Blanc, a ciência “é antes de tudo perspectiva porque envolve determinar a dimensão específica do juízo de verdade, em termos de uma preferência por uma norma judicativa”<sup>36</sup> (LE BLANC, 2009, p. 98). E, desse modo, a normatividade consiste numa característica fundamental para a própria investigação científica, recolocando a questão do estatuto provisório do conhecimento científico<sup>37</sup>. Como sintetiza ainda Vera Protocarrero a este respeito, a ciência para Canguilhem “é um discurso verificado num setor delimitado da experiência, é uma exploração da norma da racionalidade em atividade.” (PORTOCARRERO, 2009, p.129).

## 1.2. O PROJETO DE CANGUILHEM EM *O NORMAL E O PATOLÓGICO*: DISTINÇÕES ENTRE O TEXTO DE 1943 E O ADENDO DE 1963-1966.

Ao tratarmos da produção teórica de Canguilhem em torno das noções do normal e do patológico, somos levados a seu trabalho mais conhecido, intitulado *O Normal e O Patológico*, tese doutoral defendida em 1943, que revoluciona o pensamento filosófico em torno do “saber médico”, ao considerá-lo não uma ciência, mas sim uma práxis. Nesse sentido, o que deve ser

---

<sup>34</sup> “Le vrai est ici analysé à partir de ses options normatives particulières.”

<sup>35</sup> Assim, podemos compreender essa preocupação da epistemologia histórica como uma tentativa de se encontrar a verdade científica, como proveniente da normatividade interna dos discursos, advém das descontinuidades centradas na normatividade dos conceitos.

<sup>36</sup> “Elle est tout d'abord perspective parce qu'elle implique de déterminer la dimension spécifique du jugement de vérité, dans le termes d'une préférence à une norme judicatoire.”

<sup>37</sup> A esse respeito, diz Le Blanc que “o verdadeiro não é uma norma absoluta afirmada pelo princípio lógico da não contradição, mas uma norma relativa sustentada por critérios de preferência e seleção que situam o valor do verdadeiro em uma hierarquia de valores”. (LE BLANC, 2009, p.98)

ressaltado é que Canguilhem não é um autor que escreve de modo linear, contínuo. Pelo contrário, sua escrita está atrelada inequivocamente às inovações e contribuições oriundas de seu espaço/tempo, pois, seu pensamento bem como sua produção teórica, sempre estiveram em constante devir<sup>38</sup>. Conduzido pelo acaso da existência, pelos acontecimentos imprevisíveis das circunstâncias é que o filósofo francês propôs caminhos para se pensar a relação entre vida e existência.

Assim, quando falamos dos escritos de Canguilhem precisamos ser cautelosos, indicando qual *o seu lugar de fala* naquele momento, isto é, de onde a sua problematização teórica está partindo. É dessa maneira que surgem as *Novas Reflexões Referentes ao Normal e ao Patológico (1963-1966)*. A partir da década de 1960, encontramos o aparecimento de determinados saberes que inexistiam quando da publicação do texto de 1943. Um exemplo claro disso é a como a biologia molecular terá, em seu epicentro, rápido desenvolvimento. O aparecimento do DNA, através do modelo da dupla hélice elaborado por Watson e Crick, em colaboração com Rosalind Franklin, permitirá que discussões sobre os fundamentos bioquímicos da vida sejam formuladas. Por isso, Canguilhem tomará como fonte de suas pesquisas dois temas provenientes desse novo saber, a questão do erro no código genético e os aspectos de “restauração” do normal, que compõe os dois últimos ensaios das *Novas Reflexões*. O primeiro ensaio está voltado ao modo como a possível relação entre o social e o vital é constituída. O que leva a Canguilhem tomar um posicionamento filosófico e ético, no que tange a essa relação, assumindo o risco “de procurar basear a significação fundamental do normal por meio de uma análise filosófica da vida compreendida como atividade de oposição à inércia e à indiferença” (CANGUILHEM, 2012, p. 186). Exatamente por isso é que podemos considerar a relevância do papel desempenhado por Canguilhem com a publicação das *Novas Reflexões*, em seu lugar de fala, ao reorientar temas que estavam alocados no campo da indiferença. O domínio dos saberes vigentes à época era deslocado da realidade. Canguilhem elevará o debate em torno das práticas normativas que afirmam saberes e constituem objetos, num caminho similar ao de Michel Foucault.

Durante seu percurso teórico da década de 40 e 50, Canguilhem colocou em debate a relação entre sociologia e biologia, tendo como principal interlocutor o positivista Auguste Comte. O percurso adotado por Canguilhem será o de situar os modelos científicos pertencentes ao biológico e ao sociológico, correlacionando-os. Isso se torna mais significativo

---

<sup>38</sup> Recomenda-se, a esse respeito, a leitura da tese de doutorado de SOUTO, 2019.

no ensaio contido nas *Novas Reflexões*, intitulado “Do social ao Vital”, cujo embate distintivo entre norma e normal é colocado em evidência. No âmbito dessa discussão, Canguilhem assume que o conceito de normal se tornou o modelo para a definição da norma. A valoração atribuída ao que seria dado fundamento de normalidade perfaz a intenção de se obedecer à norma. Tal situação abre espaço, por conseguinte, para se afirmar a anormalidade enquanto antecedente da normalidade. O que caracteriza a possibilidade de ensinar a norma. Como forma de aprofundar os aspectos presentes na ideia de norma, Georges Canguilhem lançará mão de outro conceito, o de normalização. O poder das normas sociais não seria possível sem que houvesse as condições de possibilidade para o exercício de novos saberes. A lógica normalizadora das normas sociais se faz presente nas observações teóricas da história epistemológica de Canguilhem. Mas, a importância dessa regulação estaria centrada no agente externo que preexiste ao percurso da normalização. Essa ação normalizadora, duramente criticada por Canguilhem, faz parte do processo de constituição do sujeito normal que deve ser relacionado tendo em vista a norma anterior que o identifica como normal ou patológico.

A normalização, portanto, emerge como função coletiva que visa impor uma exigência a outras existências. Como origem desse processo de normalização, “começa-se pelas normas gramaticais, para acabar nas normas morfológicas dos homens e dos cavalos para fins de defesa nacional, passando pelas normas industriais e higiênicas” (CANGUILHEM, 2020, p.194). Isso significa que com as normas higiênicas surgem interesses, sobretudo políticos, do fator cuidado em relação às populações, visando generalizar normas de medicina social. Sendo assim, as normas sociais passam a estabelecer graus de decisões, junto a outras normas, como técnica e jurídica. O principal interesse, portanto, estaria em criticar a pretensão dessa normalização em gerir corpos saudáveis, produtivos e que fossem derivados de normas sociais perfeitas. Mais do que isso, haveria uma preocupação fundamental com “a correlatividade das normas sociais: técnicas, econômicas, jurídicas, que tende a fazer de sua unidade virtual uma organização” (CANGUILHEM, 2020, p.199). Desse modo, as normas sociais passam a assumir o nível de normas orgânica.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Ponto chave do pensamento de Canguilhem, e lembrando por Portocarrero, é “ a crítica, não só o ensino médico, que privilegia o normal e a normalidade considerando a doença um desvio de normas fixas, que seriam as constantes, mas crítica também as práticas médicas que tentam estabelecer cientificamente essas normas, para seguir a teoria e trazer o organismo de volta ao estado de saúde, como se fosse possível restabelecer a norma da qual o organismo havia se afastado. Porém, para Canguilhem, a norma anterior não pode ser restabelecida porque uma nova norma se instaura, pois, o organismo é normativo. Sendo a normatividade própria do ser vivo, a normalidade consiste na capacidade do organismo se modificar de acordo com as mudanças circunstanciais do meio interno ou externo, que, por sua vez, é variável. A doença, ao contrário da Saúde, é uma redução a constantes. Essa inversão realizada por Canguilhem faz com que aquilo que caracterizava a normalidade caracterize a doença:

Comentando essa temática trazida por Canguilhem, o filósofo Philippe Sabot sustenta que:

A passagem de um modelo jurídico a um modelo biológico da norma se reflete, para o próprio Canguilhem, na distinção entre duas modalidades do "normal": a primeira refere-se à dimensão fixa e constrangedora da "Normalidade" que parece ser capaz de se aplicar apenas mecanicamente a um dado anterior; a segunda se refere à dinâmica criativa de uma "normatividade" que potencialmente abre espaço para a plasticidade e até mesmo para contestar as normas estabelecidas, para a inventividade de novas normas e novas formas de vida<sup>40</sup>.(SABOT, 2016, p.3)

Essa nova categoria, esse novo olhar no que diz respeito às normas, que coloca o organismo em confronto a sociedade, indica algumas diferenças específicas. Ao observarmos as estratégias do terapeuta, por exemplo, sabemos que este acredita saber quais são os estados normais que precisam ser alcançados por meio dessas "técnicas" terapêuticas. Todavia, ao considerarmos essa compreensão no interior da sociedade, já não existe mais um tipo de estado normal para servir de base. Ou seja, para o médico terapeuta o estado normal visa gerar um novo homem, porém isso não pode ser dito da sociedade.

Sintetiza-se que:

Num adendo intitulado *Novas Reflexões Referentes ao Normal e ao Patológico*, Canguilhem toma a normalidade como categoria mais ampla, que engloba a saúde e o patológico como subcategorias distintas. Nesse sentido, tanto saúde como doença são normalidade, na medida em que ambas implicam uma norma de vida, sendo a saúde uma norma de vida superior, e a doença uma norma de vida inferior. A saúde transcende a perspectiva de adaptação, superando a obediência irrestrita ao modo de vida estabelecido. Ela é mais do que isso, na medida em que se constitui justamente pela transgressão de normas e pela transformação das funções vitais. (FILHO, 2011, p.23)

As contribuições trazidas pelas *Novas Reflexões*, mais especificamente no texto "Do Social ao Vital", nos permite entender que "normalizar é impor uma exigência a uma existência, a um dado, cuja variedade e disparidade se apresentam, em relação à exigência, como um indeterminado hostil, mais ainda que estranho" (CANGUILHEM, 2020, p. 189).

---

normas estáveis, valores imutáveis, constantes. O que caracteriza a saúde é, portanto, a possibilidade de transcender a norma que define anormalidade momentânea; é a possibilidade de tolerar as infrações da Norma habitual e instituir novas normas em situações novas." (PORTOCARRERO, 2020, p.15),

<sup>40</sup> "Le passage d'un modèle juridique à un modèle biologique de la norme se traduit, chez Canguilhem lui-même, par lad istinction entre deux modalités du « normal » : la première renvoie à ladimension figée etcontraignante de la « normalité » qui ne semble pouvoirs' appliquer que mécaniquement à um donné préalable ; las econderen voie à la dynamique créatrice d'une « normativité » qui laisse place potentiellement à la plasticité et même à la contestation des normes établies, à l'inventivité de nouvelles normes et de nouvelles formes de vie".

Nesse sentido, tal intento busca substituir ou introduzir níveis de normalidade para que surja um corpo social homogêneo, isto é, tem-se que a experiência da normalização é uma experiência especificamente antropológica ou cultural já que ela presume a necessidade do conceito de norma enquanto uma preferência ou ainda como vontade acerca do normal, que passa a ser definido como o efeito obtido pela execução do projeto normativo pois é a norma manifestada no fato (CANGUILHEM, 1995, p. 190). Essa observação de Canguilhem mostra que a norma não se encontra isolada, funcionando independentemente de outros fatores.

Em outro texto das *Novas Reflexões*, intitulado *Sobre as Normas orgânicas no Homem*, Canguilhem dirá que:

Quando se trata de normas humanas, esse estudo reconhece que essas normas são determinadas como possibilidade de agir de um organismo em situação social, e não como funções de um organismo encarado como mecanismo vinculado ao meio físico. A forma e as funções do corpo humano não são apenas a expressão dos modos de viver socialmente adotados no meio. (CANGUILHEM, 2020, p. 218)

Assim, a mudança de enfoque, passando das normas vitais às normas sociais indica outro caminho. Que “no campo social, a norma deixa de valer como regulação interna e passa a valer como prescrição e valoração” (PORTOCARRERO, 2009, p.16). O caminho percorrido por Canguilhem possibilita entender que, enquanto a normatividade vital parte do meio em relação ao indivíduo, a normatividade social se institui como um programa oriundo de técnicas de normalização, tal como no exemplo do conceito de normas higiênicas mencionado pelo próprio filósofo. Exemplo este localizado, novamente, em “Do Social ao Vital”, mostrando que “a definição de normas higiênicas supõe o interesse que se dá - do ponto de vista político - à saúde das populações consideradas estatisticamente, à salubridade das condições de vida, à extensão uniforme dos tratamentos preventivos e curativos elaborados pela medicina” (CANGUILHEM, 2020, p. 195). A norma social, portanto, não apenas produz novos campos de normalização, mas, sobretudo, produz novos sujeitos. O que caracteriza a norma social, de certa forma, é o seu processo de aplicação e reconhecimento da verdade produzida em determinado momento.

A normalização constitui o jogo normativo no qual a verdade se circunscreve. Essa revolução sobre a questão da normatividade social dos saberes, operada por Canguilhem, coloca em evidência a própria força das normas estendidas à vida dos sujeitos considerados anormais e, portanto, fora das normas. O que há em comum entre todas elas, loucura, doença e homem, é a normalização. Com efeito, Canguilhem consente sobre a esfera negativa que há

no processo de normalização, sobretudo no fato desta impor ideias de harmonia e homogeneidade. Há um anseio por se ensinar a norma enquanto domínio de exibição daquilo que é contrário, avesso ao normal e, por isso, precisa ser normalizado. Por isso, só é possível falar sobre a doença na medida em que organizamos o que pode ser visto, ouvido. Aqui reside o conceito, impositivo, de uma normatividade social. Desse modo, a legitimação dessas normas sociais consiste exatamente em observar o que foge à regra (o anormal), à norma.

Com isso é possível sustentar que:

Tal polaridade da experiência de normalização (experiência especificamente antropológica e cultural) funda, na relação da norma com seu domínio de aplicação, a prioridade da infração, pois a regra só começa a ser regra ao constituir-se como regra e como tendo uma função de correção que surge da própria infração. Sem infração não há regra. (PORTOCARRERO, 2009, p.215).

Com efeito, Foucault se valerá dessa concepção de Canguilhem para compreender os processos de normalização, pensamento este que será desenvolvido na chamada fase genealógica do filósofo francês, a partir dos anos 70. Por isso, tal caminho crítico coloca em discussão que em qualquer que seja a situação, devemos nos atentar a que tipo de norma se aplica ou quais sujeitos se configuram nessa situação a partir da dinâmica das normas sociais<sup>41</sup>. O sujeito que será delimitado como normal ou anormal pela produção de verdade de um determinado saber só aparece na medida em que as normas o alcançam. Tais normas sociais precisam ter seu lugar de prática e expressão num contexto de socialização para que possam adentrar no jogo da normalização. Observamos, portanto, a forma peculiar com que Canguilhem intervém na produção teórica que passaria a ser empregada por Michel Foucault.

A esse respeito esclarece Macherey:

O que provavelmente mais preocupou Foucault foi entender como a ação das normas na vida dos homens determina o tipo de sociedade a que pertencem como sujeitos. Mas, neste ponto, todas as suas investigações giraram em torno de uma questão fundamental, cujo alcance é epistemológico e histórico: Como partimos de uma concepção negativa da norma e de sua ação, a partir de um modelo jurídico de exclusão, em relação à partilha do permitido e do proibido, com uma concepção positiva que, ao contrário, enfatiza a sua função biológica de inclusão e regulação, no sentido não de regulação, mas de regularização, como referência à distinção, comprovada pelas chamadas ciências humanas, entre o normal e o patológico? Dependendo da prevalência de uma ou outra dessas formas, as

---

<sup>41</sup>Nas palavras de Macherey “Se há algo comum na ação das normas vitais e sociais, é precisamente este fato essencialmente negativo: nem um nem outro são capazes de oferecer modelos pré-fabricados de existência que carregam em si, em sua forma, o poder de se impor.; mas são apostas ou provocações, que só têm impacto real pela apreensão da anomalia e da irregularidade, sem as quais simplesmente não teriam lugar”. (MACHEREY, 2009, p.138)

relações sociais e o modo de inserção dos indivíduos na rede que constituem serão definidos em bases completamente diferentes<sup>42</sup>. (MACHEREY, 2009, p.71)

Nesse sentido o ponto de encontro entre Foucault e Canguilhem se constitui na tentativa crítica de dismantelar uma sociedade forjada pelos processos de normalização. Melhor dizendo, “Canguilhem, bem como Foucault, atacou o edifício da normalização, essencial para os procedimentos de uma ciência e uma medicina positivistas” (PORTOCARRERO, 2009, p. 129)

### 1.3. NORMATIVIDADE, NORMATIVIDADE VITAL E NORMALIDADE: ESCLARECIMENTOS CONCEITUAIS

Até o momento, ao falarmos da epistemologia história e sua maneira específica de lidar com a história das ciências, utilizamos o conceito de normatividade para tratar, de modo peculiar, do caráter normativo da produção conceitual realizada pelas ciências. Nesse momento, precisamos considerar o que significa, em minúcia, os conceitos de Normatividade e Normatividade Vital no pensamento de Canguilhem.

Georges Canguilhem se voltou ao tema da normatividade (científica<sup>43</sup>, biológica e social), em diversos períodos de sua produção filosófica. Cada momento desse percurso expressou particularidades específicas. Ao filósofo não interessa uma ciência do normal e do patológico, pois esta inexistente. Sua intenção é refletir acerca desses conceitos e como eles operam na dinâmica médica. Temos a publicação em 1943 do *Ensaio sobre alguns problemas relativos ao Normal e ao Patológico*. Nesse contexto, resumidamente, Canguilhem nos mostra que o estado patológico, portanto, não deve ser tratado como anormal, isto é, como se o

---

<sup>42</sup>“Ce qui a sans doute le plus préoccupé Foucault, c’est de comprendre comment l’action des norms dans la vie des hommes détermine le type de société auquel ceux-ci appartiennent comme sujets. Or, sur ce point, toutes ses investigations sont tournées autour d’une interrogation fondamentale, dont la portée est à la fois épistémologique et historique: comment passe-t-on d’une conception négative de la norme et de son action, fondée sur un modèle juridique d’exclusion, en rapport avec le partage du permis et du défendu, à une conception positive, qui met au contraire en avant sa fonction biologique d’inclusion et de régulation, au sens non d’une réglementation mais d’une régularisation, en référence à la distinction, avérée par les sciences dites humaines, du normal et du pathologique? Selon que prévaut l’une ou l’autre de ces formes, les rapports sociaux, et le mode d’insertion des individus dans le réseau qu’ils constituent, seraient définis sur des bases complètement différentes.”

<sup>43</sup>Para se fazer uma história epistemológica das ciências, deve-se partir de um domínio de saber que chegou à sua cientificidade que já contém em si caráter científico, o grau normativo. Para Georges Canguilhem, portanto, a ciência se trata de um discurso verídico e que explora a norma em ação.

orgânico fosse desprovido de normas <sup>44</sup>. A normatividade, portanto, está atrelada a própria capacidade dos organismos de criarem normas, ou ainda a um modo de resistência e criação de novas normas. Por isso, para Canguilhem devemos considerar a capacidade criativa das normas em apontar para o futuro, ao contrário do processo de normalização que visa conservar e ater-se ao passado. Nesse sentido define-se o conceito de normatividade biológica (vital) que, basicamente, estaria fundada na ideia de que o vivente se constitui pelo processo valorativo, incessantemente, que perfaz não apenas o meio, mas também o próprio organismo. Essa é a maneira com que Canguilhem expressa seu pensamento na década de 1940. Algo que repercutirá em trabalhos de outros pensadores, tal como se fez em Michel Foucault<sup>45</sup>. Para entendermos melhor a concepção de Canguilhem, citamos a divisão estabelecida por Tiago Santos Almeida.

Vejamos os pontos mais importantes:

- I) Normatividade Biológica é a capacidade da vida de estabelecer valores, não apenas no meio, mas também no organismo;
- II) O patológico também é normal, mas não pode ser considerado qualitativamente idêntico ao normal fisiológico;
- III) O homem são é o homem normativo diante das inconstâncias do meio; o patológico expressa a precariedade da capacidade normativa estabelecida pela doença;
- IV) A normatividade biológica é irreversível: curar é criar novas normas, não retornar às normas antigas;
- V) O normal, posto que diz respeito a uma normatividade orgânica em relação ao meio, não é um conceito objetivamente determinável por métodos científicos. A fisiologia não é uma ciência do normal, mas das situações e condições biológicas consideradas normais;
- VI) A atribuição de um valor de normal àquelas situações e condições biológicas reflete, por um lado, a relação das ciências da vida com a normatividade da vida e, por outro lado, das ciências da vida com as técnicas de produção e instauração do normal (a medicina). (ALMEIDA, 2018, p.154-155 )

A partir da publicação de sua tese médica, intitulada *Ensaio sobre alguns problemas relativos ao normal e ao patológico (1943)*, Georges Canguilhem aborda a ideia de que a vida não pode ser sujeita à normas externas, pelo contrário, ressalta Pierre Macherey, que o filósofo

---

<sup>44</sup> Nas palavras de Vera Portocarrero, “Canguilhem define normativo como qualquer julgamento que aprecie ou qualifique um fato em relação a uma norma, mas, para ele, esta forma de julgamento está subordinada, no fundo, àquele que institui as normas.” (PORTOCARRERO, 2009, p.132)

<sup>45</sup> Principalmente na obra de 1963 intitulada *O Nascimento da Clínica*. Curiosamente, Canguilhem tomará esse livro de Foucault para delimitar suas intenções filosóficas da década de 1960. No texto *Um novo conceito em Patologia: O Erro*, Canguilhem comenta sobre “as páginas admiráveis” de *O nascimento da Clínica*, em que Foucault aborda a concepção de doença. (CANGUILHEM, 2020, p. 232)

e médico francês considera que “são essas as normas que, de forma complementar, são produzidas pelo próprio movimento da vida” (MACHEREY, 2009, p. 102). Assim, o patológico pode ser considerado normal, mesmo que não sendo qualitativamente equiparado ao normal fisiológico. A capacidade criativa de curar, gerando novas normas faz parte do processo irreversível da normatividade biológica. Desse modo, a categoria normal está atrelada a uma normatividade orgânica em relação ao meio, não sendo, portanto, um tipo de conceito que possa ser determinado cientificamente<sup>46</sup>.

Observamos tal situação na conclusão do *Normal e o Patológico* (1943):

Qualquer conceito empírico de doença conserva uma relação com o conceito axiológico da doença. Não é, portanto, um método objetivo que qualifica como patológico um determinado fenômeno biológico. É sempre a relação com o indivíduo doente, por intermédio da clínica, que justifica a qualificação de patológico. Embora admitindo a importância dos métodos objetivos de observação e de análise na patologia, não parece possível que se possa – com absoluta correção lógica – falar em patologia objetiva. É claro que a patologia pode ser metódica, crítica, armada de meios experimentais. Essa patologia pode ser considerada objetiva, em relação ao médico que a pratica. Mas a intenção do patologista não faz com que seu objeto seja uma matéria desprovida de subjetividade. Pode-se praticar objetivamente, isto é, imparcialmente, uma pesquisa cujo objeto não pode ser concebido e construído sem referência a uma qualificação positiva e negativa; cujo objeto, portanto, não é tanto um fato, mas, sobretudo, um valor. (CANGUILHEM, 2020, p.166-167)

A partir disso, podemos ressaltar as leituras de Macherey em torno do pensamento de Canguilhem, que nos ajudará a entender o que o médico e filósofo considera ser a normatividade. Olhando com acuidade, podemos dizer que a mudança de um modelo jurídico ou social para um modelo biológico da norma reflete-se, segundo Canguilhem, em dois níveis do conceito de normal. O primeiro trata da dimensão fixa de normalidade, que se aplica mecanicamente de acordo com o dado anterior. O segundo se refere ao processo criativo de uma normatividade, cuja função é abrir espaço para a plasticidade ou para questionar normas vigentes, buscando instituir novas normas e, portanto, novas formas de vida.

Desse modo:

É bom falar de normatividade, ao invés de considerar a implementação de normas como a aplicação mecânica de um poder pré-constituído, mostrar como se desenvolve o movimento concreto das normas, que são esquemas vitais em

---

<sup>46</sup> Essa nos parece, uma crítica atribuída por Canguilhem a qualquer tentativa de se produzir uma sociedade normalizadora que busque apagar as diferenças.

buscadas condições de sua realização. Poder que produz tanto na forma como no conteúdo<sup>47</sup>. (MACHEREY, 2009, p. 127)

Nesta concepção temos uma visão positiva, e não positivista, da norma. Nela ocorre a possibilidade de pensarmos a sua atuação que extrapole o exercício da coercitividade, sobretudo externa. Ao olharmos para o texto de 43, cuja abordagem inicial se propõe em dialogar com Augusto Comte, podemos compreender o que há de tão relevante na concepção de Canguilhem sobre o normal. Em primeiro lugar, Comte em sua pesquisa acerca do patológico, ambicionou mostrar que “as doenças devem poder representar, aos olhos do cientista, o papel de experimentações espontâneas, permitindo uma comparação entre os diversos estados anormais do organismo e seu estado normal” (CANGUILHEM, 1995, p.19). Nesse sentido, tratando no nível da normatividade, essa não seria apenas um modo de condicionamento, ação determinada pelo meio, porém um tipo de valoração judicativa que se vale dos fatores diversos, como afetivos ou sensações<sup>48</sup>. O que Canguilhem dirá em suas análises presentes no livro *O Normal e O patológico* é que “não emprestamos às normas vitais um conteúdo humano, mas gostaríamos de saber como é que a normatividade essencial à consciência humana se explicaria se, de certo modo, já não estivesse, em germe, na vida” (CANGUILHEM, 2020, p.80).

Desse modo, é considerável que:

Canguilhem, bem como Foucault, atacou o edifício da normalização, essencial para os procedimentos de uma ciência e uma medicina positivistas. Ele o fez recolocando a questão do organismo como um ser vivo que não mantém uma relação de harmonia preestabelecida com o meio. É o sofrimento, não a mensuração ou o desvio padrão que estabelece o estado patológico. O normal é a normatividade (instauração de novas normas) que começa com o ser vivo, e com ele advém à diversidade. (PORTOCARRERO, 2009, p.129)

Nesse sentido, podemos afirmar que em Canguilhem o organismo é tratado enquanto um ser vivo em constante adaptação com o meio<sup>49</sup>. Assim, a normatividade, no sentido de

---

<sup>47</sup> “Parler de normativité, c’est bien, aulieu de considérer la mise em œuvre desnormes comm el’application mécanique d’un pouvoir pré constitué, montrer comment le mouvement concret des normes, qui sont des schèmes vitaux à la recherche des conditions de leur réalisation, elabore au fur et à mesure de son déroulement ce pouvoir qu’il produit à la fois sur le plan de sa forme et de son contenu.”

<sup>48</sup> Discussão presente em SAFATLE, Vladimir. *O Circuito dos Afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

<sup>49</sup> A preocupação de Canguilhem com a aplicabilidade dos conceitos era admirável. Até mesmo, para descrever a relação entre organismo e meio, o filósofo se ateve a explicações do conceito de meio no intuito de bem fundamentar seus trabalhos. Em texto intitulado *O vivente e seu meio*, Canguilhem perfaz uma epistemologia histórica do conceito, indicando que “A noção de meio está se tornando um modo universal e obrigatório de apreensão e de existência dos seres vivos, e quase se poderia falar de sua constituição como categoria do

instituírem-se novas normas, faz parte do processo vital- ou seja, é inerente à vida-, e a normalidade compõe a capacidade de normatividade. A crítica feita por Canguilhem é de que a doença tem sido equivocadamente reduzida em constantes estatísticas. Daí a preocupação de Canguilhem, “em demonstrar a presença constante de noções de valor – como preservação, regulação, adaptação e normalidade – no conhecimento científico da vida” (PORTOCARRERO, 2009, p. 132).

É assim que o pensamento do filósofo das ciências se encaminha a outro patamar, indicando a problematização do conceito de normatividade a partir dos valores afirmados no cotidiano, em suas diversas abordagens. Portanto, seria através dessa percepção que "Canguilhem pôde dizer que uma recorrência estatística deixa transparecer, para a humanidade, uma normatividade social e não somente uma normatividade vital "(NETO, 2020, p. 107). Por isso, Canguilhem em seu texto contido em *O Normal e o Patológico* (1943), intitulado “*Norma e Média*”, reconhecerá que “por conseguinte, na espécie humana, a frequência estatística não traduz apenas uma normatividade Vital, mas também uma normatividade social” (CANGUILHEM, 2020, p.108). Desse modo, Canguilhem consideraria que há uma relação ou nexos entre a organização Vital e a social, porém não seria o social o modelo para o Vital, mas sim o contrário. Exatamente por isso, determinados autores assumem que Canguilhem seria um teórico vitalista<sup>50</sup>.

---

pensamento contemporâneo. Mas as etapas históricas da formação do conceito e as diversas formas de sua utilização, assim como as sucessivas reviravoltas da relação de que ele é um dos termos, em geografia, em biologia, em psicologia, em tecnologia, em história econômica e social, tudo isso, até o momento, é bastante difícil de perceber em uma unidade sintética. Por essa razão, a filosofia deve, aqui, tomar a iniciativa de uma pesquisa sinótica do sentido e do valor do conceito, e, por iniciativa, não pretendemos apenas a aparência de uma iniciativa que consistiria em considerar na realidade a sequência das explorações científicas a fim de confrontar sua postura e seus resultados. Trata-se, mediante uma confrontação crítica de muitas abordagens, de encontrar, se possível, seu ponto de partida comum e de presumir sua fecundidade para uma filosofia da natureza centrada em relação ao problema da individualidade. Assim, convém examinar, alternadamente, os componentes simultâneos e sucessivos da noção de meio, as variedades de uso dessa noção, de 1800 aos nossos dias, as diversas invenções da relação organismo-meio e, por fim, alcance filosófico geral dessas inversões. (CANGUILHEM, 2012 a, p. 139).

<sup>50</sup>O próprio Canguilhem já tem uma produção teórica fundamental acerca o tema. No texto *Aspectos do Vitalismo*, o filósofo elabora a questão assumindo-a pelo seu grau de complexidade, na qual “não se trata de defender o vitalismo de um ponto de vista científico; o debate só concerne autenticamente aos biólogos. Trata-se de compreendê-lo de um ponto de vista filosófico. Pode ser que para alguns biólogos de hoje, tanto quanto de ontem, o vitalismo se apresente como uma ilusão do pensamento. Mas essa denúncia de seu caráter ilusório convoca, longe de interdita-la ou fechá-la, a reflexão filosófica. Pois a necessidade, ainda hoje, de refutar o vitalismo significa, de duas coisas, uma. Ou trata-se da confissão implícita de que a ilusão em questão não é da mesma ordem que o gocentrismo ou o flogístico, que ela tem uma vitalidade própria. E é preciso, então, dar conta filosoficamente da vitalidade dessa ilusão. Ou trata-se da confissão de que a resistência da ilusão obrigou seus críticos a reforçar seus argumentos e suas armas, e é reconhecer no ganho teórico ou experimental correspondente a um benefício cuja importância não pode ser absolutamente sem relação com aquela da ocasião em que ele procede, já que ele deve se voltar para ela e contra ela.” (CANGUILHEM, 2012a, p. 86)

Isto é,

O balanço do mais patente pensamento de Georges Canguilhem sobre a questão da normatividade social e a saúde foi alcançado com o texto que completa *O normal e o patológico*, “Novas reflexões referentes ao normal e ao patológico”, da década de 1960. Aí, entram em cena as diretrizes externas àquelas do indivíduo, que operam em elevado grau a normatização da vida, impondo-se e demandando variadas e específicas reações normativas biológicas. Nesse momento, então, definitivamente, Canguilhem une as pontas de uma saúde biovital com uma saúde social. Dentre outros aportes, está ecoando nesta fase de seu pensamento, também, a novidade representada pelas proposições de seu orientando Michel Foucault. (MASCARO, 2020, p. 12)

O conceito de normatividade vital, proposto por Canguilhem em *O normal e o Patológico* (1943), perfaz a ambiguidade presente na noção de normal como aquilo que “designa o que é e como deve ser, e o que é mais frequente, ou constitui a média ou o módulo de uma característica mensurável” (CZERESNIA, 2012, p. 68). Dito de outro modo, seria a vida, e não o poder judicativo do médico (deontologia da racionalidade médica), que atribui valor ao normal biológico, o que denota “ao mesmo tempo um fato e um valor atribuído a esse fato por aquele que fala, em virtude de um julgamento de apreciação que ele adota” (CANGUILHEM, 2020, p.79). Isso é perceptível no modo como Canguilhem trata dessa questão em *O normal e o patológico*, pois lá encontramos uma observação de que a especificidade da vida não pode ser reduzida por atribuições de normalidade biológica<sup>51</sup>.

O filósofo Claude Debru, em seu livro *Au delà des normes: La Normativité* (2015) explora o conceito de normatividade a partir do pensamento de Canguilhem. Neste texto encontramos algumas afirmações interessantes para compreendermos o contexto da normatividade, como a seguinte passagem que afirma ser “a experiência de 'desunião', desunião social tanto quanto desunião individual, que dá origem a 'intenção normativa e invenção” (DEBRU,2015, p.93) ou, ainda, que na verdade, “a grande árvore da normatividade humana certamente tem muitas raízes” (DEBRU,2015,p.94). A reflexão de Debru nos auxilia nesse intento de situar a normatividade no âmbito das práticas sociais. O autor considera que a equação dada pela relação humanidade = normatividade adquiriu extrema importância em meados do século XX, sobretudo a partir do advento de reflexões éticas em face ao desejo de

---

<sup>51</sup> Vale a advertência de Portocarrero quando nos diz que “ É interessante notar a inspiração nietzschiana, para mostrar que como epistemólogo, Canguilhem funda a filosofia as pesquisas da biologia e da medicina, mas a subordinada a vida, da qual dependem todos os sentidos, sobretudo, no sentido da busca da expansão da vida, do aumento de intensidade da força criativa, da normatividade. Contudo, não temos aí um elogio do vitalismo, pois Canguilhem demonstra a presença permanente de noções valorativas, dê valor no conhecimento da vida, como, por exemplo, regulação, adaptação, normalidade”. (PORTOCARRERO, 2020, p.14)

melhoramento dos padrões, por isso, “a noção ampla de normatividade deve incluir essencialmente a capacidade de produzir, de modificar ou de aceitar adquirir padrões (o que parece perigoso para conservadores de todos os tipos e lugares) ” (DEBRU,2015, p.97) ou, ainda, a habilidade de “reconhecer regras de comportamento tanto quanto quebrá-las em nome de outras regras, normas ou valores” (DEBRU, 2015, p. 97).

Podemos compreender, em síntese, a questão da normatividade em Canguilhem como sendo o “normativo qualquer julgamento que aprecie ou qualifique um fato em relação a uma norma, mas, para ele, esta forma de julgamento está subordinada, no fundo, àquele que institui as normas” (PORTOCARRERO, 2009, p. 132).

Esse aspecto da normatividade pode ser enfatizado da seguinte maneira:

A reconstrução da noção de normatividade vital operada por Canguilhem fornece o fundamento para um conceito de saúde que não tem direito de cidade apenas no interior de discussões sobre clínica e ciências médicas. Na verdade, tal conceito tem uma forte ressonância para a crítica social, fornecendo uma espécie de horizonte biopolítico que é maior do que a denúncia foucaultiana da administração dos corpos como mola de funcionamento das estratégias do poder. Ele traz em seu bojo a perspectiva positiva de uma biopolítica vitalista transformadora, fundamentando as condições de possibilidade para a renovação da problemática do reconhecimento. (SAFATLE, 2011, p.28)

Essa leitura dada por Vladimir Safatle ao conceito de normatividade vital nos parece muito interessante na medida em que fornece instrumentos para problematizarmos os aspectos sociais que a norma possui. A valoração faz parte do processo de imbricação do ser vivente. Daí Canguilhem compreende que as normas funcionam como forma de determinação do organismo, mas não do meio<sup>52</sup>. A noção de meio, tão estudada, permitiu o advento daquilo que podemos denominar de Revolução Copernicana em Fisiologia.

A esse respeito, lembra-nos resumidamente Canguilhem que:

O benefício de um histórico, mesmo sumário, da importância do termo meio para a biologia, nos primeiros anos do século XIX, é a de dar conta da acepção originariamente, e de modo estrito, mecanicista desse termo. Se em Comte aparece a desconfiança de uma acepção autenticamente biológica e de um uso mais maleável, ele, por outro lado, cede imediatamente diante do prestígio da mecânica, ciência exata fundamentando a previsão sobre o cálculo. Para Comte, a teoria do meio aparece nitidamente como uma variante do projeto fundamental que o curso de Filosofia positiva se esforça em preencher: o primeiro o mundo, o homem depois ponto ir do

---

<sup>52</sup> Como ressalta Macherey no posfácio de *O normal e o Patológico*, dizendo que “O conceito de norma oferece um bom exemplo dessa destituição do nível teórico e do privilégio concedido à abertura de uma problemática. É impossível dar uma determinação científica do conceito de norma: todas as tentativas feitas nesse sentido (pelo objeto da fisiologia, pela ideia de média...) evadem-se do domínio da ciência”. (MACHEREY, 2020, p.266)

mundo ao homem ponto a ideia de uma subordinação do mecânico ao Vital. (CANGUILHEM, 2012, p.144)

Em medicina, por exemplo, a analogia com o meio expressaria “ao mesmo tempo o estado habitual dos órgãos e seu estado ideal, já que o restabelecimento desse estado habitual é objeto usual da terapêutica” (CANGUILHEM, 2020, p.79). Portanto, o normal seria aquele que está em conformidade com a norma e o anormal o que lhe resiste.

Numa leitura do entrelaçamento entre social e vital assume Mascaro que:

A preocupação de relacionar o vital com o social, no texto novo e derradeiro de *O normal e o patológico*, se faz a partir de um inventário filosófico que vai de pensadores como Kant a Bachelard, até mesmo passando por Kelsen e sua teoria pura do direito. Canguilhem retoma a noção de diferenciação entre norma social e norma da natureza. Ao contrário da normação natural, cuja determinação é impositiva, a norma social se apresenta como possibilidade.<sup>51</sup> Assim sendo, a normação social aponta para um caminho que comporta alternativas, dado que o possível não é o inexorável. A postulação de Canguilhem se direciona a considerar que, de algum modo, a normalidade vital, mesmo estando sob leis naturais, tem polaridade, dinâmica e, por isso, possibilidade. O chamado anormal – na verdade normação em qualidade distinta – é uma vitalidade tão possível quanto aquela que se convencionou chamar por normal. Exatamente pelo dito anormal existir é que ele impulsiona normações vitais contrárias, ditas normais. O projeto normativo da vida é derivado existencialmente das normações vitais qualitativamente indesejáveis. (MASCARO, 2020, p.12)

A partir daí, torna-se possível pensarmos a lógica das normas através dos agentes externos a ela, que atuam sobre corpos no intuito de confeccionar um sujeito normal em oposição ao patológico. Canguilhem considera, portanto, que o aspecto da doença é para o ser vivente outra forma de vida, passando por alterações de condutas. Por isso, vincula o normal ao meio ambiente, num tipo de relação que afirma inexistir fatores normais ou patológicos em si mesmos. Esses fatores provêm de uma relação entre organismo e meio ambiente, sendo ausente continuidades quantitativas entre normal e patológico.

O que há é uma descontinuidade qualitativa, trazendo situações adversas e ambíguas concomitante, ou seja:

Há duas consequências importantes derivadas dessa definição de doença. A primeira é vincular, de maneira essencial, doença e consciência da doença. De fato, a inserção de noções vinculadas a distinções qualitativas na diferenciação entre normal e patológico pode parecer uma porta aberta para derivas subjetivistas, já que a determinação da qualidade é uma operação valorativa que depende, em última análise, da expressão da subjetividade do doente. O mundo

do doente é qualitativamente diferente porque o doente avalia o decréscimo em sua capacidade funcional e em sua disposição. (SAFATLE, 2020, p.295 – 296)

Nessa afirmação, encontramos de certa forma, algumas relações diretas com o que Canguilhem propõe, sobretudo ao pensar que o patológico aparece, ou começa, apenas quando é compreendido enquanto tal através da consciência que experimenta a doença. Isso não quer dizer que há no sujeito que sofre um tipo de consciência atual do sofrimento. O que há, pelo contrário, é uma consciência da doença oriunda daqueles que já sofreram e exprimem essa relação ao médico, orientando seu olhar sobre a enfermidade, confeccionando outro tipo de saber sobre a doença. Assim, o médico poderá adiantar seu reconhecimento clínico da doença a partir daquilo que, outrora, lhe foi exposto, numa consciência anterior. Nesse sentido podemos entender que a anomalia experienciada de modo patológico numa individualidade, ou por alguém específico, em dada situação pode ser motivo para a emergência de novas normatividades. Por isso, haveria uma linha fronteira imprecisa entre normal e patológico, principalmente ao considerarmos várias individualidades concomitantes.

É nesse sentido que:

Não existe fato que seja normal ou patológico em si. A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras normas de vida possíveis. Se essas normas forem inferiores às normas anteriores, serão chamadas patológicas. Se, eventualmente, se revelarem equivalentes – no mesmo meio – ou superiores – em outro meio – serão chamadas normais. Sua normalidade advirá de sua normatividade. (CANGUILHEM, 2020, p.96)

Desse modo, a vida é considerada atividade normativa que rompe com qualquer valor negativo, ou que confere impotência a outras formas de vida. Por isso, a diferença não pode ser entendida como doença. A saúde é um tipo de norma individualizadora que confecciona outras normas a partir de anomalias produtivas pois toda forma de vida é constituída por “monstros normalizados” (CANGUILHEM, 2012 a, p. 157). Isso nos coloca diante da questão da monstrosidade, analisada pelos embriólogos no intuito de se ensinar a norma.

Vejamos o que Canguilhem tem a nos dizer sobre esse fato:

Desde então, a monstrosidade parece ter liberado o segredo de suas causas e de suas leis. A anomalia parece convocada a prover a explicação da formação do normal. Não porque o normal fosse apenas uma forma atenuada do patológico, mas porque o patológico é o normal impedido ou desviado. Retirem o impedimento e vocês obterão a norma. A transparência da monstrosidade para o pensamento científico a corta, doravante, que toda relação com o monstruoso. Sistemáticamente, o realismo condenou monstruoso a ser na arte tão somente o decalque da monstrosidade. (CANGUILHEM, 2012 a, p. 198)

Nesse sentido, o patológico não significa o anormal, mas o aprisionamento rígido numa estrutura normativa, pois, “somente assim se pode observar um fio condutor, sem cuja posse se deveria considerar necessariamente anormal – ou seja, acreditamos nós, patológico- todo indivíduo anômalo (portador de anomalias), isto é, aberrante em relação a um tipo específico estatisticamente definido.” (CANGUILHEM, 2012 a, p. 176). Daí o pensamento de Georges Canguilhem nos possibilita assumir o contrário de qualquer imposição de normatividades reguladoras unívocas. O seu conceito de vida implica em aprofundarmos a normatividade a partir dos embates e conflitos presentes no interior da nossa sociedade.

Para Canguilhem existe um valor não apenas como atributo humano, uma espécie de normatividade biológica, como sustenta o filósofo ao dizer que:

O fato de reagir por uma doença a uma lesão, a uma infestação, a uma anarquia funcional, traduz um fato fundamental: é que a vida não é indiferente às condições nas quais ela é possível, que a vida é polaridade e, por isso mesmo, posição inconsciente de valor, em resumo que a vida é, de fato, uma atividade normativa. Em filosofia, entende-se por normativo qualquer julgamento que aprecie ou qualifique um fato em relação a uma norma, mas essa forma de julgamento está subordinada, no fundo, àquele que institui as normas. (CANGUILHEM, 2020, p.180)

Aqui podemos colocar esse percurso da história epistemológica de Canguilhem acerca da normatividade, e que contempla a relação entre normal e patológico, de modo mais sucinto. O patológico é regido pelas mesmas leis do normal, o que nos permite concluir, então, que “o termo normal não tem nenhum sentido propriamente absoluto ou essencial”, pois, “nem o vivente, nem o meio podem ser ditos normais se os considerarmos separadamente, mas apenas em sua relação” (CANGUILHEM, 2012 a , p.176).A diferença entre ambos não se dá na instância das leis naturais que buscam descrever seus processos físico-químico, a sua diferença reside na própria relação do sujeito concreto com o meio. Assim, é a norma que define o fato, “é a atividade do próprio organismo. Esse é o fato simples que queremos designar quando falamos em normatividade biológica” (CANGUILHEM, 2020, p.82).

Ou seja, é na possibilidade de ser, ainda, normativo, que se define a saúde, sendo a patologia o fato impossível de superar a normatividade atual, de ser normatizado (normalizado), assim:

Para Canguilhem, no entanto, residem diferenças de fundo entre uma normação social e uma normação vital. A primeira, quando tomada em totalização, tende à

organização. A segunda, por sua vez, perfaz um organismo vivo. Neste sentido, o social se faz por procuras por regulações sem uma finalidade intrínseca ou já dada. O vital, por sua vez, revela a existência de dispositivos de regulação. O meio interno e a homeostase oferecem, organicamente, polarizações que buscam retornar à constante quando ocorram variações. Daí, para Canguilhem, a dificuldade em intercambiar de modo simples os conceitos de saúde e doença do vital para o social, dada a natureza distinta da organização social e do organismo vivo. (MASCARO, 2020, p12-13)

Os parâmetros valorativos são, portanto, aqueles que definem comportamentos anormais encontrados através da experimentação e observação ou considerando estudos clínicos laboratoriais e populacionais. Ou seja, se algum sujeito for constituído de valores abaixo ou acima dos estabelecidos como normais acaba apresentando sintomas diretamente vinculados com o achado laboratorial. Nesse sentido, a apreciação de um estado normal, sobretudo em medicina, estaria atrelada a uma circunstância vital.

Sublinha-se então:

Achamos que a medicina existe como arte da vida porque o vivente humano considera, ele próprio, como patológicos - e devendo, portanto, serem evitados ou corrigidos - certos estados ou comportamentos que, em relação à polaridade dinâmica da vida, são apreendidos sob forma de valores negativos. Achamos que, desta forma, o vivente humano prolonga, de modo mais ou menos lúcido, um efeito espontâneo, próprio da vida, para lutar contra aquilo que constitui um obstáculo a sua manutenção e a seu desenvolvimento tomado como normas (CANGUILHEM, 2020, p. 80)

Isso significa que o ser humano não seria o único dotado de valor, já que o próprio ser humano vivente seria capaz de apresentar uma posição valorativa, tal como a vida, em suas funções mais básicas do nível fisiológico, por exemplo, como assimilação e excreção. Desse modo, “a capacidade normativa medeia a possibilidade de o ser vivo, em tensão com o meio, criar uma nova ordem fisiológica ou patológica” (CZERESNIA, 2012, p.68). Essa percepção faz parte do modo de Canguilhem problematizar o fato de a vida ser, enquanto propriedade, criadora de normas, sobretudo para perseverar as condições do meio. A vida como inconsciente tem uma atribuição valorativa. O homem é um ser vivo estruturado por uma nova ciência, a biologia, cuja origem seria o conceito de normatividade vital (CZERESNIA, 2012, p. 81). Nesse sentido, o conhecimento estaria enraizado nos erros provenientes da vida como abertura para a verdade do mundo. O que nos leva a entender que no pensamento de Canguilhem inexistia uma teoria do conhecimento na perspectiva clássica.

A Canguilhem interessa a pretensão de verdade nas ciências, imbuídas de valores e normatividade. Também, busca saber situar esse valor da verdade com relação aos valores da

vida, em suas raízes similares. Resgatando algumas ideias centradas na relação da vida com a norma, podemos destacar que a ideia pautada no mau funcionamento do organismo não significaria algo derivado da verdade sobre o caso normal. Nem o patológico é a verdade sobre ausência de padrão. Pelo contrário, isso indica a nova configuração do organismo<sup>53</sup> pela sua possível adaptação às perturbações externas do ambiente, emergindo outras normas e formas de vida através da normatividade vital. Isso caracteriza a importância dessa concepção de Canguilhem sobre a noção de doença.

A partir dessa nova reflexão, a doença como sintoma do estado patológico passa a intervir de modo mais concreto na existência e não só enquanto objeto de conhecimento na relação entre a experiência do paciente e o olhar do médico. Nesse caminho, a experiência daquele que está enfermo passa a ser entendida como criadora de normas à observação do médico. A problematização sobre a norma é referida a uma estrutura invariante que, ao mesmo tempo, contempla diversos significados, mas que a história epistemológica busca exhibir. Canguilhem faz dessa problematização um modo de confrontar o princípio estruturante da norma na história das ciências da vida. Há no pensamento de Canguilhem a presença do “conceito de normatividade biológica, central na sua obra, que traduz a definição de vida como posição inconsciente de valor” (CZERESNIA, 2012, p. 5). Isso coloca em evidência o problema de que há na experiência do homem uma forma simbólica de normatividade e que “o conceito de norma contém a questão: como descrever um movimento, no sentido de adaptação a condições novas, de resposta organizada a representações vazias” (VERMEREN, 2020, p.30).

No livro *O normal e o patológico (1943)*, Canguilhem analisa, de modo cuidadoso, as teorias elaboradas por médicos e pensadores no século XIX e XX no intuito de compreender as noções de doença inseridas pela medicina científica modernos. A problematização das definições de normal e patológico são fundamentais para o trajeto da história epistemológica de Canguilhem. Segundo o filósofo, quando a medicina passa a usar parâmetros quantitativos visando distinguir o estado normal do estado patológico, tal “como no caso da glicemia ou da contagem das células sanguíneas” (CZERESNIA, 2012, p.21), ainda que se pretenda alcançar a objetividade presente nos números teria, num certo limite de corte, juízo valorativo. Nesse

---

<sup>53</sup>Para Canguilhem existe uma relação entre vital e social, algo que será melhor tratado nas *Novas Reflexões, sobretudo no texto intitulado Do Social ao Vital*. O filósofo francês sustenta que “os fenômenos da organização social são como que uma imitação da organização vital, no sentido em que Aristóteles diz que a arte imita a natureza. Imitar, no caso, não é copiar, e sim procurar reencontrar o sentido de uma produção” (CANGUILHEM, 2020, p.202)

sentido, a doença é traduzida pelo olhar de quem a expõe, ou seja, “a hiperglicemia, identificada laboratorialmente, traduz-se clinicamente como um quadro de poliúria, polidipsia, polifagia e astenia que configuram, para o indivíduo, um mal-estar” (CZERESNIA, 2012, p.21). Isso ilustra a variação do sentido de normal, muito bem observado por Canguilhem. O normal pode caracterizar uma medida estatística (representada pela gaussiana), tendo o sentido de média, daquilo que seria mais frequente, “um tipo ideal que orienta como algo deve ser” (CZERESNIA, 2012, p 21).

Por isso determinados comportamentos acabam sendo colocados pela dicotomia normal (saudável) e anormal (patológico) e, ao explicar essa relação, ressalta-se ainda que:

Quando afirmamos, por exemplo, que é normal uma criança chorar quando os pais a colocam para dormir, estamos dizendo que esse é um comportamento frequente entre crianças. Trata-se de um juízo de valor: tal comportamento é esperado, aceitável e considerado natural. A duplicidade de sentido e a ambiguidade da compreensão do estado de normalidade – como fato estatístico ou valor – estão presentes na medicina quando esta desenha a fronteira entre o normal e o patológico. (CZERESNIA, 2012, p.21)

Canguilhem se direciona, em seu livro sobre o normal e o patológico, à tematização do fisiológico, que confere o estado normal, em diferença ao anormal, que seria o estado patológico. Indo mais além, ele considera que só seria possível assumir esses conceitos ou estabelecê-los segundo observações feitas sobre os corpos vivos. Para conhecer essa nova situação, o corpo acometido pela enfermidade deve provocar alterações, desvios no funcionamento do que se compreende como saudável. Assim, Canguilhem assume que a avaliação desse estado fisiológico dito normal e a recuperação do organismo considerado doente não é realizada pelo cientista, mas pelas ideias e pensamentos vigentes no âmbito social em que estão inseridos o sujeito doente, bem como o médico. Isso significa que o conceito de normal é normativo, produzindo assim, uma normatividade mais do que constatá-la.

Basta aqui ressaltarmos o fato de que há no livro *O normal e o patológico (1943)* a preocupação em situar a normatividade vital como algo proveniente do biológico, em oposição ao plano social do qual aparecem às normas. Essa é a guinada epistemológica provocada por ele, ao assumir que a vida não termina em si mesma, mas dialoga com o meio. Surge ideia de que só é possível compreender o normal e sadio, devido à sua capacidade de adaptação ao meio. Por isso, a normatividade vital não pode se submeter ao espaço social que intenta determiná-la, pois ela jamais pode ser reduzida a aspectos teóricos, técnicos. Ao contrário do ideal de normalidade, proliferado pela sua relação com a norma, valorada.

Assim, esclarece Canguilhem, em *Do Social ao Vital*:

O que caracteriza um objeto um fato dito normal, em referência a uma Norma externa ou imane, é o poder ser, por sua vez, tomado como ponto de referência em relação a objetos ou fatos ainda espera de serem classificados como tal. Portanto, o normal é, ao mesmo tempo, a extensão e a exibição da Norma. Ele multiplica regra, ao mesmo tempo em que a indica. Ele requer, portanto, fora de si, a seu lado e junto a si, tudo o que ainda lhe escapa. Uma Norma tira seu sentido, sua função e seu valor do fato de existir, fora dela, algo que não corresponde a exigência que ela obedece. (CANGUILHEM, 2020, p.188)

Por isso a importância dada pelo filósofo francês aos conceitos de normal, anomalia e doença. Indo mais além, Canguilhem analisa os conceitos de norma e média, considerando-os irredutíveis, ou de:

Certo sentido, a duração de vida socialmente normativa. Nesse caso, ainda, a norma não se deduz da média, mas se traduz pela média. Seria ainda mais claro se, em vez de considerar a duração média de vida em uma sociedade nacional, considerada globalmente, essa sociedade fosse especificamente dividida em classes, em profissões etc. Sem dúvida, constatar-se-ia que a duração de vida depende do que Halbwachs chama, em outra ocasião, de níveis de vida. (CANGUILHEM, 2020, p.109)

Nesse sentido, aquilo que compreende o conceito estatístico de normal enquanto proveniente de determinado grupo, realmente implica em normatividade. Tudo é normativo, mas precisamos considerar que tipos de normatividade se está falando. Por isso os conceitos são elementos fundamentais, sobretudo em ciência. Porém, os conceitos extrapolam a própria esfera científica, tendo certa autonomia em que seu uso passa a ser aplicado em diversas áreas de conhecimento. Isso nos mostra Canguilhem ao colocar em discussão o uso do conceito de norma no interior do direito, da técnica e da saúde. Principalmente pelo fato de que a vida não é fim em si mesma, como ressalta Canguilhem, porém algo que possui relação direta com o meio. É dessa relação que podemos inferir sobre as categorias normal, sadio<sup>54</sup>. A normatividade vista como operação regulatória trata sempre daquilo que faz parte de um

---

<sup>54</sup> Segundo Naomor de Almeida Filho, “Canguilhem sistematiza suas reflexões sobre conceitos de saúde numa conferência pouco conhecida, ministrada na Universidade de Estrasburgo, em 1988, e publicada em edição numerada de tiragem reduzida. Nesse trabalho, após breve análise etimológica, remontando as ideias hipocráticas, observa que, ao longo da história, a saúde foi tratada como se não pudesse ser apreendida pela razão e, por isso, não pertencesse ao campo científico. Canguilhem analisa particularmente a obra de Kant que, teria fundamentado a posição de que a saúde é um objeto fora do campo do saber e que, por esse motivo, nunca poderia ser um conceito científico, mas sim uma noção vulgar, popular, ao alcance de todos.” (FILHO, 2011, p.23-24)

espaço social determinado<sup>58</sup>, ao contrário da normatividade vital, formulada por Canguilhem, que extrapola qualquer tentativa de determinação. A produção científica advém do meio cultural o que a torna, portanto, uma construção. Nela encontramos conjuntos de proposições que se articulam sistematicamente com a sociedade.

## CONSIDERAÇÃO AO CAPÍTULO I

No primeiro capítulo buscamos localizar o pensamento da Epistemologia Histórica de Georges Canguilhem, indicando cada um de seus principais aspectos. O fato de ela ser normativa, descontínua e tratar dos conceitos. Afirmar que a epistemologia histórica é normativa significa compreender as regras do conhecimento que legitimam e fundamentam os discursos científicos, seus critérios de justificação e reconhecimento. Ser descontínua implica em situar as verdades dos discursos científicos em sua singularidade, funcionamento e aplicação.

Os modos de compreensão de determinados conceitos variam de acordo com as épocas. Daí também a importância atribuída pela epistemologia histórica aos conceitos que delimitam as práticas dos discursos científicos. Assim, a epistemologia histórica se pauta pelo grau de racionalidade conferido às ciências, parâmetro para a compreensão das pretensões de verdade dos discursos científicos.

Nesse sentido, abordamos os fundamentos da epistemologia histórica através do conceito de patologia. Para isso, utilizamos os livros de Canguilhem intitulados *O normal e o Patológico* e *O conhecimento da Vida*. Ao tratarmos do texto de 1943, *O normal e o Patológico*, contextualizamos o livro em relação ao adendo *Novas Reflexões Referentes ao Normal e ao Patológico (1963-1966)*. Mais adiante adentramos nas reflexões de Canguilhem sobre Normatividade, Normatividade Vital e Normalidade, discutindo conceitualmente o que elas significam à luz da epistemologia histórica.

## CAPÍTULO II:

### O NASCIMENTO DO MÉTODO ARQUEOLÓGICO E A NORMATIVIDADE EM FOUCAULT

O objetivo deste segundo capítulo consiste em analisar o aparecimento da arqueologia de Michel Foucault, tratando-o em sua relação com a epistemologia histórica de Georges Canguilhem. Além disso, consideraremos os aspectos principais da arqueologia, voltando-nos aos temas da normatividade, descontinuidade e história conceitual.

A palavra arqueologia designa uma estratégia produzida por Michel Foucault para identificar o subsolo de um determinado saber, ao menos desde 1966. Porém, desde o livro de 1961, *História da Loucura*, é possível localizar o momento prematuro da produção arqueológica no pensamento de Michel Foucault<sup>55</sup>.

Podemos dizer que a história arqueológica resulta do distanciamento da história epistemológica, propondo singularidades acerca da percepção da loucura, do olhar médio e dos saberes empíricos que confluem nas ciências humanas. No caso de seu primeiro livro *História da loucura*, Foucault portanto, utiliza outro nível de problematização, a do conhecimento e o da percepção sobre a loucura, “a verticalidade da análise diz respeito acima de tudo ao saber diretamente ligado à percepção, embora pretenda explicitar as condições de possibilidade da percepção e do conhecimento modernos da loucura” (MACHADO, 2007, p. 80).

Além disso, desde seu nascimento a arqueologia postula que nenhuma ruptura é total, sempre se conserva alguma coisa do momento histórico anterior. Há uma espécie de interdependência entre aquilo que se faz hoje, no campo da produção do saber, com o que já passou, ou seja, existe determinada correlação entre as práticas<sup>28</sup> e as teorias sobre a loucura que perpassam as épocas.

Essa é a via da história arqueológica, que elimina categorias presumidamente intemporais, cuja naturalidade dada ao homem, como ser social, passa a ser refutada ou desconstruída, tratando dessa relação (discurso, verdade, homem e natureza) a partir do fazer e do dizer de determinada época.

---

<sup>55</sup> Assim considera Roberto Machado, em *Foucault, a ciência e o saber*, chegando a sustentar que “História da Loucura inicia a série de análises históricas que, desde o primeiro momento, serão denominadas arqueológicas, por Foucault, para distingui-las da história das ciências e das ideias” (MACHADO, 2007, p.51)

## 2.1. O MÉTODO DE FOUCAULT E A NORMATIVIDADE

Podemos compreender, que a proposta metodológica da arqueologia é, segundo Roberto Machado, “uma análise histórico-filosófica do nascimento das ciências do homem” (MACHADO, 2012, p. 9). Michel Foucault tenta pensar a filosofia a partir de uma arqueologia em sua forma mais madura no livro de 1966, *As palavras e as coisas*.

Esse intento da arqueologia de meados dos anos 60 é sintetizado por Cesar Candioto, quando discorre sobre a noção de *episteme*:

Em vez de uma dialética da história, Foucault elabora uma história arqueológica pela qual os saberes de cada época somente podem ser apreensíveis pela episteme que lhes corresponde. Ao contrário da leitura que é feita desse conceito, na época, pela crítica, tornando-a uma estrutura formal que despotencializa a transformação histórica pela obra humana e pela luta de classes; na contramão, ainda da mera ordenação e sistematização dos saberes que ela torna cognoscível, a episteme também pode ser relida politicamente como uma fratura, uma interrupção dessa rigidez, aquilo que provoca a desestabilização de uma gramática que demarca os limites do pensável. Pode-se dizer que, diante da ordenação de palavras e coisas, segundo um a priori histórico determinado, os momentos de descontinuidade entre as epistemes apontam à dessistematização e desestabilização dos saberes, fazendo com que deixem de ser claramente apreensíveis. (CANDIOTTO, 2020, p.30)

Nesse sentido, Foucault quer fazer um estudo sobre o solo do Ocidente no qual, segundo ele, pode ser identificado o nível do saber, entendimento que só corre explicitamente em 1966. Pretende investigar como que um saber, numa determinada época, é considerado apreensível, ou seja, como num determinado solo, num determinado espaço de saber ele encontra sua própria coerência<sup>56</sup> e, portanto, também, insere-se não na perspectiva da verdade em oposição ao erro, do verdadeiro em relação ao falso. E como este saber em outro solo ou época deixa de ser verdadeiro<sup>57</sup>.

A arqueologia busca uma "coerência" da materialidade dos saberes no próprio espaço e tempo e não, como fazem outros filósofos da ciência, nas suas diferentes interpretações

---

<sup>56</sup> Devido a isso, para alguns intérpretes, como Inês Lacerda Araújo, Foucault pode ser inserido na categoria de um filósofo pós-estruturalista. Segundo Araújo “O pós-estruturalismo de Foucault propõe em lugar de um sujeito ausente puramente estruturado como faz Levi -Strauss, um sujeito constituído, que nunca está acima da trama histórica. São os diversos saberes e configurações e epistêmicas que ao longo da história o fizeram emergir como vivente, falante e trabalhador. Mas quando as ciências humanas tentaram representá-lo, o máximo que conseguiram foi isto: uma representação do homem e não o próprio homem”. (ARAÚJO, 2010, p. 137)

<sup>57</sup> Devemos lembrar que Husserl tentou transformar a filosofia numa ciência rigorosa logicamente falando. Não a partir de provas, mas a partir de outro critério ou lógico matemático. Arqueologia do saber não parte da atualidade de uma ciência determinada. Um exemplo de ciência analisada por Foucault é a psiquiatria.

ulteriores, a começar pela mais atual. Mais tarde, no livro de 1969, *A Arqueologia do Saber*, Foucault entende que a arqueologia analisa a positividade dos discursos, ou seja, como práticas discursivas, como enunciados efetivamente ditos para deles concluir que inexitem universais, algo muito próximo da preocupação da epistemologia histórica, como indica Roberto Machado, quando escreve que Foucault, em sua história arqueológica, estaria “fazendo, mais ou menos no estilo dos *epistemólogos*, uma história que recua no tempo e procura compatibilidades e incompatibilidades entre saberes do presente - no caso, a modernidade – e saberes do passado - o classicismo” (MACHADO, 2000, p.9). Por isso, o arqueólogo do saber se atenta às condições de possibilidade que determinam os discursos em cada época, bem como as estratégias de objetivação dos sujeitos nos saberes científicos. Não se trata, assim, de buscar um sujeito empírico, muito menos de um sujeito enquanto indivíduo, mas como o sujeito é somente um efeito na materialidade do dito ou do enunciado.

Nesse sentido ressalta Francisco Vázquez García que:

O empenho de Foucault, portanto, não é contradizer a abordagem representada pela história epistemológica das ciências praticada por seu professor; nem pretende apresentar a pesquisa arqueológica como uma mera extensão no campo das ciências humanas, do *modus operandi* de Canguilhem no campo das ciências da vida. Trata-se de especificar um nível de análise original e diferente daquele da história da ciência, mas ao mesmo tempo complementar a ela. Por isso, as distâncias entre a arqueologia e a história da ciência, o desejo de abrir um espaço próprio não diminuiram em um milímetro o reconhecimento de Canguilhem por Foucault<sup>58</sup>.(GARCÍA, 2018, p.130 -131 – tradução nossa)

Podemos entender que tanto a história epistemológica de Georges Canguilhem, quanto a história arqueológica de Michel Foucault se apoiam na noção de descontinuidade e na história conceitual. No entanto, se elas partilham da noção de normatividade, o que será estudado adiante, certamente esta última não tem o mesmo significado. Isso porque Canguilhem estuda as ciências a partir de seus conceitos que instituem o grau normativo dos discursos científicos, quando a Foucault, estuda os saberes a partir de sua positividade e materialidade. Além disso, a história arqueológica dedica-se em buscar as condições de possibilidade dos saberes sobre o homem. Assim, podemos concordar com François Delaporte que considera que “o método

---

<sup>58</sup> “El empeño de Foucault consiste por tanto, no en contradecir el enfoque representado por la historia epistemológica de las ciencias practicada por su maestro; tampoco pretende presentar las investigaciones arqueológicas como una mera prolongación en el terreno de las ciencias humanas, del *modus operandi* de Canguilhem en el campo de las ciencias de la vida. Se trata de especificar un nivel de análisis original y diferente al de la historia de las ciencias, pero al mismo tiempo complementario de éste. Por ello las distancias entre arqueología e historia de las ciencias, la voluntad de abrir un espacio propio no mermaron en un ápice el reconocimiento de Canguilhem por Foucault.”

utilizado por Foucault faz parte dessa tradição da epistemologia francesa<sup>59</sup> (DELAPORTE, 2015, p.1514- tradução nossa). O que quer dizer que, em alguma medida, ele é devedor da história epistemológica proposta por Canguilhem.

Neste capítulo tentamos indicar as possibilidades da presença de uma normatividade no percurso da arqueologia de Michel Foucault. Buscamos indicar em quais momentos podemos admitir que exista um tipo de normatividade, embora não o mesmo da epistemologia histórica. Partiremos das interpretações trazidas por Roberto Machado, que identifica uma normatividade na produção da história arqueológica. De outro lado, a posição de Vera Portocarrero, que acredita apenas ser possível esta noção no pensamento foucaultiano enquanto descritivista, e não normativa.

Após esse percurso, mencionamos especialmente o enfoque de *História da Loucura na Idade Clássica (1961)* no que diz respeito ao nascimento do saber psiquiátrico que, visando tornar-se ciência nos mesmos moldes da medicina do século XIX, passa a se apropriar de seus critérios de objetividade e neutralidade e, mais do que isso, encontra na doença mental a localização do seu objeto. Para indicarmos o modo como a normatividade se expressa neste texto de 1961, a partir das leituras de Roberto Machado (*Foucault, a ciência e o saber*) e de Márcio Alves da Fonseca (*Michel Foucault e o Direito*), realçaremos a expressão *experiência fundamental*<sup>60</sup>, *tomada como norma*. Ou seja, tentaremos mostrar que a normatividade pode ser vista a partir da noção de experiência fundamental. Tem-se como preocupação mostrar que em história da loucura “Foucault não está interessado no evento do confinamento em si mesmo, mas nas atitudes e percepções em relação à loucura ligadas a esse evento - aquilo a que repetidamente se refere como a experiência clássica da loucura”. (GUTTING, 2017, p. 82-83).

Doravante, continuaremos o percurso da história arqueológica tratando do livro de 1963 intitulado *O nascimento da Clínica*. Aqui a normatividade será analisada segundo as categorias superfície e profundidade no olhar médico, indo da protoclínica à anatomoclínica. Mais especificamente considerando que Foucault, de algum modo, busca encontrar uma

---

<sup>59</sup> La méthode utilisée par Foucault s'inscrit dans cette tradition de l'épistémologie française.

<sup>60</sup> Segundo Pierre Billouet a preocupação de Foucault, nesse sentido, estaria ligada a uma tese que tentará mostrar “com precisão, em cada uma de suas partes, o *conceito fundamental* de cada um desses mundos (barroco, clássico e moderno). O louco do período clássico erra de cidade em cidade, o louco da era clássica perde esta liberdade infeliz no confinamento, o louco da era moderna é medicalizado” (BILLOUET, 2003, p. 22)

<sup>64</sup>Vera Portocarrero debate essa questão da seguinte maneira ao dizer que para Canguilhem “A necessidade vital da regulação normativa imanente ao objeto normatizado desaparece diante do arbitrário social da decisão normativa, uma vez que a normalização dos meios técnicos, como os da saúde, da educação, do transporte de pessoas e mercadorias, é a expressão de exigências coletivas. Só há normalização social porque a sociedade se define como um conjunto de exigências coletivas articuladas em torno de uma estrutura diretriz que define seu bem singular”. (PORTOCARRERO, 2020, p. 16)

normatividade que esteja no interior da medicina em funções históricas diferentes, cujo pressuposto de uma determinada ruptura provocaria a emergência de outra normatividade. Finalmente, tentaremos argumentar que na fase madura do pensamento de Foucault, que é o livro *As palavras e as coisas*, a normatividade pode ser identificada a partir do conceito de *episteme*, como uma ordem geral do saber que torna apreensível saberes diferentes em uma mesma época.

## 2.2 A EXPERIÊNCIA FUNDAMENTAL DA LOUCURA E A NORMATIVIDADE

No pensamento arqueológico de Foucault há um aspecto de saber diferente daquele estudado pelos epistemólogos. Foucault não se ocupa das ciências naturais e ciências da vida, privilegiando antes o campo específico de uma região extremamente diferente que é chamada de ciências do homem ou ciências humanas. Mesmo que o interesse de Michel Foucault pelo saber psiquiátrico, pelas práticas médicas e pelo surgimento da biologia esteja presente em seus trabalhos da fase arqueológica, sua leitura de cada um desses saberes faz parte do modo como a coerência no interior da *episteme* – de caráter normativa-, permite que se exerça o reconhecimento destes discursos como verdadeiros e, portanto, aceitáveis/legítimos. É o caso da psiquiatria do século XIX, que, no entender de Foucault, apresenta-se como uma ciência humana.

Não obstante, a proposta da história arqueológica adota determinadas considerações já observadas pela epistemologia histórica, isto é:

Foucault é de certa forma herdeiro de uma historiografia da ciência, como a de Bachelard ou Canguilhem, que, sendo um tanto descontínua - ênfase nos cortes epistemológicos e nos deslocamentos conceituais - continua a considerar a noção de progresso científico como instrumento indispensável de análise. Um progresso que se faz rompendo os obstáculos da imaginação e do bom senso que o pensamento científico deve superar para se constituir, ou que se percebe quando um conceito deixa de ser apenas uma representação de fenômenos para se tornar um operador experimental, um guia produzir racionalmente os fatos investigados<sup>61</sup>.(GARCÍA, 1995, p. 34-35. Tradução nossa)

---

<sup>61</sup> “Foucault es en cierto modo heredero de una historiografía de la ciencia, como la de Bachelard o Canguilhem, que siendo en cierto modo discontinuista - énfasis en los cortes epistemológicos y desplazamientos conceptuales - sigue considerando na noción de progreso científico como un instrumento de análisis irrenunciable. Un progreso que se efectua por la ruptura con los obstáculos de la imaginación y del sentido común que el pensamiento científico tiene que vencer para constituirse, o que se advierte cuando un concepto deja de ser simplemente una representación de los fenómenos para convertirse en un operador experimental, una guía para producir racionalmente los hechos investigados.”

Nesse sentido, Michel Foucault procurou situar não apenas esses níveis em História da Loucura, mas, inclusive, correlacioná-los de uma maneira bastante precisa. Assim, ele se pôs a fazer uma história arqueológica, sem ainda nomeá-la como tal. No caso da loucura, por exemplo, tratava-se de mostrar que a doença mental, objeto da psiquiatria moderna, não é uma evidência atemporal, mas a novidade no fato:

Do método arqueológico ser um instrumento capaz de refletir sobre as ciências do homem enquanto saberes – investigando suas condições de existência através da análise do que dizem, como dizem e por que dizem – neutralizando a questão de sua cientificidade e escapando assim ao desafio impossível da recorrência, sem no entanto, abandonar a exigência de realizar uma análise conceitual capaz de estabelecer descontinuidades, não certamente epistemológicas, mas arqueológicas, isto é, ao nível dos saberes. (MACHADO, 2007, p.9)

Apesar de inexistir ainda a noção de saberes anterior ao livro *As Palavras e as coisas*, podemos compreender esse percurso inicialmente no livro *História da Loucura* através da percepção do louco. Para Roberto Machado a “*História da Loucura* inicia a série de análises históricas que, desde o primeiro momento, são denominadas ‘arqueológicas’, por Foucault, para distingui-las da história das ciências e das ideias” (MACHADO, 2007, p.51). Apesar de *História da Loucura* não se preocupar com uma história da psiquiatria ou buscar inquirir sobre os conceitos formadores desta disciplina, ela faz uma história arqueológica das práticas de enclausuramento do louco e das teorias médicas que associam a loucura à noção patológica.

A tese central é a de que somente na modernidade a loucura se torna objeto de saber psiquiátrico. Para se desfazer da evidência teórico-científica da psiquiatria, Foucault se dirigiu ao passado em busca de outras percepções e objetivações da loucura com seus sistemas de coerências. Em seu estudo, Foucault tratou primeiro do *Renascimento*, situado entre os séculos XV e XVI; em seguida, a Idade clássica, séculos XVII e XVIII; e, finalmente, a Modernidade, século XIX. Em cada uma destas épocas a descontinuidade pode ser entendida como um *desnível* entre o nível da percepção do louco e o do conhecimento - nosológico, classificatório, médico-psiquiátrico da loucura.

Nas palavras de Roberto Machado:

Toda pesquisa arqueológica de Foucault pretende pensar o que é o moderno, situando-o em relação ao clássico. Na História da Loucura isso levou a duas descobertas fundamentais ou à descoberta de uma descontinuidade, de uma grande ruptura em dois níveis diferentes: o das teorias sobre a loucura e o das

práticas que dizem respeito ao louco. Mais precisamente, um nível em que preponderam as teorias, outro, em que preponderam as práticas, pois a esse respeito a separação não é total. O fundamental é a existência da loucura sob o olhar da razão, ligando-se a um sistema de operações médicas relacionadas aos sintomas e às causas e, em outro nível, por sinal mais elementar, do louco situado do outro lado da razão, ligando-se as concepções políticas, jurídicas, econômicas. (MACHADO, 2000, p.15)

Podemos assumir que do ponto de vista de uma epistemologia positivista diríamos que hoje a psiquiatria é uma ciência - pois descobriu a verdade da loucura. A verdade de que a loucura é uma doença, mais especificamente, uma doença mental. Há um segundo sentido do que se entende por descontinuidade, que se refere às experiências fundamentais de cada época a respeito da loucura pelas formas de sua percepção em cada época<sup>62</sup>, de maneira descontínua. O louco sempre existiu, mas loucos designados como doentes mentais é uma invenção do século XIX. Cada camada de saber, cada época tem seus loucos – mas estes não são os mesmos quando as teorias e as práticas se cruzam em épocas diferentes. Observando a questão em termos arqueológicos, percebe-se que o louco, em cada época e espaço de percepção foi objetivado numa posição diferente. Hoje se assume que é a psiquiatria que se diz detentora da verdade da loucura, mas será realmente que isso é fato ou ela somente se contenta em tratar a loucura por meio de medicamentos?

Se for a psiquiatria atual que está no interior de uma estrutura, numa condição histórica de possibilidade determinada, significa que essa psiquiatria não é definitiva, pode mudar dando lugar à outra estrutura de saber, que vai considerar um absurdo a maneira como hoje os psiquiatras tratam os doentes mentais - ou melhor, tratam os loucos como doentes mentais. Assim, ao adotar a perspectiva arqueológica de que os objetos do conhecimento<sup>63</sup> que falam da loucura são construções de determinadas experiências fundamentais, cuja constituição é fruto dos discursos e percepções históricas sobre os loucos, Foucault nos instiga a uma investigação histórica a respeito da constituição histórica deste objeto. Observando esta tematização presente no livro de 61 a principal problemática desta obra memorável estaria em “estabelecer as condições históricas de possibilidade dos discursos e das práticas que dizem

---

<sup>62</sup> Devemos ressaltar segundo Flynn que “As primeiras grandes obras de Foucault foram arqueologias da loucura, da medicina clínica e das ciências humanas, respectivamente. Em vez de estudar a arque, ou origem, essas arqueologias examinam o arquivo”. (FLYNN, 2016, p.50)

<sup>63</sup> Um modo bem similar ao da epistemologia histórica no que concerne à tratativa dos conceitos. Para Paul Veyne “Se os conceitos devieram, as realidades também devieram, elas provêm do mesmo caos humano. Assim, elas não derivam de uma origem, mas formam-se por epigênese, por adições e modificações, e não a partir de uma pré-formação; não tem crescimento natural, como as plantas, não desenvolve o que teria para existido num germe, mas constituíram-se ao longo do tempo por graus imprevisíveis, bifurcações, acidentes, encontros com outras séries de acasos, rumo a um termo não menos imprevisito”. (VEYNE, 2011, p.98)

respeito ao louco considerado como doente mental” (MACHADO, 2007, p. 52). Por isso, o livro traz a novidade de que a psiquiatria é uma ‘ciência’ recente, podendo, portanto, ser datada a intervenção da medicina sobre o objeto doença mental. É no caminho da história arqueológica que Foucault indica os percursos dos discursos sobre a loucura até ela ser alçada ao estatuto de doença mental a partir da verdade psiquiátrica.

*História da Loucura* não se restringe tão somente ao aspecto discursivo sobre a loucura, recorrendo também aos âmbitos das práticas institucionais e sociais, que visam o controle do louco, bem como aos saberes que se relacionam ao tema da loucura. Nesse sentido, em *História da Loucura* encontramos uma espécie de descontinuidade no que diz respeito às práticas e às instituições, pois a loucura é situada a partir de sua construção institucional<sup>64</sup>. Plano das práticas, gestos e das instituições e o plano dos saberes e textos que tentam definir e explicar a loucura em cada experiência fundamental de percepção: cósmica, ontológica e antropológica. Deve-se considerar, portanto, a configuração do conceito loucura em relação à sua época.

Convém ressaltar a esse respeito que a história arqueológica da loucura não analisa o conceito da mesma maneira que a epistemologia histórica, todavia:

História da Loucura produz um importante deslocamento com relação a epistemologia: radicaliza essa independência do conceito em relação à ciência. Seu objeto nem é propriamente a ciência, nem a tem como critério. A psiquiatria não é, rigorosamente falando, ciência, mas nem por isso se torna impossível de analisar seus conceitos. Ela é um discurso teórico que, mesmo não tendo, pretende ter cientificidade, pois se organiza tomando como parâmetro o discurso da medicina. (MACHADO, 2007, p.74)

Por isso, a preocupação da história arqueológica sobre a loucura perpassa os modos discursivos e práticos de sua objetificação. Daí a importância do elemento conceitual para esse trajeto. Foucault, em sua arqueologia trata somente do espaço das práticas e teorias do ocidente europeu; detém-se, como já anunciamos, somente em dois limiares de descontinuidades: entre o Renascimento (séculos XV e XVI) e a Idade Clássica (séculos XVII e XVIII) e, entre esta e a Modernidade (século XIX).

---

<sup>64</sup> Nesse sentido resume muito bem a professora Inês Lacerda Araújo, ao sustentar que “Foucault não faz uma história evolutiva para saber o que é a loucura, como se ela fosse um referente já pronto e necessitasse ser desvelada aos poucos. Também não é a sua intenção dar conta do saber médico em termos de sua avaliação enquanto ciência eficaz ou não, isto é, se beneficia ou cura e de que modo deveria fazê-lo. Normalmente, aborda-se a história da medicina para ver como se chegou até a loucura vista como doença mental. O pressuposto é que antes ignorava-se o que ela é. A Foucault interessa saber como se pode chegar a formular isto como uma verdade”. (ARAÚJO, 2008, p.33)

O primeiro limiar é o Renascimento, cujo espaço para o louco – hospital, prisão-era inexistente e, por isso, ele podia perambular livremente. Caminhando pelos lugares, algumas vezes sendo expulso. Esse período não é tão desenvolvido pelo filósofo. A partir da *Nau dos Loucos*, tema presente em diversas manifestações artísticas (pintura e literatura principalmente), Foucault problematiza sobre o caráter simbólico que possibilitará o aparecimento do louco como objeto da relação entre verdade e razão<sup>65</sup>. Na pintura de Bosch, por exemplo, observamos uma visão trágica da loucura<sup>66</sup>, por estar vinculada ao mundo a as formas subterrâneas que o compõe.

A esse respeito diz Foucault:

O quadro de Bosch certamente pertence a toda essa frota de sonho. Mas de todos os navios romanescos ou satíricos, o *Narrenschiff*, é o único que teve uma experiência real, pois existiram esses barcos que levavam sua carga insana de uma cidade a outra. Os loucos tinham uma existência facilmente errante. As cidades os expulsavam de bom grado de seu meio. (FOUCAULT, 2010, p.9)

A percepção da loucura no século XVI, portanto, era a recusa da relação entre razão e loucura, mas a primeira poderia servir para o julgamento da segunda. Isso significa, segundo Foucault, a capacidade de se ter a consciência de si, com “sentido e valor no próprio campo da razão” (FOUCAULT, 2010, p. 33). No segundo momento, que na obra do Foucault será conhecido como Idade Clássica, a Loucura passa a ser objeto de aprisionamento no chamado hospital geral (1656), cujas funções eram de administrar, julgar e executar os casos de internação. Dentre as figuras que faziam parte dos internados tinham andarilhos, desocupados, miseráveis, e todos aqueles considerados inúteis socialmente.

Esses espaços de internação apenas começaram a desaparecer a partir do final do século XVIII. Mas o que Foucault demonstra é que os internamentos tinham mais fundamentos morais do que qualquer outra coisa. No momento em que o louco torna-se excluído aparece a alienação<sup>67</sup>. Ainda não cabia ao poder médico o aprisionamento, mas à uma ordem judicial solicitada pelos familiares para que houvesse a internação. Nesse sentido, surgem novas “fórmulas em nome das quais os insanos foram presos” (FOUCAULT, 2010, p. 135).

---

<sup>65</sup> Lembremos, como sustenta Machado, que em *História da Loucura*, quando o livro se refere a uma experiência trágica encontramos uma experiência que funciona como a própria condição de possibilidade da crítica dos saberes racionais sobre a loucura. (MACHADO, 2000, p.35)

<sup>66</sup> Podemos enfatizar, segundo Machado, que existe em História da loucura uma ideia trágica da loucura que a afasta de um viés epistemológico.

<sup>67</sup> Segundo Pierre Billouet, trata-se de fazer a arqueologia de uma alienação. De compreender que gestos causam a exclusão na era clássica e depois, na era moderna, a medicalização, desses homens. Trata-se de marcar os limites ou os cortes no tempo histórico por grandes períodos. (BILLOUET, 2003, p.24)

Indo mais além, sustenta Michel Foucault que:

Pouco mais de um século após a fortuna das loucas barcaças, vê-se aparecer o tema literário do Hospital dos loucos (...). É sabido que o século XVII criou vastas casas de internamento; não é muito sabido que mais de um habitante em cada cem da cidade de Paris viu-se fechado numa delas, por alguns meses. (FOUCAULT, 2010, p.42,48)

No terceiro momento, que é a Modernidade, a Loucura se torna objeto do olhar médico no espaço asilar, alienando-se<sup>68</sup>. Nesse período, através do instrumento asilar, ocorre o fato de que “a loucura é entregue ao conhecimento”<sup>69</sup>, passando pelo olhar do determinismo (FOUCAULT, 2010, p. 449). O saber sobre a loucura a liberta ao mesmo tempo em que a aprisiona ao torná-la objeto de conhecimento. Daí surge a possibilidade do saber científico sobre a loucura através dos “postulados da psiquiatria positiva e aos temas de uma ciência objetiva do homem”<sup>70</sup> (FOUCAULT, 2010, p.457). Com Pinel, o louco assumiu o estatuto de um tipo social, permitindo que se buscasse uma possível cura da loucura.

Foucault esclarece:

O asilo da era positivista, aquele pelo qual se glorifica Pinel por sua fundação, não é um livre campo de observação, de diagnóstico e de terapêutica; é um espaço judiciário onde se é acusado, julgado e condenado e do qual não se é libertado senão pela versão desse processo na profundidade psicológica, ou seja, pelo arrependimento. A loucura será punida no asilo, mesmo sendo inocentada fora dele. Por muito tempo, e até nossos dias pelo menos, ela está aprisionada em um mundo moral. (FOUCAULT, 2010, p.496)

Nesse sentido, Foucault emprega uma noção ontológica da loucura, visando se afastar da leitura antropológica, cujo fundamento esteve presente na percepção moderna da loucura, através das categorias alienação e doença mental. A tentativa de se elaborar um saber objetivo sobre a loucura, valendo-se de discursos pretensamente científicos como o da medicina, torna a história arqueológica uma abordagem refinada. Por isso Foucault aplica estrategicamente as relações entre conhecimento e percepção, em que a loucura se concentraria no nível da

---

<sup>68</sup> O filósofo inglês Gary Gutting assume esse aspecto da descontinuidade em história da loucura da seguinte maneira “Foucault estabelece entre a integração da loucura na existência medieval e renascentista, e sua exclusão na Idade Clássica. O ponto principal é que a exclusão e o confinamento eram traços distintivos da idade clássica em relação a loucura. Foucault esboça uma narrativa engenhosa e provocadora sobre os pontos de vista medieval e renascentista, mas nenhum argumento central depende dessa narrativa. O ponto necessário é meramente que a exclusão e o confinamento distinguem a Idade clássica de modo fundamental em relação aos séculos anteriores”. (GUTTING, 2017, p.77)

<sup>69</sup> “La folie est donnée à la connaissance”

<sup>70</sup> “Postulats de la psychiatrie positive et les thèmes d'une Science objective de l'homme”

percepção, constituindo um novo campo de saber. Para Roberto Machado, o percurso arqueológico de História da Loucura “tem o sentido preciso e restrito de investigação de condições de possibilidade mais profundas do que as dadas no nível do conhecimento, da ciência” (MACHADO, 2007, p. 77). Em história da loucura possível admitir somente a existência de uma arqueologia da percepção, mas que não exclui a possibilidade do saber. Isso fica mais claro no momento em que Michel Foucault passa a discutir sobre a emergência do conceito de alienação, proveniente das práticas institucionais de internação<sup>71</sup>.

A respeito do tema da alienação em *História da Loucura*, Foucault menciona que seu intuito foi:

Refazer a história desse processo de banimento é fazer a arqueologia de uma alienação. O que se trata então de determinar não é qual a categoria patológica ou policial assim abordada, o que pressupõe sempre a existência dessa alienação como um dado; é necessário saber como esse gesto foi realizado, isto é, que operações se equilibram na totalidade por ele formada. (FOUCAULT, 2010, p.81)

Foucault nos mostra nesse percurso que a experiência fundamental da loucura na época moderna consiste na percepção antropológica, que passa a ser objeto do conhecimento científico. Desse modo a loucura é elevada ao nível de doença, uma alucinação proveniente das verdades do homem.

Se pudermos, assim, localizar uma influência direta da Epistemologia Histórica de Canguilhem na história arqueológica de Michel Foucault, teríamos de assumi-la a partir da noção de normatividade. Com o advento dos trabalhos de Foucault na década de 60 o tratamento dado a determinados temas foram assumindo outro patamar, reconhecendo-se a importância de que para haver qualquer compreensão histórica dos saberes ou ciências, como estes foram constituídos, deve-se observar o seu grau normativo, localizando o seu estatuto de coerência. Isso significa assumir que, embora os saberes não detenham modos formais de conhecimento ainda sim eles dispõem de um “domínio positivo do conhecimento”. Assim, para Foucault, os saberes articulam-se com práticas sociais e políticas de determinadas épocas e, do mesmo modo, “é certo que Canguilhem, como Foucault, considera que as ciências humanas estão, em grande parte ligadas às práticas” (MACHADO, 2007, p.11). Por isso, a existência de

---

<sup>71</sup> Nesse sentido “o medo da loucura também está presente dentro do confinamento. E, ao medo interno e externo da loucura, junta-se uma crítica econômica da internação: encerrar o pobre em vez de fazê-lo trabalhar sob pressão da necessidade (reforçando apropriadamente a repressão à vagabundagem, etc.) é uma aberração...” (BILLOUET, 2003, p. 32)

um saber dito científico só pode existir nos quadros possíveis de determinado contexto, cujos instrumentos normativos fundamentam a regulação e proliferação desses discursos. A medicina ocupa grau de importância nas análises teóricas de ambos, principalmente em Canguilhem. Foucault considera, em seu projeto arqueológico, que a Medicina desempenhou um papel fundamental para o aparecimento das Ciências Humanas. Tal observação fica mais evidente em passagens de *O Nascimento da Clínica*. Neste texto de 1963 Foucault sustenta que a Medicina foi responsável pelo surgimento da noção de norma, pois é no olhar clínico que se “descobre um parentesco com um novo sentido que lhe prescreve sua norma e sua estrutura epistemológica” (FOUCAULT, p.139). É, portanto, através do prestígio que as Ciências da Vida passaram a ter durante o século XIX, que a categoria norma passou a ser utilizada pelas ciências do homem, visando compreender a estrutura correspondente a relação opositiva entre normal e patológico, saudável e mórbido.

Com isso, tanto para Foucault como para Canguilhem, a medicina torna-se uma ciência creditável devido ao seu grau de coerência interna, fundamentada na noção de norma. Isso opera, de certa maneira, no próprio entendimento que temos em torno da verdade. Entende-se, portanto, que cada saber científico particular produz, em cada momento da história, suas próprias normas de verdade. Todavia, é a verdade que permanece enquanto norma “absoluta” do grau de cientificidade deste saber. Sendo assim, existira uma normatividade inerente a cada nova produção científica, condicionada pelos sistemas de enunciados, conceitos e métodos coerentes. Portanto, a normatividade interna que confere coerência aos discursos é deslocada por Foucault de seu nível epistemológico da ciência para o arqueológico do conhecimento.

Podemos considerar inicialmente que Foucault não se preocupa em *História da Loucura* somente em escrever o conhecimento e a percepção sobre a loucura nos diversos momentos ou épocas. O seu enfoque não é encontrar uma normatividade vital, no primeiro sentido tratado por Canguilhem. Isso significa que o filósofo francês desconsidera a normatividade biológica que delimita qualquer possibilidade para se entender as percepções em torno da loucura. Foucault parte da problematização do presente em direção do passado. Ele quer saber por que a loucura ainda é objeto de inquietação e de preocupação e confinamento, razão pela qual busca na história outras percepções da loucura. O que Foucault faz, a nosso ver, parecido a Canguilhem, é tratar do próprio objeto loucura a partir de suas condições históricas de possibilidade que poderiam remeter a uma forma de normatividade.

A questão que tomará Foucault para produzir uma arqueologia da percepção em *História da Loucura* é considerar a experiência originária da loucura, caracterizada por uma cisão trágica, a qual poderia ser pensada enquanto um tipo de normatividade.

Foucault esclarece essa questão da seguinte maneira:

A experiência trágica e cósmica da loucura viu-se mascarada pelos privilégios exclusivos de uma consciência crítica. É por isso que a experiência clássica, e através dela a experiência moderna da loucura, não pode ser considerada como uma figura total, que finalmente chegaria, por esse caminho, à sua verdade positiva; é uma figura fragmentária que, de modo abusivo, se apresenta como exaustiva; é um conjunto desequilibrado por tudo aquilo de que carece, isto é, por tudo aquilo que o oculta. Sob a consciência crítica da loucura e suas formas filosóficas ou científicas, morais ou médicas, uma abafada consciência trágica não deixou de ficar em vigília. (FOUCAULT, 2010, p 28-29)

Portanto, devemos olhar para essa hipótese segundo uma interpretação originária da loucura. Ou seja, seria nessa hipótese de uma experiência trágica, como afirma Machado, que a partir dessa experiência torna-se possível “dizer a verdade da psiquiatria ou da psicologização da loucura, situando-a no processo histórico de um controle cada vez mais eficaz efetuado pela razão”. Diante disso, podemos considerar de início, determinado aspecto relacional entre Canguilhem e Foucault no âmbito das práticas sociais<sup>72</sup> normativas que produzem efeitos através dos saberes.

Desse modo,

Só há sujeito para Canguilhem porque há, simultaneamente, sujeição às normas que objetivam o sujeito, e subjetivação dessas mesmas normas. O sujeito é um efeito das normas, porém, um efeito original, pois se efetua a si mesmo, delas distanciando-se. A distância torna-se a condição normativa do sujeito. O ato de subjetivação por excelência é o afastamento das normas; sua condição de possibilidade é a capacidade normativa da distância. Foucault parte do enraizamento em Canguilhem para mostrar, a seu modo, como práticas sociais podem engendrar saberes que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também objetivam o sujeito, fazendo nascer formas totalmente novas de sujeitos; para mostrar como se pôde formar, no século XIX, um certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra, saber esse que, na verdade, nasceu de práticas sociais divisoras do indivíduo. (PORTOCARRERO, 2009, p. 217)

---

<sup>72</sup> Por exemplo, de acordo com Gutting, Foucault “sustenta que o isolamento dos loucos (junto a várias outras pessoas cujo comportamento envolvia uma rejeição da razão) em casas de internação foi uma prática que assumiu uma importância central durante a Idade Clássica e é essencialmente conectada com a experiência fundamental da loucura na época” (GUTTING, 2017, p. 80)

Podemos entender que a proposta de *História da Loucura* é ser “um discurso normativo no sentido preciso de detectar uma direção na história das teorias e práticas relacionadas com a loucura que revela como uma realidade originária, essencial, da Loucura teria sido encoberta -e não descoberta – por ter se mostrado ameaçadora, perigosa” (MACHADO, 2007, p. 83). Ou seja, *História da Loucura* se trata de uma história normativa. Assim considera Roberto Machado em seu livro Foucault do ano de 2007, *A ciência e o saber*.

Nesse sentido também concorda Georges Canguilhem que, em seu texto intitulado *Sur l'Histoire de La folie en tant qu'événement*, afirma:

Se os conceitos de norma e de normalização, destinados a tornar inteligíveis as estratégias de diferentes poderes (político, jurídico, médico) nas sociedades modernas, não são sistematicamente utilizados antes de Surveiller et punir (1975), foi *Histoire de La folie* (1961) que mostrou, desde o começo das análises (...) que aquilo que a pretensa psicologia do século XIX buscou em verdade fundar, a delimitação do ‘normal’, não passa da consagração discursiva de práticas de estabelecimento da incapacidade jurídica de um indivíduo. (CANGUILHEM, 1986, p.37)

O que *História de Loucura* tem de normativo seria o modo de expor claramente as estruturas das experiências fundamentais da loucura, mostrando que tais estruturas dessas experiências não são as mesmas. Além disso, a tese central de 1961 também indica, com rigor de detalhes, a objetivação diferente da loucura em cada período tratado. A preocupação de Foucault em *História da Loucura* se deu em compreender a distinção entre razão/desrazão enquanto um acontecimento histórico, ao analisar as condições de possibilidade que viabilizaram o aparecimento desse discurso sobre a loucura em vários momentos. Ele vai situando na arqueologia os diferentes modos de percepção sobre a loucura que passam a funcionar como um solo de possibilidade em determinado momento histórico. Mas o que tem de peculiar, a nosso ver, é a forma como Foucault mostra as práticas normativas<sup>73</sup> durante esse processo.

A esse respeito podemos compreender que:

A consciência prática é uma consciência social e normativa, uma vez que se dá em termos de uma escolha de um grupo que separa o domínio da razão e o domínio da loucura, sendo que a este último pertencem aqueles que transgridem, de alguma forma, as normas sociais estabelecidas. (FONSECA, 2012, p.46)

---

<sup>73</sup> Para Vera Portocarrero, isso estaria vinculado na forma com que “o nível arqueológico se apresenta como ligado à experiência e à percepção” (PORTOCARRERO, 2009, p.13)

Foucault, portanto, almeja indicar os trajetos da percepção da loucura sem adentrar na recorrência, indo ao passado e chegando ao momento da apreensão da loucura por um tipo de saber, o psiquiátrico. O que há no projeto delineado pela História da loucura é a tentativa de delimitar os diferentes aspectos históricos que permitiram que a loucura fosse capturada no seio de uma cultura, que falaram da loucura e a capturaram no seio de uma cultura. Assim, ocorre a tentativa de se analisar as “experiências da loucura”.

Dessa maneira:

*História da loucura* é um discurso normativo no sentido preciso de detectar uma direção na história das teorias e práticas relacionadas com a loucura que revela como uma realidade originária, essencial, da loucura teria sido encoberta — e não descoberta — por ter se mostrado ameaçadora, perigosa. (MACHADO, 2007, p.83)

Esse percurso possibilitou a Foucault mostrar as diferentes formas de sequestro da loucura na sociedade e a sistematização da percepção sobre a loucura, do Renascimento à Modernidade, quando nesta última ela é percebida como doença mental no interior do saber psiquiátrico. A matéria prima utilizada por Foucault para adentrar nas tematizações da loucura, foi a percepção, um tipo de formatação teórica oriunda das estratégias dos fenomenólogos<sup>74</sup>. O filósofo francês se afasta de um estudo que se propõe a compreender as condições de possibilidade deste saber pelo viés normativo da verdade, como propôs Canguilhem.

Isso nos é lembrado por Machado, que diz

É neste sentido que eu falava de um uso invertido da recorrência que permite julgar a produção teórica sobre a loucura, demonstrando ser ela não só incapaz de enunciar a verdade da loucura, como também responsável pelo banimento da verdade da loucura como desrazão. Assim, a produção teórica sobre a loucura pode ser considerada como o contrário de um conhecimento, no sentido de que lhe cria supostas naturezas ou essências. O curioso é que todo esse processo histórico se realiza com o objetivo de subordinar a loucura justamente à razão e à verdade. Curioso e paradoxal, na verdade, porque é como se fosse preciso uma suposta ciência para possibilitar o maior domínio da razão sobre a loucura. De todo modo, o que demonstra Foucault é que o saber sobre a loucura não é o itinerário da razão para a verdade, como é a ciência para a epistemologia, mas a progressiva descaracterização e dominação da loucura para sua integração cada vez maior à ordem da razão. (MACHADO, 2007, p.86)

Na história arqueológica, a loucura é considerada a partir de sua percepção colocada no âmbito nosográfico e institucional. Havendo descompasso entre discurso e percepção da

---

<sup>74</sup> Vide NALLI, Marcos. *Foucault e a Fenomenologia*. São Paulo: Loyola, 2006.

mesma maneira que ocorre entre conhecimento e percepção, mas que não se dá de maneira equânime em todas as épocas trabalhadas. Sendo o primeiro produto do discurso teórico e, portanto, normativo, fazendo com que Foucault discorde da pretensão de se buscar as condições de possibilidade da psicologia no interior das ciências médicas. Concordamos com Machado no momento em que afirma dever ser a análise sobre a loucura no “nível nomeado percepção, da relação teórico-prática estabelecida com o louco numa situação de exclusão institucional” (MACHADO, 2007, p.81). Desse modo, a proposta de Foucault indica um tipo de normatividade que consiste na experiência fundamental no interior das percepções da loucura. Ocorre que a história arqueológica presente em *História da Loucura* segue a empreitada de compreender o advento de um novo saber sem necessariamente atentar-se aos critérios de cientificidade.

A relação entre percepção e conhecimento coloca *História da Loucura* em outro patamar, se desvencilhando das propostas teóricas anteriores da história epistemológica, que consideravam os critérios de cientificidade bem como a recorrência dos conceitos como primordiais para a história das ciências. No entanto, como já mencionamos, a interpretação do saudoso Roberto Machado segue outro caminho. Parece-nos interessante retornarmos a ela no intuito de podermos sintetizar os possíveis caminhos em torno da normatividade histórica traçados em *História da Loucura*. No prefácio deste livro, na edição de 1961, observamos indicações sobre os caminhos da descontinuidade e da normatividade histórica que, segundo Roberto Machado, estarão presentes em toda a obra.

Nesse sentido,

O momento em que o livro mais se aproxima da história epistemológica é quando, na segunda parte, estuda a teoria clássica, não psiquiátrica da loucura. Aí a análise em termos de obstáculos faz de *História da Loucura* uma **história normativa** no sentido de julgar o conhecimento da loucura a partir dos requisitos definidos pela medicina classificatória, demonstrando a impossibilidade de a teoria da loucura permanecer fiel aos critérios de racionalidade estabelecidos por uma medicina compreendida como conhecimento nosográfico das doenças a partir dos sintomas. (MACHADO, 2007, p.83)

Na leitura desta passagem, podemos assumir que a história epistemológica de Canguilhem tem ressonâncias na arqueologia de Foucault, mais especificamente em *História da Loucura*. A questão da recorrência (normatividade) pode ter sido modificada – como consideramos – mas não abandonada no campo estratégico da pesquisa arqueológica. Mas, essa não é a proposta central de Foucault. Podemos concluir então que a recorrência, se existe na história arqueológica da percepção em *História da Loucura*, não é o enfoque principal do

arqueólogo. Michel Foucault consegue desenvolver seu trabalho acerca da percepção da loucura valendo-se de estratégias de pesquisa próprias e que serão a sua marca em trabalhos posteriores. Podemos considerar então que, em *História da Loucura*, Foucault mostra que o objeto loucura não é sempre o mesmo, indicando que o louco internado no século XVII na companhia daqueles que eram desprestigiados socialmente e o louco analisado pelo médico no século XVIII são figuras distintas. Assim, a possibilidade para que houvesse cada tipo de percepção sobre a loucura faz parte da normatividade na qual esta percepção se constitui. Por exemplo, a normatividade na qual aparece a loucura como objeto do olhar médico necessitava de espaços, medidas de reclusão, observação, diferenciação da loucura da possessão demoníaca, decisões judiciais para internamento, que vinham por parte dos familiares do sujeito visto como louco. A normatividade neste percurso da história arqueológica sobre a Loucura se revela através da “experiência fundamental da loucura – mascarada, dominada, mas não destruída, pela história – que serve de critério de julgamento da loucura produzida teórica e institucionalmente” (MACHADO, 2007, p.164). Esse é o grau da normatividade no texto de 1961.

Nesse aspecto, o projeto traçado por Foucault se deu em atender a atuação das normas na vida dos sujeitos e mostrar como essas normas estipulam práticas sociais e institucionais. O plano da percepção da loucura perfaz conjuntamente seu ideal normativo, ou melhor, um tipo de normatividade social que adentra no universo da experiência fundamental da loucura. Podemos exemplificar essa questão a partir do modo como a loucura foi percebida na Idade Clássica.

Nesse sentido diz Foucault

A partir da era clássica e pela primeira vez, a loucura é percebida através de uma condenação ética da ociosidade e numa imanência social garantida pela comunidade do trabalho. Esta comunidade adquire um poder ético de divisão que lhe permite rejeitar, como num outro mundo, todas as formas de inutilidade social. É nesse outro mundo, delimitado pelos poderes sagrados do labor, que a loucura vai adquirir esse estatuto que lhe reconhecemos. (MACHADO, 2010, p. 73)

A percepção trágica (ou cósmica) da loucura presente na Renascença é composta pela relação ambígua entre razão e loucura. O aparecimento da loucura ameaça a existência da razão invertendo a ordem e a natureza fundamental do cogito. Com a representação da loucura nas pinturas de Bosch e Brueghel, por exemplo, a loucura se torna ápice da figuração imagética no imaginário deste período, sobretudo porque exprime os segredos e as vocações em torno da natureza da loucura. Uma tentativa de se revelar a verdade sobre o louco. Em

outro plano, o da literatura, a loucura também é representada, porém com menos fascínio. Sempre há algum conteúdo de razão na loucura e de loucura na razão. O que deve ser ressaltado é que, nesse momento, a loucura afirma a verdade de cada sujeito, mas não por meio de saberes definidos, pois a loucura seria para Foucault “o castigo de uma ciência degenerada e inútil”, mais do que isso ela é “a punição cósmica do saber e de sua presunção ignorante” (FOUCAULT, 2010, p.24). O aspecto centrado na dualidade percepção e conhecimento, portanto, faz parte das novas condições possibilidade para se falar em loucura enquanto enfermidade. Nesse sentido sustenta García que:

O estudo do homem normal só é possível, portanto, a partir da experiência negativa do patológico. No caso da “psico” ciência, essa negatividade, ferida pela era clássica, constituiu-se pela medicalização do confinamento. Para que o homem fosse objetificado pela psicologia ou pela psiquiatria, era necessário, em primeiro lugar, que sua identidade fosse encontrada, alienada. Só o louco, percebido pela consciência analítica como sujeito ao determinismo da natureza, pode ser estudado como objeto natural. Desse modo, as leis que governam a psique normal são estabelecidas a partir dos princípios que governam o estado patológico<sup>75</sup>.(GARCIA, 1995, p. 60 – Tradução nossa)

Isso evidencia o aspecto moral que a loucura assume nesse momento, contemplando as fraquezas e ilusões do homem. Apesar de na Renascença a loucura ser compreendida em seus níveis cósmico e crítico ela já antecipa a divisão que marcará a percepção presente na Idade Clássica. Nessa transição, os elementos trágico - cósmico - e crítico – moral – da loucura se distanciarão cada vez mais. Em que pese essas experiências originárias da loucura, ressalta:

Portanto, se a hipótese de uma loucura originária, não inteiramente dominada pela razão e em luta contra ela, é importante, o motivo é que só essa experiência pode dizer a verdade da psiquiatria, ou seja, situá-la com relação ao processo de implantação de uma razão que sufocou, aprisionou e procurou destruir a loucura. No Renascimento, por meio de uma crítica moral que a situou como ilusão; na época clássica, através de um racionalismo que a desqualificou como erro; na modernidade, pelas ciências humanas, que, aceitando-a como alienação, a patologizaram.(FOUCAULT, 2010, p.85)

---

<sup>75</sup> “El estudio del hombre normal sólo es posible, por tanto, a partir de la experiencia negativa de lo patológico. En el caso de las ciencias psico, esta negatividad, heredada de la época clásica, se constituyó a través de la medicalización del encierro. Para que el hombre fuera objetivado por la psicología o la psiquiatria, era necesario en primer lugar que su identidad se encontrara enajenada. Sólo el loco, que la conciencia analítica percibe sometido al determinismo de la naturaleza, puede ser estudiado como objeto natural. De este modo las leyes que rigen el psiquismo normal se establecen a partir de los principios que gobiernan el estado patológico”.

A experiência da loucura indica os confrontos da verdade moral do homem, provenientes de norma da natureza e da sua verdade. Como já abordamos, aqui emerge a *Nau dos Loucos* que permite a loucura circular, sobretudo no plano das práticas sociais. Transportada pela *Nau*, movimentando-se, não sendo aprisionada. Pelo contrário, a loucura se torna expressão do cavaleiro errante. O louco seria o nômade de todos os mundos, o oráculo da morte. Com o advento da Idade Clássica a percepção da Loucura sofrerá drástica modificação, no que concerne ao domínio dos saberes que tentam defini-la e das práticas sociais que a circundam. Desaparece sua atribuição escatológica bem como a loucura deixa de circular livremente. A partir deste momento emerge uma percepção ontológica da loucura e não mais uma experiência cósmica. No interior dos saberes médico e filosófico a loucura é percebida enquanto desrazão. Não obstante, esse texto possui algumas aproximações com o pensamento de Canguilhem no contexto da ideia de normas.

Isso é resumido por Vázquez Garcia, que diz:

O homem normal, cuja personalidade, comportamento, percepção, inteligência, etc. São uma questão das ciências de prefixo psico, eu só poderia me tornar objeto de conhecimento na medida em que sua personalidade se desintegrasse, seu comportamento fosse desajustado, sua memória e percepção falhassem e sua inteligência sofresse atrasos e regressões<sup>76</sup>. (GARCIA, 1995, p.59 – tradução nossa)

Assim, o que Foucault fez em *História da Loucura* não foi mostrar os conceitos e as teorias psiquiátricas em torno da noção de loucura, mas como se constituiu um tipo de experiência –social – da loucura que a percebeu enquanto uma categoria da enfermidade mental. Experiência essa que recorreu aos mecanismos institucionais e administrativos de controle que tornou a loucura um objeto de conhecimento.

---

<sup>76</sup>“ El hombre normal, cuya personalidad, comportamiento, percepción, inteligencia, etc. son asunto propio de las ciencias de prefijo psico, sólo puede convertirse en objeto de conocimiento en la medida en que su personalidad estaba desintegrada, su conducta era inadaptaada, su memoria y percepción fracasaban y su inteligencia sufría retrasos y regresiones.”

### 2.3. A NORMATIVIDADE NA RELAÇÃO ENTRE OLHAR E LINGUAGEM EM *O NASCIMENTO DA CLÍNICA*

*O Nascimento da clínica* se trata de obra fundamental que redirecionara o problema em torno da medicina a partir de duas questões centrais, a linguagem e o olhar médico. Nesse momento da pesquisa foucaultiana, publicada em 1963, ainda não havia a distinção que será muito bem trabalhada em *As Palavras e as Coisas* entre saber e ciência. Porém, já encontramos indícios dessa concepção, sobretudo porque Foucault assume que a prática médica não poderia ser compreendida pelos lócus do discurso científico, pelo fato de que a medicina se insere em outros critérios de análise que fogem da cientificidade. Além disso, inexistente no percurso da história arqueológica do olhar clínico qualquer fundamento na recorrência, nos moldes tratados pela história epistemológica, já que Foucault não se instiga a problematizar os acontecimentos próprios da medicina clínica a partir do presente deste saber. Nem ao menos aquilo que Machado denominou de “recorrências às avessas”, como a que esteve presente em *História da Loucura*.

O livro também não é uma proposta colocada enquanto história descritiva. O texto está concentrado na operação dos conceitos em diversas épocas, numa normatividade presente na prática médica durante esses momentos. A normatividade se caracteriza, portanto, numa relação direta com a proposta de Canguilhem, exatamente por “determinar as condições de possibilidade da experiência médica” (MACHADO, 2007, p. 108), de buscar entender os modos de “reorganização epistemológica da doença e de revelar o a priori histórico”<sup>77</sup> do saber médico. Nesse momento da história arqueológica, portanto, Foucault lançará mão de diversos enunciados que visam atingir o nível de verdadeiros. Exemplificando essa relação, dirá Foucault que neste momento “a clínica não constitui nem uma verdadeira nem uma falsa ciência, embora em nome de nossos critérios contemporâneos possamos dar o direito de reconhecer como verdadeiros alguns de seus enunciados e como falsos outros” (FOUCAULT, 1977, p. 109). A discussão presente neste livro trabalha, novamente, no nível o do olhar. Porém, o modo de se tratar o conhecimento perpassa o conceito de olhar e de linguagem.

---

<sup>77</sup>Em seu livro *Ontologia Histórica* Ian Hacking comenta que “o método arqueológico” de Foucault desencavava o “a priori histórico” de uma época e um lugar. O a priori histórico aponta para as condições das possibilidades de conhecimento dentro de uma “formação discursiva”, condições cujo domínio é tão inexorável, lá e então, quanto o do a priori sintético de Kant. No entanto, elas são ao mesmo tempo condicionadas e formadas na história, e podem ser erradicadas por transformações históricas, radicais, posteriores. (HACKING, 2009, p. 17)

No livro de 1963, *O Nascimento da Clínica* encontramos um Foucault que mais se aproxima do pensamento de Georges Canguilhem<sup>78</sup>. Neste trabalho, a preocupação do filósofo francês não se resume à doença mental ou à loucura, dando ênfase ao próprio conceito de doença. O saber tratado pela *História da Loucura* foi o psiquiátrico; aqui, o saber a ser problematizado é o médico-clínico. O que Foucault buscou compreender neste percurso situou-se no entrelaçamento entre morte e linguagem, indicado pelo próprio olhar médico. A partir da linguagem médica e do seu funcionamento a história arqueológica tenta delimitar as condições de possibilidade da experiência médica<sup>79</sup>. O objetivo principal estaria, portanto, em mostrar as experiências fundamentais da loucura.

A tese da qual Foucault partirá é a de que:

Na medicina das espécies, a natureza da doença e sua descrição não podiam corresponder sem um momento intermediário que era, com suas duas dimensões, o quadro; na clínica, ser visto e ser falado se comunicam de imediato na verdade manifesta da doença, de que é precisamente todos o ser. Só existe doença no elemento visível e, conseqüentemente, enunciável. A clínica utiliza a relação, fundamental em Condillac, do ato perceptivo com elemento da linguagem. A descrição do clínico, como a análise do filósofo, profere o que é dado pela relação natural e entre a operação de consciência e o signo. E, nesta retomada, se enuncia a ordem dos encadeamentos naturais; a sintaxe da linguagem, longe de perverter as necessidades lógicas do tempo, as restitui em sua articulação mais originária. (FOUCAULT, 1977, p.108)

Isso caracteriza o processo de organização das doenças por meio das noções de gênero e espécie, que fazem parte do mundo taxonômico da história natural, “a medicina clássica é uma medicina classificatória que se elabora tendo como modelo a história natural”

---

<sup>78</sup>Naomar de Almeida Filho em seu livro *O que é Saúde?* esclarece que “Dentre os estudiosos que mais se ocuparam do tema da saúde, destaca-se o francês Georges Canguilhem. Em sua obra inaugural, *O normal e o Patológico*, publicada em 1943, que se tornou um clássico da filosofia das ciências, Canguilhem havia indicado que a definição médica de normal provém em grande medida da fisiologia, com base na positividade biológica do conceito doença. Por isso, não se poderia considerar a doença como fato objetivo, posto que os métodos da ciência clínica só têm a capacidade de definir variedades ou diferenças, descritivamente. Nessa perspectiva, os pares de conceitos normal- patológico e saúde- doença não seriam simétricos ou equivalentes, na medida em que normal e patológico não configuram conceitos contrários ou contraditórios. Para Canguilhem, o patológico não significa ausência de normas, mas a presença de outras normas vitalmente inferiores, que impossibilitam ao indivíduo viver o mesmo modo de vida permitido aos indivíduos sadios. Assim, o patológico corresponde diretamente ao conceito de doença, implicando o contrário Vital do sadio. As possibilidades do estado de saúde são superiores às capacidades normais: a saúde institui e reafirma uma certa capacidade de ultrapassar as crises determinadas pelas forças da doença, permitindo dessa maneira instalar uma nova ordem fisiológica.” (FILHO, 2011, p.22)

<sup>79</sup> Como ressalta Machado “*O nascimento da clínica* pretende investigar o conhecimento médico através de dois aspectos intrinsecamente relacionados, o olhar e a linguagem. Mas isso de modo a privilegiar nitidamente a dimensão do olhar, considerada mais fundamental porque ponto de referência para a análise da linguagem”. (MACHADO, 2007, p. 109)

(MACHADO, 2007, p. 88). Para que tal processo ocorra, a medicina passará a privilegiar o olhar que, originalmente, faz parte desse processo taxonômico. A visibilidade da doença se expressa através dos sintomas. Portanto, ao observá-los, a medicina poderá identificar a sua origem, a causa, a partir de um quadro nosográfico. Para que a doença possa ser integrada aos processos de compreensão dos fenômenos sintomáticos seria preciso considerar as suas próprias características. A doença se situa em duas possibilidades de compreensão. Enquanto um fenômeno da contra-natureza que desestabiliza a ordem natural; e, também, como originária da natureza, por se entender que ela contém natureza própria no mesmo sentido que plantas e animais. É no espaço nosográfico que se concentra a possibilidade de localização da essência desta ou daquela doença. Assim, pelas analogias que permitem a comparação entre doenças seria praticável a concepção de uma essência nosográfica.

Por isso, a observação que delimita o espaço nosográfico de determinada doença seria independente do olhar direcionado ao corpo do doente, percepção esta que fez parte da medicina clássica, como observa Machado ao dizer que:

Se o conhecimento **não parte do exame do corpo humano** é porque este não constitui a realidade básica a partir da qual a doença se origina e adquire as suas formas. A realidade da doença se encontra, em sua **essência**, no espaço ideal da **nosografia**. Não é por atingir um órgão ou um tecido que ela será determinada, circunscrita e oposta a outras manifestações mórbidas. (MACHADO, 2007, p.90)

É, portanto, a partir do modelo constituído pela história natural que a medicina clássica considerará a doença segundo uma essência que poderá ser detectada ao se observar taxonomicamente o gênero e a espécie. Com o advento da Clínica, haverá dada ruptura com relação ao modelo até então vigente, instituído entre os séculos XVII e XVIII pela medicina clássica. A história arqueológica busca compreender, então, as diversas aplicações conceituais do termo “clínica”.

Novamente Foucault introduz as periodizações que fazem parte da sua análise arqueológica, ao citar as distinções terminológicas através da divisão em protoclínica do início do século XVIII, a clínica do final do século XVIII e a anatomoclínica<sup>80</sup> do século XIX. A

---

<sup>80</sup>O percurso da arqueologia do olhar está fundamentado, segundo Flynn, da seguinte maneira: “Foucault nos oferece uma explicação alternativa de muitos dos mesmos fatos que ancoravam a visão recebida de como a medicina anatomoclínica veio a medicina das espécies que dominara o pensamento e a prática na Idade Clássica. Aquilo que outros haviam tomado como crucial na história desse deslocamento, tal como o uso de cadáveres na anatomia patológica, argumenta Foucault, era algo sintomático de uma mudança mais básica e de maior alcance no nível da epistemologia. A bem conhecida oposição ao uso de cadáveres em patologia, nota ele, não era devida a escrúpulos religiosos ou morais, conforme comumente se havia acreditado, mas resultava da convicção epistêmica da medicina classificatória de que os cadáveres seriam de pouca. Após a ruptura epistêmica (um

demarcação teórica de Foucault se constitui em tentar problematizar, neste primeiro momento, as razões pelas quais a medicina clínica do final século XVIII não abandona o olhar classificatório internalizado pela medicina clássica da protoclinica. Isso se deve “ao fato de que nessa época a clínica não é produtora de conhecimentos, não tem o objetivo de uma nosografia, mas de ‘reunir e tornar sensível’ o espaço nosográfico” (MACHADO, 2007, p. 91). O que revela a doença, portanto, não é o exame feito no doente, mas a essência da enfermidade produto do ambiente natural. Neste caso, vale a fórmula tenebrosa de que a função da clínica é reproduzir e não produzir conhecimento.

A história arqueológica mostra, então, que esta medicina protoclinica produzida no século XVIII não trouxe nada de diferente daquilo que se fazia na medicina classificatória. Na passagem final do século XVIII ocorre certa modificação. A clínica se torna, portanto, a primeira maneira de se conferir importância ao saber a partir da percepção. Para Foucault, o aparecimento da medicina clínica no final do século XVIII só foi possível através das novas condições históricas (tal como a Revolução Francesa), sobretudo ao conjunto de elementos que faziam parte daquele momento. A doença, por exemplo, perfaz a própria situação político-institucional que permite a organização de espaços que reunirão práticas, observações e aprendizagens médicas. Através dessa arqueologia histórica descontinua da medicina clínica Michel Foucault questiona o seu estatuto epistemológico, sobretudo pelos conceitos de normal e anormal. Foucault mostra que “O anormal é ainda uma forma de regularidade” (FOUCAULT, 1977, p. 116).

Mais do que isso, sustenta que:

O funcionamento normal ou anormal só podia ser explicado com referência a uma forma preexistente ou a um tipo específico. Mas, a partir do momento em que a vida não explica somente uma série de figuras naturais, mas retoma para si o papel de elemento geral dos fenômenos fisiológicos e patológicos, a própria ideia de vitalismo perde seu significado essencial de seu conteúdo. (FOUCAULT, 1977, p.176)

O filósofo francês observa que essa separação advém de modos estratégicos da produção discursiva clínico-médica colocada pelas normas que instauram práticas sociais. As

---

conceito que Foucault adota do filósofo das ciências Gaston Bachelard), a atenção concentrou-se na superfície de uma lesão, o local de uma doença; os clínicos agora estavam interessados em geografia em vez de história; sua questão não era mais a essencialista "o que há de errado com você? ", mas a nominalista onde dói? ” (FLYNN, 2016, p.54)

análises sobre a anátomo-clínica não se tornam foco de julgamento do pretérito do saber médico, ou melhor, da medicina. Mesmo abolindo a recorrência, na interpretação de Machado, o Nascimento da Clínica mantém um posicionamento metodológico a partir da noção de normatividade. Foucault mostra que, indo além da ideia de um mero evento histórico que delimitaria o controle sobre os corpos, o nascimento da clínica redireciona o modo de se pensar os conceitos de saúde e doença.

Estes não estariam atrelados apenas a uma gramática da doença, ou seja, a racionalidade neutra e objetiva do saber médico. O fator principal que permitiria compreender a doença, em suas diversas manifestações, seriam os espaços que organizam as condições de possibilidade para se ouvir, falar e olhar a doença. Isso caracteriza o desenvolvimento da medicina clínica a partir do seu objeto doença. Ela se consolidou através de dispositivos de controle da população, dos indivíduos, apresentando padrões, normas, e parâmetros considerados aceitos, normais. Foucault trata dessa gramática da doença mostrando como o saber médico se apropria da doença como objeto de discurso (linguagem) para ser visto, pensado, lido, olhado. Discurso este que se exprimem em nosografia, sintomas, transtornos e sinais vitais. O filósofo francês, de modo muito parecido com o que fez Canguilhem, lembra que os conceitos de doença, de patologia, não possuem uma gramática própria.

Seria através dos fenômenos anormais que o normal e, sobretudo, a norma se impõe. Porém, Foucault assume uma espécie de separação entre a natureza do saber médico e a cultura que o recebe. O que faz parte das condições de possibilidade que viabilizam o aparecimento de determinado modo de pensar.

No caso da fisiologia da doença, como uma espécie de campo que determina a normatividade,

O que é modificado com o advento da medicina anátomo-clínica não é a simples superfície de contato entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido; é a disposição mais geral do saber que determina as posições recíprocas e o jogo mútuo deste que deve conhecer e o que há a conhecer. (FOUCAULT, 1977, p.157)

Ao tratar da modificação no interior do olhar médico Foucault problematiza outras maneiras de conceber a percepção e o conhecimento da medicina. Ele reconstitui, pela história arqueológica, momentos importantes, como aquele que possibilitou à fisiologia e à anatomia patológica surgirem enquanto fundamento da clínica. Sendo que isso apenas foi possível na medida em que o corpo passa a ser reconfigurado emergindo um “espaço ao mesmo tempo

mais complexo e mais abstrato, onde era questão de ordem, de sucessão, de coincidência e de isomorfismo” (FOUCAULT, 1977, p. 144). O que provocou a modificação do corpo enquanto uma espécie de espaço abstrato e, principalmente, fruto de observações e interpretações.

O espaço corporal, portanto, acaba reduzido ao âmbito de entendimento dos tecidos orgânicos.

A partir dos tecidos, a natureza trabalha com uma extrema simplicidade de materiais. Eles são os elementos dos órgãos, mas os atravessam, os aproximam e, para além deles, constituem os vastos sistemas nos quais o corpo humano encontra a forma concreta de sua unidade. Haverá tantos sistemas quanto tecidos: neles, a individualidade complexa e inesgotável dos órgãos se dissolve e, de uma vez, se simplifica. (FOUCAULT, 1977, p. 146)

Tem-se com isso o aparecimento de uma fisiologia que busca submeter padrões de objetividade pautados na mensuração, reduções quantitativas e abstrações através de cálculos padronizados. Porém, o mais relevante de tudo aquilo que Foucault mostra no percurso arqueológico de o Nascimento da Clínica é que as distinções entre normal e patológico (doente) faz parte das estratégias de normatização, a partir de valorações que servem de fio condutor à racionalidade clínica<sup>81</sup>. Com essa imposição de uma normatividade quase que elementar o olhar médico poderá ser orientado baseando-se em postulados que concebem patologias, que explicam desvios e anormalidades. Desse modo, ao tratar do aparecimento da medicina clínica, Foucault traz ao centro das problematizações acerca do olhar médico um tipo de valoração normativa. A arqueologia da clínica delimita, portanto, como o objeto doença aparece em determinada época, devido a uma normatividade social implícita, que somente aquela época pode produzir. O nascimento da clínica é, portanto, um livro “sobre o espaço, sobre a linguagem, sobre a morte, sobre o ato de ver, sobre o olhar” (SCLIAR, 1996, p.120). A arqueologia histórica do olhar médico enfatiza as relações presentes entre o século XVIII e XIX que possibilitaram outro olhar para o doente. Como já vimos, o diagnóstico era produto da observação, semelhante à botânica que conduz a entidades nosológicas em grupos.

A doença passa, então, a ter um lugar no órgão e numa classe. O que possibilita a intervenção médica, que será pautada em normas. Antes, o doente ao mudar o humor,

---

<sup>81</sup>Tal afirmação se apoia no que descreve o professor Caio Souto em seu artigo intitulado Norma, Normal e Anormal em Canguilhem e Foucault. No artigo mencionado encontramos a seguinte afirmação: “O nascimento da clínica irá buscar nas regras que compõem o discurso médico aquilo que diferencia as naturezas do normal e do patológico, investigando o que de antemão pré-ordena todo o seu conteúdo. Isso não se faz sem que se note uma relação indissociável entre o que é propriamente discursivo e o objeto a ser observado: o corpo doente.” (SOUTO, 2013, p. 39)

tornando-se mais disposto, estaria curado. A partir desse momento o que definirá a recuperação serão padrões de normalidade, expressos numericamente. Nesse sentido, podemos adentrar no que há de semelhante no pensamento de Canguilhem no que diz respeito ao conceito de normal que repercutiu na história arqueológica do olhar médico presente em *O nascimento da Clínica*. Em Foucault, de maneira muito similar, essa transformação conceitual da normalidade à anormalidade não é apenas científica, mas social e política. Para ele o saber médico é normativo e também fundador de uma normatividade social.

Desse modo concordamos com Caio Souto, quando este afirma que:

Vê-se em que as análises de *O nascimento da clínica* se aproximam daquelas expostas em *O normal e o patológico*, quanto a uma problematização acerca da norma tomando como mote a medicina e sua intervenção sobre os corpos. Ocorre que Canguilhem, na versão de 1943 de seu estudo, atribuiu à vida, compreendida como atividade normativa, certo primado sobre a própria medicina e a atividade normativa que é própria a esta. É como se a técnica médica fosse um mecanismo da própria vida em sua normatividade orgânica ante o meio com o qual ela está em relação. Não é o caso com Foucault, para quem a vida não possui qualquer estatuto de experiência originária. (SOUTO, 2013, p.41)

Como observamos, a temática da normatividade já esteve presente desde *História da Loucura*, sobretudo considerando as categorias normal e patológico no sentido proposto por Canguilhem. Em *O nascimento da Clínica* isso também se tornará perceptível, pois a norma será pensada a partir dos critérios de normal e patológico também. A mudança do olhar médico será fundamental, passando da *superfície* a *profundidade*, para que a medicina clínica desempenha suas funções além de percepções nosológicas da doença. No período anterior ao século XVIII a medicina tratava de aspectos classificatórios da doença. As referências em torno de entidades ideais da doença se davam a partir das contribuições da botânica, da história natural, pela taxonomia que possibilitava se classificar as doenças em gênero e espécie, assim, “as doenças eram percebidas em seus sintomas, sua externalização, e a medicina teria o papel de distribuí-las num quadro ordenado” (FONSECA, 2012, p. 53). Daí a importância do olhar médico na Medicina Clássica, pois seria através da observação sintomática que o médico detectaria o quadro geral da doença. Aqui reside o olhar médico no campo da *superfície*, por apenas se atentar aos sintomas que definirão a essência da doença. O século XVIII provocará alterações deste olhar superficial da doença. Ao se aprofundar no organismo do doente, buscando compreender o mal que o aflige, a medicina clínica terá outro enfoque. Portanto,

Se a história recorrente da medicina apresenta esta mudança em termos de progresso da ciência médica, Foucault, por sua vez, debruça-se sobre o papel representado pelo acontecimento das epidemias do final do século XVIII na França. Acontecimento usualmente considerado como lateral na história da constituição do saber médico, as epidemias, com suas regularidades e abrangência de fenômenos que atuam conjuntamente sobre diversos grupos de pessoas, desestruturaram o mundo classificatório da medicina clássica. (FONSECA, 2012, p.53)

É com uma espécie de vazio institucional emergido a partir das epidemias, ressalta Foucault, que será possível, por exemplo, o aparecimento das revoluções na França entre os anos de 1780-1840. Tudo aquilo que lembrasse o *Ancien Régime* deveria ser expurgado, daí as razões de os Hospitais Gerais quase serem extintos. A clínica será organizada a partir deste vazio institucional, assumindo diversos papéis (assistência, prática e ensino do saber médico). Com esse novo modelo organizacional é que haverá a mudança do olhar médico, voltado mais a profundidade dos tecidos. Essa percepção tornará não apenas possível captar os acontecimentos da doença através do olhar em profundidade, mas será na forma de ensino que se poderão compartilhar os fenômenos da enfermidade revelada.

Nesse sentido sublinhamos que:

A organização desse olhar clínico vai suscitar um modelo de linguagem que permita a articulação das dimensões do visível e do dizível, o que será possível a partir do modelo de gramática proposto por Condillac, bem como vai suscitar um instrumento que permita a compreensão de formas de regularidade em face de uma multiplicidade de casos analisado, o que será conseguido por meio do cálculo de probabilidades de Laplace. (FONSECA, 2012, p. 54)

Sendo assim, é com a exaustão do olhar através da observação contínua e, principalmente, pelas contribuições teóricas de Bichat no âmbito da anatomia patológica, que a medicina clínica ocupará outro nível. Ao se cortar o tecido se passa para o nível das identificações orgânicas dos acontecimentos da doença, o copo doente deve ser considerado na sua profundidade. Assim aparece a norma como forma de constituição do doente pela medicina moderna. Isso pode ser colocado através das palavras de Foucault que, ao tratar dessas novas práticas, sobretudo sobre a moral dos indivíduos, oriundas da medicina clínica, diz que:

A medicina não deve mais ser apenas o corpus de técnicas da cura e do saber que elas requerem; envolverá, também, um conhecimento do homem saudável, isto é, ao mesmo tempo uma experiência do homem não doente e uma definição do homem-modelo. Na gestão da existência humana, toma uma postura normativa

que não a autoriza apenas a distribuir conselhos de vida equilibrada, mas a reger as relações físicas e morais do indivíduo e da sociedade em que vive. (FOUCAULT, 1977, p.39)

Isso caracteriza o modo como a Medicina até o final do século XVIII se direcionava demasiadamente à noção de saúde do que normalidade. No aparecimento da ciência médica moderna teremos a preocupação centrada na normalidade em detrimento da saúde. Serão os padrões estipulados pela norma que permitirão ao médico localizar as regularidades bem como as anomalias. Por isso, considera-se que neste texto de 1963o tema da norma é central, “o lugar institucional que se apresenta como condição para a organização da medicina moderna” (FONSECA, 2012, p.54). Não apenas isso, o que podemos considerar a questão crítica da verdade sobre a doença como algo fundamental nesta observação de Foucault. O que faz o percurso da História arqueológica do olhar médico faz parte de um modo muito peculiar de se assumir a normatividade social e, por conseguinte, os processos de normalização. Ou seja,

O interesse de *O Nascimento da Clínica* também se deve aos relatos que mantém com outros trabalhos sobre a história da medicina. Claro, Foucault não busca responder aos médicos que um dia fizeram a história de sua disciplina. Quer apenas mostrar que suas versões históricas são atormentadas pela questão da origem e pelo tema da continuidade. Para a classe médica, o conhecimento se forma no leito do paciente e na mesa de autópsia. Tanto que a história da clínica só pode ser uma das forças que se opõe à evolução das práticas que consistem na descrição de sintomas e lesões<sup>82</sup>. (DELAPORTE, 2015, p. 1519. Tradução nossa)

A medicina, enquanto ciência é considerada por Foucault o modelo das ciências humanas, “pois é a ciência do indivíduo e a ciência da intervenção sobre o indivíduo” (FONSECA, 2012, p. 55). Por isso, é muito presente em *O Nascimento da Clínica* a problematização de Michel Foucault acerca da relação entre norma e verdade como “bipolaridade médica do normal e do patológico” (FOUCAULT, 1977, p.40). Sendo assim, a percepção da doença pela medicina clínica só é possível pois trata de regular as condutas, os gestos, os modos, os comportamentos dos homens instituindo um saber enquanto “um campo dividido segundo o princípio do normal e do patológico” (FOUCAULT, 1977, p.40). Para o

---

<sup>82</sup>“ L'intérêt de la Naissance de la clinique tient également aux rapports qu'elle entretient avec d'autres ouvrages d'histoire de la médecine. Bien entendu, Foucault ne cherche pas à répondre aux médecins qui ont fait jadis l'histoire de leur discipline. Il veut seulement montrer que leurs versions historiques sont hantées par la question de l'origine et le thème de la continuité. Pour la profession médicale, le savoir se forme au lit du malade et à la table d'autopsie. Si bien que l'histoire de la clinique ne peut être qu'elle des forces qui ont contrarié l'évolution des pratiques consistant à décrire les symptômes et les lésions.”

filósofo, todo discurso científico tem sempre como algo anterior um saber que possibilita o dizer de uma determinada época. Nesse caminho é que presenciamos os aspectos de tipos de normatividade social tal como sustenta Delaporte:

A análise de uma transformação epistemológica também integra práticas não científicas, baseadas em condições de possibilidade. O liberalismo político traz a experiência clínica para o centro do campo da hospitalidade. Com hospitais dedicados à miséria, os ricos pagam sua dívida com a parte mais pobre da nação. Em contrapartida, o necessitado fica em dívida com a ajuda que lhe é prestada e não pode usufruir das vantagens que resultam da sociabilidade sem contribuir ele próprio para as aumentar. A força do olhar experimental está ligada à reciprocidade social<sup>83</sup>.(DELAPORTE, 2015, p.1521. Tradução nossa)

A reciprocidade social, nesse sentido, faz parte dos fundamentos normativos, das transformações do olhar sobre a doença que, por exemplo, tornará possível a emergência de novas condições de possibilidade simbólica e valorativa sobre a doença. Neste sentido assume-se que “em *O nascimento da clínica* há, senão a palavra, pelo menos a coisa: o discurso de alguém que falava a verdade mas não estava 'na verdade' do discurso médico de seu tempo”<sup>84</sup> (DELAPORTE, 2015, p. 1517). Por isso, a prática médica não seria composta por discursos cristalizados, sistêmicos, testados e comprovados. Elas obedecem às relações normativas entre os saberes e a sociedade que compõem determinado espaço-tempo na história.

#### 2.4. A HISTÓRIA ARQUEOLÓGICA É DESCRITIVA OU NORMATIVA? UMA LEITURA DO CONCEITO DE EPISTEME

Até o momento buscamos entender as interpretações que assumem a presença da normatividade na arqueologia da percepção (no conceito de experiência fundamental da loucura), na arqueologia do olhar médico (na relação entre olhar e linguagem correspondente a transição da protoclínica a anatomoclínica). Agora adentraremos na arqueologia do saber elaborada no texto de 1966 intitulado *As Palavras e As coisas*, sobretudo pela análise do

---

<sup>83</sup> “L'analyse d'une transformations épistemologique integre également des pratiques non scientifiques, à tire de conditions de possibilité. Le libéralisme politique introduit l'expérience clinique au coeur du champ hospitalier. Avec les hôpitaux consacrés à l'indigence, les riches paient leur dette à la partie la plus pauvre de la nation. Em retour, l'indigent devient redevable des secours qu'on lui donne et il ne peut jouir des avantages qui résultent de la sociabilité sans contribuer lui-même à les augmenter. La force dure garde xpérimental est liée à une réciprocité sociale.”

<sup>84</sup> “Dans la Naissance de la clinique il y a, sinon le mot, du moins la chose: le discours de celui qui disait vrai mais qui n'était pas 'dans le vrai' du discours médical de son temps.”

conceito de *episteme*. Começaremos com aquelas leituras que negam a possibilidade de se reconhecer neste conceito alguma semelhança com o aspecto normativo aos moldes da epistemologia histórica. Ao tratarmos do livro *As palavras e as Coisas*, asseveramos sobre sua problematização centrada no aparecimento do homem como objeto de um novo campo de saber, as ciências humanas. Seria impossível se pensar neste objeto antes do final do século XVIII, pois é a partir desta época que a ciência geral da ordem deixa de classificar os seres, dentre eles o homem, quadros específicos. Para fazer esse percurso, Foucault não estabelece julgamentos dos saberes sobre o homem a partir do seu passado até chegar ao presente. Isso desmantela de imediato qualquer tentativa de assumir a produção teórica de *As palavras e as Coisas*.

O trabalho desempenhado por Foucault abandona critérios que demandam pensar a racionalidade, a objetividade e a verdade atual dos saberes que o tomam como objeto. O que a história arqueológica propõe em *As palavras e as coisas*, consiste em definir *sistemas de simultaneidades e séries de mutações* caracterizadas pelas condições históricas de possibilidades de uma determinada época ou *episteme*. Mas, o projeto traçado neste livro não se reduz a uma história meramente descritiva, pois “o próprio caráter distintivo da arqueologia com relação às histórias das ideias ou das ciências e à epistemologia indica a sua normatividade” (MACHADO, 2007, p. 141). Indo mais além, Machado afirma na mesma passagem que “existe em *As palavras e as coisas* uma normatividade específica que se manifesta no próprio conceito de *episteme*”. Nesse sentido, o conceito de *episteme*<sup>85</sup> concentra em si as disposições do saber em determinada época, as duas condições de possibilidade, instituídas por coerências internas que permitem o aparecimento de certos discursos e não outros em seu lugar.

Para compreendermos o sentido mais objetivo da noção de *episteme*, remetemos ao próprio Foucault:

O homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo. Se estas disposições viessem a desaparecer tal como apareceram, se, por algum acontecimento de que podemos quando muito pressentir a possibilidade, mas de que no momento não conhecemos ainda nem a forma nem a promessa, se desvanecessem, como

---

<sup>85</sup>Tal conceito é analisado de modo muito peculiar por Machado, para ele a *episteme* “significa a existência necessária de uma ordem, de um princípio de ordenação histórica dos saberes anterior à ordenação do discurso estabelecida pelos critérios de cientificidade e dela independente. A *episteme* é a ordem específica do saber, a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época, e que lhe confere uma positividade como saber”. (MACHADO, 2007, p.133).

aconteceu, na curva do século XVIII, com o solo do pensamento clássico — então se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia<sup>81</sup>. (FOUCAULT, 2000, p. 536)

A normatividade que pode ser identificada na proposta arqueológica de *Les mots et les Choses*, consiste na ordenação dos saberes de determinada época, sendo que ela, faz parte destes saberes em sua generalidade, contemporaneidade e profundidade, considerando a *episteme* da época observada. Foucault analisa os saberes empíricos relacionados aos seres, às coisas dotadas de valor e às palavras. Na idade clássica, o saber sobre os seres é a História Natural; o saber sobre as coisas é a Análise das Riquezas; o saber sobre as palavras é a Gramática Geral. Cada um desses saberes se relaciona com a *episteme* de sua época por meio de princípios próprios de ordenação que Foucault nomeia como a priori históricos. Assim na *episteme* clássica da representação, o a priori histórico dos seres é a História Natural cujo modo de ordenação é a classificação; o a priori histórico das coisas é a Análise das Riquezas cujo ordenamento é dado pelas trocas; e o a priori histórico das palavras é a Gramática Geral cuja ordenação é dada pelos signos.

Entre um e outro solo do saber, mudam os *a priori* históricos, como entre a Idade clássica e a Modernidade, ou seja, há uma descontinuidade no *a priori* histórico destes mesmos domínios empíricos de saber<sup>86</sup>. Assim, na Modernidade, quando emerge a *episteme* da História, o *a priori* histórico dos seres será a biologia e seu modo de ordenamento será a organização dos seres; o a priori histórico das coisas será a economia política e sua ordenação a produção; e o a priori histórico das palavras será a Filologia e sua ordenação é a flexão das palavras. Cada época, portanto, para Michel Foucault, é denominada de *episteme*. A *episteme* é um fecho de relações que permite que certos saberes sejam apreensíveis no “solo” determinado. A *episteme* permite que, em determinada época, certos saberes sejam, portanto, compreendidos, delimitando quais podem ser enunciados ou não. Dito de outra maneira, cada época constrói os seus próprios objetos de saber. Nas palavras de Foucault, podemos definir *episteme* como:

---

<sup>86</sup>Essa forma da história arqueológica dos saberes abordada em *As palavras e as coisas* é sintetizada por Benedito Nunes, que diz “A escavação arqueológica de Michel Foucault chegou em *Les Mots e Les Choses*, a respeitável profundidade, de onde se divisava, para determinados períodos culturais, cuja delimitação se fizera com grande flexibilidade, diferentes sistemas integradores das espécies de conhecimento objetivo. São os sistemas epistêmicos, que guardam, nos seus respectivos âmbitos, as chaves conceituais dos diversos discursos científicos possíveis nas três fases - Idade Média, Idade Clássica e Idade das Ciências Humanas -, que correspondem, respectivamente, a primeira ao medievo e ao renascimento, a segunda aos séculos XVII e XVIII e a terceira aos séculos XIX e XX. Entre um e outro sistema, o espaço de uma ruptura. E depois a reorganização do conhecimento, segundo uma estruturação, ora rígida ora frouxa da linguagem, solo comum das verdades nascentes que a irrupção das ciências humanas, verdadeiro abalo sísmico, encobrirá durante o século XIX até a época atual.” (NUNES, 2011, p.67).

O conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas. A *episteme* não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas. (FOUCAULT, 2008, p.214)

O que busca fazer o arqueólogo do saber no momento em que já se encontra situado perante dado material histórico, é separar os textos representativos dos não representativos, “sendo imprescindível que selecione das formas discursivas do período um segmento de enunciados”. (NUNES, 2011, p.70). Nesse sentido, essa relação dedica-se especialmente à problematização da verdade no âmbito das chamadas "ciências humanas" que, para terem o estatuto de "ciências", procuraram também seguir os critérios de objetividade, neutralidade e sistematicidade das ditas ciências naturais.

Nesse sentido sustenta Benedito Nunes que:

A ideia de desenvolvimento linear das ciências abstraía as rupturas, as passagens descontínuas que podemos encontrar, por exemplo, entre a história natural no século XVIII e a Biologia no seguinte, a qual já faz parte, ao lado da história e da gramática histórica, de um outro universo científico. Essa descontinuidade vertical que não permite conceber a ciência como um universo que evolui escalonadamente, depende da vigência dos diferentes sistemas, que legitimam, cada qual dentro da sua ordem própria de conceitos, e funcionando como uma estrutura significativa para todo o período de sua vigência, o estabelecimento dos métodos e as possibilidades de conquista teórica. (NUNES, 2011, p.67)

A preocupação de Michel de Foucault não girou em torno das estruturas de pensamento, mas aos pontos de transformação que estão atrelados às rupturas (descontinuidades) dos sistemas de pensamento e das redes discursivas de cada época. Daí se deduz uma normatividade que, de certo modo, constitui um tipo de verdade correspondente a cada solo epistêmico (clássico e moderno), cujo viés é internalista, mas não uma espécie de internalismo<sup>87</sup> como o que consta presente no pensamento de Canguilhem, ou seja, uma

---

<sup>87</sup> Sobre a temática podemos considerar a observação de Vera Portocarrero, que explicita a questão do internalismo da seguinte maneira “Tais considerações conduzem, inevitavelmente, à questão daquilo que os filósofos da ciência anglo-saxões designam de externalismo e internalismo em história das ciências. Vejamos o

normatividade vital, um vitalismo<sup>88</sup>. Isso se sustenta pela seguinte razão, em *As Palavras e as Coisas* o modo de se compreender o que edifica tais solos epistêmicos, ou funcionamento das estruturas de pensamento, seria o fato de que:

O elemento positivo do conhecimento teórico transfere-se para as relações de conceitos no interior de um sistema, relações essas que constituem os limites da positividade do saber numa dada época. Veja-se, pois, a deslocação que, desse ponto de vista, sofre o tradicional problema epistemológico: de uma ciência transfere-se para o conjunto das ciências, E deste para a forma de concepção da época, fechada em si mesma, que condiciona, porém, como um a priori histórico, de acordo com a perspectiva que lhe é inerente, o desenvolvimento de cada domínio do saber. A história das ciências obedece a história das ideias e a história das ideias obedece a uma estruturação transversal, que histórica o processo sócio-histórico naquele ponto de separação entre as Idades, entre os períodos correspondentes aos sistemas. (NUNES, 2010, p.67-68)

A preocupação do Foucault arqueólogo do saber, portanto, é diferente da de Canguilhem, pois ao tratar dos acontecimentos no interior das práticas discursivas, das singularidades de cada época ou da *episteme*, Foucault aceitaria apenas que estas se constituem por uma normatividade longe de ser vitalista. Para Foucault, o vitalismo é somente um “efeito de superfície”, no sentido de que ele não existiria sem a condição histórica de possibilidade da *episteme* moderna da história. Ou seja, em *As palavras e as Coisas*

---

argumento de Canguilhem. Por um lado, o internalismo – considerado pelos externalistas um idealismo – afirma que só há história das ciências quando nos colocamos no interior da obra científica para analisar os procedimentos com os quais ela tenta satisfazer as normas específicas que permitem defini-la como ciência e não como técnica ou ideologia. Nesta perspectiva, o historiador deve adotar uma atitude teórica a respeito daquilo que é considerado fato de teoria e, por conseguinte, utilizar hipóteses ou paradigmas do mesmo modo que os cientistas. Por outro lado, o externalismo condiciona um certo número de acontecimentos, que continuamos a chamar de científicos mais por tradição do que por uma análise crítica, analisando-os através de suas relações com interesses econômicos e sociais, de exigências práticas e técnicas ou de ideologias religiosas ou políticas, o que epistemólogo chama de marxismo enfraquecido realizado nas sociedades ricas. Nos dois casos, afirma Canguilhem, o objeto da história das ciências é assimilado ao objeto da ciência, o que invalidaria os dois modos de investigação. No internalismo, porque a história vê, nos fatos da história das ciências, fatos que só podem ser tratados teoricamente, alinhando-os sobre os fatos científicos, confundindo-os e conferindo à história um caráter ambíguo. No externalismo, porque a história funciona como uma explicação de um fenômeno cultural através do condicionamento ao meio cultural global, como a sociologia naturalista que negligencia o problema da interpretação de um discurso com pretensão à verdade.” (PORTOCARRERO, 2009, p.43)

<sup>88</sup>Por isso assevera Portocarrero que “No domínio das análises das ciências da vida, as maiores diferenças entre a arqueologia e a epistemologia são mesmo, do ponto de vista do método, as que dizem respeito à natureza e ao estatuto da descontinuidade; do ponto de vista do conteúdo, as que dizem respeito ao valor do vitalismo para a história das ciências da vida e seu papel na articulação entre a filosofia, a ciência e a vida. Mas esta diferença não pode ser subestimada nem superestimada. Ao considerar o vitalismo um conceito operatório, a análise conceitual, recorrente e judicativa termina por exigir da epistemologia que busque, através da relação da filosofia com a ciência, a confirmação de verdades essenciais, ainda que provisórias e parciais. Apesar das dificuldades, cada vez maiores, da posição vitalista, hoje, a própria biologia e sua forma de problematizar a vida permitem a Canguilhem confirmar a consistência de seu vitalismo”. (PORTOCARRERO, 2009, p. 27-28)

encontramos apenas a aderência de um determinado momento, que permite o aparecimento de um saber específico (sobre o homem, por exemplo) e que perfaz as condições de possibilidade que viabilizam o seu surgimento (*episteme*). Nesse sentido, *As palavras e as coisas* enfatiza as regras de formações conceituais que tornam possível a prática de saberes que estabelecem relações entre si em um solo histórico determinado.

Nas palavras de Benedito Nunes:

De fato, *Les Mots e Les Choses*, adotando um método mais sistemático do que descritivo, dava por assente a existência de sistemas. Estabelecia, no limite de cada um deles, o limite da positividade, isto é, do fundamento do saber organizado dentro de um período cultural ou histórico. Descrevia-se, então, à ordem dos conceitos que configuravam a priori a experiência possível das coisas, nem empírica nem transcendental, e de cuja articulação dependeria até o início do período seguinte, a tácita legitimação nos conceitos, a admissão dos juízos científicos e a adoção de métodos de investigação e comprovação. (NUNES, 2011, p. 69)

Essa análise indicada pela trajetória dos saberes, abandonando o uso generalista da noção de ciência, se coloca como algo inovador nesta etapa da produção teórica de Foucault. Nesse sentido, “pode-se dizer que Foucault tirou de Canguilhem uma forma de lidar com a atividade filosófica, consistindo em deslocar a problemática kantiana da unidade da experiência, das condições a priori da experiência, levando-as do plano transcendental ao histórico”<sup>89</sup>(GARCÍA, 2018, p.46).

Analogamente, Machado tenta orientar-nos a uma possível presença da normatividade no trabalho foucaultiano de 1966. Acontece, portanto, que Roberto Machado identifica um caráter normativo na arqueologia porque o critério para a compreensão e apreensão da “coerência” do passado não é a “atualidade das ciências” (critério normativo da epistemologia), mas as condições históricas *a priori* constituídas no próprio passado, na *episteme* que trata daquela coerência. Em *As palavras e as coisas* “existe uma normatividade específica e manifesta no conceito de *épistème* (...). A arqueologia abandona os critérios de verdade definidos pela ciência e, mais ainda, pela atualidade de uma ciência” (MACHADO, 1988, p.30). Porém, isso não implica que a arqueologia do saber abdica do critério da verdade. Somente a abandona pelo viés da atualidade da ciência. Todavia, “procura defini-la no interior do saber da época estudada a fim de estabelecer as condições de possibilidade dos discursos, sendo que é a própria época que estabelece seus critérios epistêmicos de verdade cujo

---

<sup>89</sup> “Puede decirse que Foucault tomó de Canguilhem una manera de afrontar la actividad filosófica, consistente en desplazarla problemática kantiana de la unidad de la experiencia, de las condiciones a priori de la experiencia, llevándola del plano trascendental al histórico.”

fundamento é o a priori histórico”. Sendo assim, a história arqueológica conservaria certa exigência de normatividade, no mesmo sentido colocado pela história epistemológica, mas desloca e modifica seus critérios a fim de estabelecer princípios históricos de organização dos discursos.

A história arqueológica, desse modo:

Opera diferentemente em cada pesquisa: em História da loucura ela julga a percepção e o conhecimento da loucura a partir de uma experiência originária tomada como norma; em Nascimento da clínica, ele delimita uma ruptura arqueológica entre dois tipos históricos de medicina a partir do olhar loquaz, dimensão de profundidade do conhecimento médico; em *As palavras e as coisas*, enfim, ela estabelece uma ordem interna e constitutiva dos saberes em sua positividade a partir de épistème concebida como critério de ordenamento. (MACHADO, 1988, p.30)

Precisamos considerar algumas ressalvas interpretativas acerca da compreensão de Machado quando identificamos uma certa normatividade na proposta teórica de *As palavras e as coisas*. Georges Canguilhem, por exemplo, ao tratar deste livro em artigo intitulado originalmente *Michel Foucault: Mort de l’homme ou épuisement du cogito ?*, considera que, a partir do conceito de episteme, Foucault tenta tratar o problema da emergência dos saberes sobre o homem segundo uma perspectiva arqueológica que não seja normativa. Ou seja, nesse momento, a trajetória da história arqueológica se exime de tratar sobre a questão entre normal e patológico bem como através de sua distinção no plano do uso dos conceitos de personalidade básica e episteme. Essa interpretação de Canguilhem é interessante para o que propomos neste trabalho. Por isso, daremos mais ênfase nela neste momento.

Desse modo, dá-se ênfase:

O primeiro conceito é, logo de início, o de um dado e de uma norma que uma totalidade social impõe sobre as suas partes componentes a fim de julgá-las, a fim de definir anormalidade e o desvio. O conceito de epistème é o de um húmus no qual apenas certas formas de organização discursiva podem crescer, e para o qual o confronto com outras formas não pode derivar de um juízo de valor. Nenhuma filosofia hoje é menos normativa do que a de Foucault, nenhuma é mais estranha à distinção entre o normal e o patológico. (CANGUILHEM, 2016, p.116)

Apesar de considerar que Foucault não evidencia em seu texto de 1966 qualquer vínculo com os aspectos normativos da história epistemológica, Canguilhem questiona se, ainda assim, não haveria um tipo de normatividade em *As Palavras e as coisas*, indagando se “no que diz respeito ao conhecimento teórico, será que esse conhecimento pode ser elaborado

na especificidade de seu conceito sem referência a alguma norma?” (CANGUILHEM, 2016, p.117). Afinal, o que tenta dizer Canguilhem é que mesmo Foucault, tentando abandonar a normatividade através da noção de *episteme*, admite a possibilidade de uma norma implícita aos acontecimentos e às condições de possibilidade, o “solo do pensamento”<sup>90</sup> de cada época. Ou seja, Canguilhem, mesmo que indiretamente, considera a existência de uma normatividade em *As palavras e as Coisas*. Mais adiante, ao tratar dos saberes, Georges Canguilhem instiga o leitor a pensar se o modo como Foucault compreende o funcionamento dos discursos em cada época não estaria ligado, mesmo que indiretamente, à uma dada normatividade.

Vejamos:

Será que devemos desconsiderar o fato de que certo discurso, como o discurso da física, matemática, não tem nenhuma realidade positiva além daquela que é dada por sua norma, e que essa norma conquista com teimosia a pureza de seu rigor, depositando na sucessão epistêmica discursos cujo vocabulário parecem de uma *episteme* para outra, desprovido de significado? (CANGUILHEM, 2016, p.117-118)

Nesse sentido, a norma é o modelo principal que possibilita o exercício desses novos saberes. Os níveis de operação, da norma, da regra e do sistema, estão atrelados à noção clássica de Canguilhem sobre a bipolaridade entre normal e patológico. Considerando que o aparecimento das ciências humanas se fez através da negatividade do homem em face da sua finitude, também se fez por meio da positividade do seu saber que se afirma como norma. Canguilhem, desse modo, não reconhece uma normatividade, propriamente tal, mas antes a *episteme* como uma referência, tratando a normatividade em *As palavras e as coisas* enquanto

---

<sup>90</sup> Uma reflexão interessante no que tange a relação entre fenomenologia e arqueologia acerca do “solo do pensamento” é a que consta presente no livro de Bento Prado Júnior, *Erro, Ilusão, Loucura*. Nele Prado Júnior diz “A fenomenologia não cuidou sempre do solo do pensamento? Esse solo não acaba sendo definido como esfera do pré-predicativo aqui devem ser remetidos, em última instância, todos os constructos conceituais? Essa esfera não é a “terra que não se move”, isto é, a terra como elemento da imanência do *Lebenswelt*, da *Urdoxa*? Assim como a determinação da essência remete ao campo do pré-predicativo, a construção do conceito remete ao campo pré-filosófico do plano de imanência. Mas essa aproximação de superfície esconde uma mais funda divergência. Vislumbrando, embora obscuramente, o plano imanência, a fenomenologia perdeu-o de vista desde o início, fazendo dele um campo ego-centrado e introduzindo em seu próprio coração o transcendente na forma da comunicação ou da intersubjetividade. No coração mesmo do plano de imanência, o universal da comunicação abre uma brecha por onde a imanência se esvai numa hemorragia incontrolável, vertendo no transcendente, do qual o plano se torna mero predicado - reiterando o processo de confisco ou sequestro operado no passado pelos universais da contemplação (Platão) e da reflexão (Kant). Diferente é o caso do paralelo com o Foucault de *Les mots et Les Choses*. Ali a *episteme* é também uma espécie de chão pré-teórico e pré-filosófico, que subjaz e prefigura (no seus “diagramas implícitos”) a forma do saber que só pode ser compreendido a partir desse campo prévio. Mais do que isso, a arqueologia não tem vocação epistemológica - mesmo porque a suspensão do valor de verdade do discurso faz parte integrante de seu método. Mais ainda, como não se confunde com a *urdoxa* de Husserl, esse socle não pode confundir-se também conforma alguma e *doxa*.” (JÚNIOR, 2004, p.144)

um fator histórico e que, de algum modo, implica nos modos de apreensão dos saberes em cada época.

No outro lado interpretativo encontramos Vera Portocarrero, que não reconhece uma função normativa na episteme, porém indica que esta se constitui pela “existência de um princípio de ordenação histórica dos saberes que independe e é anterior à ordenação dos discursos segundo critérios de cientificidade” (PORTOCARRERO, 2009, p. 18).

## CONSIDERAÇÕES AO CAPÍTULO II.

Neste segundo capítulo, tratamos das interpretações acerca da possível presença (ou não) de uma normatividade na história arqueológica de Michel Foucault. Adentramos nas leituras de Roberto Machado, Pierre Macherey e Márcio Alves da Fonseca, que consideram haver uma normatividade na história arqueológica, sobretudo através dos conceitos de experiência fundamental da loucura (em *História da Loucura*), da transição da protoclinica para a anatomoclínica (em *O Nascimento da Clínica*) e na noção de *episteme* (em *As Palavras e As coisas*). Em oposição a esta forma de pensar sobre uma possível presença da normatividade na história arqueológica mencionamos as leituras de Vera Portocarrero, que assume apenas haver nesse percurso um intento descritivista, baseado numa tentativa de se observar a coerência dos saberes em cada época. E a posição do próprio Canguilhem, que reconhece o caráter não normativo da arqueologia do saber, ao menos no que concerne à compreensão de normatividade por parte da epistemologia histórica; no entanto, admite a presença de outra modalidade de normatividade, no sentido de organização dos saberes de uma época e sua remissão a um solo arqueológico.

Por isso, quando tratamos da normatividade em *História da Loucura* (1961), priorizamos a análise daquilo que Foucault denominou de “experiência fundamental” da loucura. O termo experiência é algo crucial em *História da Loucura*. Segundo Machado, por tratar da loucura no conjunto de suas formas cientificamente explicitadas e de seus aspectos silenciosos, Foucault leva a apresentar sua história não como uma crônica de descobertas ou uma história das ideias, mas como a que segue o encadeamento das estruturas fundamentais da experiência. (MACHADO, 2000, p.34).

Para indicarmos a presença da normatividade em *O Nascimento da Clínica* (1963) realçamos a fator da experiência médica, que passa a se dar da superfície para a profundidade do olhar clínico. Num tipo de passagem que engloba a transição “de um espaço ideal, superficial, de representação, de configuração da doença, a um espaço real, profundo, objetivo, sólido, corpóreo, de localização da doença” (MACHADO, 2000, p. 55).

No momento mais avançado deste segundo capítulo abordamos a questão da normatividade a partir do conceito de episteme em *As Palavras e As Coisas* (1966). Apesar de para Vera Portocarrero este conceito equivaler a uma tipologia descritivista que contempla um olhar para a coerência dos saberes em cada época, também trouxemos à baila a leitura de Machado, novamente, para buscarmos entender a noção de episteme a partir de um viés normativista. Assume Machado que, a partir o conceito de episteme, é na própria condição de possibilidade do saber de cada época que reside a normatividade.

### **CAPÍTULO III.**

#### **A HISTÓRIA ARQUEOLÓGICA DA BIOLOGIA E O CONCEITO DE ERRO NO PENSAMENTO DE GEORGES CANGUILHEM**

Neste terceiro capítulo pretendemos compreender o modo como a biologia se constituiu enquanto saber na Modernidade, inicialmente sob a perspectiva arqueológica de Foucault e, em seguida, pelas lentes de Canguilhem. A escolha pelo domínio da biologia – e não o da economia política ou o da filologia – deve-se à tentativa de encontrar um ponto de tangência entre uma ciência sempre privilegiada por Canguilhem, e, aos olhos de Foucault, um saber moderno importante à medida que conforma com os demais saberes o solo a partir do qual é possível conceber o próprio nascimento das ciências humanas.

O enfoque teórico se deu em, inicialmente, compreender as noções de a priori histórico e a priori biológico. Indicando que no primeiro, presente na filosofia de Michel Foucault, constitui-se na ideia de que as coisas, os enunciados, os objetos são sempre determinados por uma ordem, originalmente histórica, que pré-dispõe a circulação dos saberes, bem como dos discursos, com pretensão de verdade, que serão legitimados. Mostrando que, no segundo, o a priori biológico, presente na filosofia de Georges Canguilhem, faz parte de um modo de se

conceber que a produção científica é antecipada pela valoração, pela constituição de normas que delimitam a verdade sobre as noções de normal e patológico.

Para isso, nosso objeto de leitura é o texto de Michel Foucault *As Palavras e As coisas*, cuja análise arqueológica dos saberes nos permitirá perceber o deslocamento da história natural para a biologia, mostrando a normatividade da episteme. Portanto, existe uma diferença entre o *a priori* histórico da história natural da idade clássica e o princípio de ordenação da classificação, e o *a priori* histórico da biologia moderna, e seu princípio ordenador que é a organização dos seres. A escolha desse livro se deve à consideração de que ele ocupa o momento ápice da elaboração da arqueologia foucaultiana como uma arqueologia do saber. No mesmo diapasão, trataremos da pesquisa de Canguilhem em *Estudos de História e de Filosofia das Ciências* concernentes aos vivos e à vida, tentando mostrar as semelhanças, mas também as diferenças, com o texto de Foucault (1966).

Finalmente, para tratarmos do tema da errância, trouxemos as influências teóricas de Friedrich Nietzsche na filosofia de Canguilhem e Foucault. Para o primeiro, a questão do erro se tornou algo fundamental para se pensar a vida. Por isso, traçamos as alterações presentes na produção teórica de Canguilhem, antes e depois do aparecimento da Biologia Molecular. Nesse sentido tomamos como ponto de referência o texto *Um novo conceito em Patologia: O erro*, que integra as *Novas Reflexões Referentes ao Normal e ao Patológico* (1963-1966).

### 3.1 A *PRIORI* HISTÓRICO E A *PRIORI* BIOLÓGICO

A partir da publicação de *As palavras e as Coisas*, Michel Foucault oferece-nos outra leitura filosófica, outra chave de interpretação histórica no que diz respeito ao aparecimento de determinadas expressões no campo dos saberes sobre o homem. O que significa entender, sobretudo, que os saberes são fruto de condições epistémicas que configuram os modos de apreensão da verdade em cada época, em cada momento da história. A esse respeito existem os que consideram haver no pensamento arqueológico de Michel Foucault uma preocupação com as “singularidades dos discursos” (tal como Paul Veyne) ou, ainda, os que sustentam ser a arqueologia uma estratégia metodológica de compreensão das assinaturas, dos entremeios e das formações históricas dos saberes. Por isso, a palavra aparecimento define muito bem os estudos de Michel Foucault da fase arqueológica, porque indica que as coisas não são como tais, em

todas as épocas, de maneira equânime, imutável, inexorável. O campo filosófico da arqueologia coloca-nos diante do aparecimento, das formações discursivas que se afirmam enquanto estratégias de legitimação de verdades, marcando uma esfera de separação entre dito e não dito, visível e invisível.

A maneira com que o arqueólogo do saber passa a dimensionar o seu percurso analítico se constitui na medida em que:

Ao objetivar como o saber se transforma em ciência sem que essa o exclua, mas também não se identifique com ele, o arqueólogo afirma que as ciências só encontram seu lugar e têm sua existência na prática discursiva, a qual, por sua vez, não depende daquelas para ser válida. (CANDIOTTO, 2010, p. 48)

O que possibilita o aparecimento de um saber, estruturado por racionalidade própria, são as epistemes porém, o seu funcionamento depende de algo, sendo este algo o a priori histórico que trata-se, exatamente, de um “conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva” (FOUCAULT, p. 145). Podemos inferir, assim, que o a priori histórico se situa em relação direta com uma certa normatividade, atuando através de sistemas de regulação e dispersão dos discursos com pretensão de verdade. Junto com o a priori histórico encontramos algo, a “base de uma ciência possível” (CANGUILHEM, 2016, p. 108) denominada por Foucault de episteme. Nesse sentido, ambas se tornam interdependentes na intenção de “iluminar” o surgimento de certas práticas e teorias acerca de determinados objetos.

O que significa dizer, portanto, que:

Como tal, ela não é mais o código primário da cultura ocidental, e não é ainda uma ciência como na ótica de Huygens, nem uma filosofia como o sistema de Malebranche. Ela é o requisito para chegarmos mesmo a imaginar a possibilidade daquela ótica na época de Huygens, ou daquela filosofia na época de Malebranche, em vez de três quartos de século antes. Ela é o requisito para compreendermos as várias tentativas de construir as ciências como tipos de análises que são capazes de alcançar elementos da realidade e como tipos de cálculos ou combinações que tornam possível corresponder, mediante combinação ordenada de elementos, à universalidade da natureza. Conhecer a natureza não é mais decifrá-la, mas representá-la. (CANGUILHEM, 2016, p.108)

Seriam as redes discursivas àquelas mantenedoras do estatuto de verdade no interior dos saberes. Além disso, o seu acontecimento enquanto prática discursiva em relação a determinado objeto é, inegavelmente, histórico. Essa historicidade, todavia, faz do passado desse saber algo distante, longínquo, forjado na “sucessão descontínua e autônoma de redes de enunciados fundamentais” que impedem “qualquer esforço de reconstruir o passado que deixamos para trás” (CANGUILHEM, 2016, p. 109). Daí a arqueologia visa localizar o subsolo desse saber,

vendo-o através das lupas do passado, no que lhe há de diferente com o discurso positivado, como conhecimento empírico – o mesmo objeto, mas outro saber. O discurso funcional do passado, estruturado num saber similar, não é o mesmo aplicado ao objeto de hoje. Dito de outro modo, podemos compreender que “embora a episteme de uma dada época não possa ser inteiramente apreendida através da história intelectual daquela época, que é subentendida pela episteme de uma época diferente, as duas não são inteiramente estranhas uma a outra” (CANGUILHEM, 2016, p.109). A arqueologia se reveste de um aparato que nos permite olhar para o a priori histórico, mostrando-nos que aquilo “que permanece, então, é o fato de que dolorosamente, lentamente, laboriosamente, indiretamente, podemos mergulhar fundo, a partir de nossas próprias margens epistêmicas, e alcançar uma episteme submersa” (CANGUILHEM, 2016, p. 110).

Ao definir esse percurso da arqueologia, o professor Guilherme Castelo Branco, sustenta a seguinte tese:

Os livros descritivos de Foucault dos anos 60 sempre mostram variações históricas ou distintas percepções acerca das experiências vividas, associadas a teorias e práticas teóricas, sobre a loucura, a prática clínica, o estatuto de cientificidade, as ciências humanas. Sem utilizar os critérios de causalidade histórica tradicional, suas obras descrevem, de forma exaustiva, como as percepções e experiências em foco foram se diferenciando e se superpondo, numa ordem descontínua e sempre renovada, prescindindo da noção de causalidade histórica. Por esse motivo, não se trata de uma história das ideias ou das práticas, mas de uma arqueologia do saber, ou seja, da descrição temporal de diferentes configurações de saber, dispostas na sucessão temporal em camadas ou estratos que estão uns sobre os outros num processo histórico que se ordena independentemente das noções de crescimento racional, progresso espiritual, aumento da complexidade teórico – metodológica, etc. Na arqueologia, vemos diante de nós experiências da ordem do saber, sem necessidade de se fazer qualquer recurso à ideia de origem e finalidade em história. (BRANCO, 2015, p. 27)

Isso significa dizer que para Foucault, através da arqueologia seria possível atingirmos o nível da percepção sobre às estratégias com que os saberes agem, percebendo o “esquema (ou esquemas) histórico geral que estabelece os domínios do cognoscível” (BUTLER, 2019, p. 21). Se por um lado encontramos na arqueologia de Michel Foucault a noção de a priori histórico, por outro há na epistemologia histórica de Georges Canguilhem a presença de um *a priori biológico*<sup>91</sup>. Em seus estudos sobre medicina Canguilhem nos mostra que havia no pensamento

---

<sup>91</sup> Uma indicação do que seria o tal do a priori biológico é traçada por Georges Canguilhem em seu texto *A monstruosidade e o monstruoso*. Nele Canguilhem diz que “o que não tem regra de coesão interna, cuja forma e dimensões não apresentam desvios oscilando de um lado a outro de um módulo que se pode traduzir por medida, forma ou modelo, não pode ser dito monstruoso” (CANGUILHEM, 2012, p.187)

de Claude Bernard um “ a priori morfológico que determina as partes, em sua formação e em sua forma relativamente ao conjunto, por uma reciprocidade de causação” (CANGUILHEM, p. 358). Tal reflexão indica como se processaria a composição teórica do vital e, a partir disso, levada ao nível do entendimento da “unidade orgânica como modelo possível de uma organização social” (CANGUILHEM, p.358). A delimitação arqueológica do conceito de a priori biológico, segundo Canguilhem, já estava presente em Auguste Comte e Claude Bernard. Para dar conta de sua reflexão filosófica no campo do normal e do patológico, Canguilhem se vale de um arsenal histórico, carregado de discussões epistemológicas, que o leva até o conceito de a priori biológico. Nesse sentido que, em determinado momento de sua produção teórica, Georges Canguilhem colocará em cotejo os conceitos de a priori histórico, de Michel Foucault, e de a priori biológico- presente nas filosofias de Comte e Bernard.

Vejamos,

*O a priori fisiológico e o a priori histórico poderiam ser resumidos dizendo-se que a humanidade á aquilo que pensa, no homem. Mas para Comte, o a priori biológico é um a priori para o a priori histórico. A história não pode desnaturar a natureza. Desde o início, e não apenas perto do fim, o pensamento de Comte, ao propor fundar uma ciência da sociedade, isto é, do objeto coletivo e histórico das atividades humanas, entendia a filosofia como uma síntese “ presidida pelo ponto de vista humano”, isto é, uma síntese subjetiva. A filosofia de Comte é o caso exemplar de um tratamento empírico do projeto transcendental que não fora abandonado. Esse tratamento empírico busca seu principal instrumento na biologia, permanecendo desdenhoso ou ignorante da economia e da linguística. Assim, essa filosofia, para a qual as gêneses nunca são coisa alguma se não desenvolvimentos de estruturas vivas, não reconhece na matemática e na gramática de sua época as disciplinas que introduzirão o conceito de estrutura na filosofia, onde ele ocupará o lugar do cogito, que o positivismo abandona sarcasticamente ao ecletismo. ( CANGUILHEM, 2016,p. 120)*

Ao colocar o a priori biológico enquanto instrumento de análise da Epistemologia Histórica Canguilhem conseguirá restaurar a síntese de leitura e teorização no campo da positividade dos discursos científicos. Por isso, podemos compreender que de algum modo há entre o a priori histórico e o a priori biológico certo nível de relação filosófica, cujo fundamento se concentra efetivamente na apreensão das condições de possibilidade de determinado conhecimento (seja saber ou ciência).

### 3.1 DA HISTÓRIA NATURAL A BIOLOGIA COMO CIÊNCIA DA VIDA: CONLUÊNCIAS ENTRE CANGUILHEM E FOUCAULT

O papel da biologia no pensamento de Michel Foucault ocupa um espaço de relevância. Em *As Palavras e As Coisas*, por exemplo, temos a arqueologia do saber que visa entrecruzar determinados domínios (da vida, do trabalho e da linguagem) para compreender o aparecimento dos saberes sobre o homem. A biologia é o saber que, na Modernidade, toma a vida como objeto de análise. Nesse sentido, Foucault faz a arqueologia deste saber, mostrando como, através da mudança de episteme, a biologia é um domínio diferente da História Natural clássica. Ao fazer a distinção entre a História Natural (ciência que se dedicava a classificação dos animais e plantas em espécies, gêneros através de observações físicas externas dos organismos), presente nos séculos XVII e XVIII, da Biologia que emerge no final do século XVIII (preocupada com o do estudo da vida, direcionada aos aspectos internos funcionais do organismo, sobretudo relacionados ao habitat, forma de respiração e cadeia alimentar) Foucault indicará as rupturas, as descontinuidades arqueológicas que viabilizaram a passagem de um tipo de saber para uma nova produção científica.

Nesse sentido, Michel Foucault delimita as rupturas epistemológicas. Para ele a biologia apenas tem seu lugar de emergência com o advento do microscópio e, também, pelas observações anatômicas trazidas pelo biólogo Georges Cuvier. Tais contribuições foram fundamentais para que o pensamento acerca do evolucionismo emergisse a partir de meados do século XIX. As formas de classificação dos seres vivos estavam ligadas a História Natural das espécies.

No capítulo V de *As Palavras e As coisas*, mais especificamente no tópico intitulado *A História Natural*, Foucault questiona:

Como pode a idade clássica definir esse ‘domínio da história natural’, cuja a evidencia hoje e cuja a unidade mesma nos parecem tão longínquas e como já confusas? Que campo é esse em que a natureza apareceu próxima de si mesma o bastante para que os indivíduos que ela envolve pudessem ser classificados, e suficientemente afastados de si, para que o devessem ser pela análise e pela reflexão? (FOUCAULT, 2000, p.175)

Assim, Foucault problematiza as razões, primeiro, que possibilitaram o surgimento da História Natural. Indo mais além, o filósofo francês desconsidera às afirmações que assumem no fracasso do método cartesiano as condições de possibilidade para que a História Natural aparecesse pois, ainda segundo Foucault, uma ciência não emerge devido ao fracasso de outra. Sendo assim, “pode ser que uma ciência nasça de outra; jamais, porém, uma ciência pode

nascer da ausência de outra; nem do fracasso, nem mesmo do obstáculo encontrado por outra” (FOUCAULT, 2000, p.175). Por isso, para que a História Natural aparecesse ou surgisse “seria preciso que a História se tornasse natural” pois “o que existia no século XVI e até meados do século XVII eram histórias: Belon escrevera uma história da natureza das aves; Duret, uma história admirável das plantas; Aldrovandi, uma história das serpentes e dos dragões” (FOUCAULT, 2000, p.176). Nesse momento apenas era possível assumir-se uma história atrelada a observação de plantas e animais, relatando pelos fatores externos quais órgãos os constituem, em suas características fundamentais e semelhanças, através de lendas e histórias que faziam menção a determinado animal ou planta.

O papel da linguagem que classifica é primordial ao mostrar que “as palavras que eram entrelaçadas ao animal foram desligadas e subtraídas: e o ser vivo, em sua anatomia, em sua forma, em seus costumes, em seu nascimento e em sua morte, aparece como nu” (FOUCAULT, 2000, p.178). Temos, assim, as contribuições da taxonomia que dispõe das classificações de Lineu para fundar um novo sentido entre palavras e coisas, sobretudo porque “a ordem descritiva que Lineu, bem após Jonston, proporá à história natural é muito característica”, ou seja, para Lineu “todo capítulo concernente a um animal qualquer deve ter os seguintes passos: nome, teoria, gênero, espécies, atributos, uso e, para terminar, Litteraria” (FOUCAULT, 2000, p. 178).

Não obstante, por esta razão sustenta Michel Foucault que:

A Idade Clássica confere à história um sentido totalmente diferente: o de pousar pela primeira vez um olhar minucioso sobre as coisas e de transcrever, em seguida, o que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fiéis. Os documentos dessa história nova não são outras palavras, textos ou arquivos, mas espaços claros onde as coisas se justapõem: herbários, coleções, jardins; o lugar dessa história é um retângulo intemporal, onde, despojados de todo comentário, de toda linguagem circundante, os seres se apresentam uns ao lado dos outros, com suas superfícies visíveis, aproximados segundo traços comuns e, com isso, já virtualmente analisados e portadores apenas de seu nome. (FOUCAULT, 2000, p. 179)

Essa ordenação da natureza pautada, nada mais nada menos, que pela “nomeação do visível” (FOUCAULT, 2000, p.181) é o que fundamenta a episteme da História Natural na Idade Clássica. É no olhar externo de todas as coisas que se tem a representação dos seres vivos. Uma espécie de botânica do vital, exatamente como a praticada por Turnefort, cuja necessidade “é saber precisamente os nomes que se lhes deu em relação à estrutura de algumas de suas partes” (FOUCAULT, 2000, p.181). Desse modo, no campo da observação taxonômica e morfológica, a luz das contribuições de Lineu “todas as outras espécies do gênero são comparadas à primeira, banindo-se das notas discordantes” (FOUCAULT, 2000, p. 193). Por

isso a Gramática Geral servirá para o desenvolvimento de uma álgebra das representações que a História Natural tomará emprestado. A região de representação faz parte do processo de formulação taxonômica da História Natural, principalmente no sentido que busca articular a continuidade classificatória dos seres vivos, a análise das riquezas e a ciência das trocas. Todas em relação direta com a Gramática Geral dos signos.

Nesse sentido a História Natural, zoologia ou botânica é, segundo Machado:

A observação e a descrição dos seres vivos que privilegia o que há de visível na natureza. Seu conhecimento não pretende penetrar nos objetos; considera-os unicamente em sua superfície, reduzindo-os àquilo que se mostra ao olhar. Privilégio da visão que acarreta o desprestígio dos outros sentidos, desclassificados como formas de conhecimento. Lineu, por exemplo, afirma que se deve rejeitar tudo o que, na planta, não existe para o olho ou para o tato, e Diderot, em sua *Lettre sur les aveugles*, não hesita em dizer que um cego pode ser geômetra, mas nunca será naturalista. (MACHADO, 2007, p.113)

Não podemos esquecer que, apesar da pretensão geral classificatória, não há que se preocupar com a descrição e representação de todas as características do ser vivo, pois sempre existirá aquelas mais essenciais, como uma estrutura, assim pensavam os naturalistas. Ou seja, na Era Clássica a ciência dos seres vivos que predomina é a da classificação, dividindo-os em reinos, filos, classes, ordens, famílias, gêneros e espécies. Na concepção da História Natural, o corpo humano, seu organismo, faz parte de processos externos de observação, justamente em comparação com outras espécies. Por isso, essa relação entre o visível das espécies servirá de ponto de referência para classificações, arquétipos, tal como no caso dos órgãos sexuais das plantas, em que o feminino é o pistilo e o masculino o estame.

É, portanto, na estrutura que se encontra a posição limítrofe entre visão e campo de observação. Daí a impossibilidade de se haver o estabelecimento das relações de parentesco entre as espécies, os indivíduos e suas respectivas classificações, “limitando e filtrando o visível, a estrutura lhe permite transcrever-se na linguagem” (FOUCAULT, 2000, p. 185). Nesse sentido a Botânica, em seu modo de classificação morfológica, predominou sobre a zoologia do período Clássico. Isso se deveu a facilidade em se classificar através da observação externa, algo mais fácil em plantas do que em animais - considerando que os órgãos das plantas eram mais perceptíveis, ao contrário dos animais. Para que a estrutura fosse observada e classificada em seu caráter haviam duas possibilidades. Aqueles que eram defensores da classificação pelo *sistema*, como Charles Lineu (1707-1778) e Joseph Tournefort (1656-1708), e, portanto, apenas se preocupavam pela análise geral - por exemplo: caule flor, fruto - sem haver interesse nas particularidades de cada espécie ou gênero, ou seja, “classifica os seres levando em consideração a estrutura de uma de suas partes, neutralizando as compatibilidades

ou incompatibilidades provenientes das outras estruturas” (MACHADO,2007, p. 115). Em contrapartida existiam os que procuravam classificar através do *método*, como Michel Adanson (1727-1806) e Buffon (1707-1788), o qual considerava as particularidades, as características específicas dos indivíduos, analisando-as minuciosamente em suas descrições. Na sequência, ao observar outro indivíduo apenas se detinha naquilo que há de diferente entre ambos. A falha desse procedimento está no fato de que existem variedades inumeráveis de espécies, o que torna o trabalho desgastantes, exaustivo. A pretensão, portanto, seria em localizar grandes famílias, atentando-se ao agrupamento das diferenças que estabelece a ordem classificatória” (MACHADO, 2007, p. 115).

Em determinado momento houve a mudança na episteme que permitiu o aparecimento da Biologia como ciência da vida. Nesse sentido é que Foucault faz a distinção entre as ciências da Idade Clássica e as que aparecerão na Modernidade. Isto se torna significativo em *As palavras e As coisas*, pois observamos as rupturas ou descontinuidades no deslocamento do século XVIII ao século XIX, em que emergem as ciências da vida, do trabalho e da linguagem. Nas considerações de Michel Foucault, a Biologia extrapola os limites das pesquisas da História Natural, passando a ter seu próprio objeto, fundamentando-se numa nova episteme. A noção de vida inexistia como objeto da História Natural, o que fará parte da produção teórica da biologia como ciência.

Como lembra Foucault:

A biologia não existia (no século XVIII) e a repartição do saber que nos é familiar há mais de 150 anos não pode valer para um período anterior. E que, se a biologia era desconhecida, o era por uma razão bem simples: é que a própria vida não existia. Existiam apenas seres vivos e que apareciam através de um crivo do saber constituído pela história natural. (FOUCAULT, 2000, p.175)

Ao falar da inexistência da problematização sobre a vida na História Natural Foucault quer nos mostrar que apenas era possível a esta ciência se debruçar na classificação dos seres vivos, através das relações de semelhança e dessemelhança em categorias fixas, imutáveis. A História Natural não estava preocupada com o conceito vida. Não apenas isso, questões como a evolução de diferentes espécies na luta pela sobrevivência - ou seleção natural - a transmissão dos caracteres hereditários através das gerações, estavam longe do pensamento em História Natural. Somente com o advento da Biologia que tais temas serão contemplados, tornando-se objeto de pesquisa. A mudança de episteme, da Representação para a História, é que possibilitou o aparecimento da Biologia, especialmente as contribuições de Georges Cuvier (1769 – 1832). Segundo Foucault, Cuvier foi responsável por resgatar as pesquisas em

anatomia, sobretudo de Jean Baptiste Lamarck (1744-1829) e Vicq d’Azyr (1748-1794). Diante disso, Cuvier trouxe para o centro dos trabalhos científicos preocupações anatômicas, como a dissecação de corpos, estudos dos órgãos e, por conseguinte, dos sistemas internos – devido ao aparecimento do microscópio.

Nas palavras de Foucault:

Um dia, no final do século XVIII, Cuvier saqueará os frascos do Museu, quebrá-los-á e dissecará toda a grande conserva clássica da visibilidade animal. Esse gesto iconoclasta, ao qual Lamarck jamais se decidirá, não traduz uma curiosidade nova por um segredo a cujo propósito não se teria tido nem a preocupação nem a coragem, nem a possibilidade de conhecer. Trata-se, muito mais seriamente, de uma mutação no espaço natural da cultura ocidental: o fim da história, no sentido de Tournefort, de Lineu, de Buffon, de Adanson, no sentido igualmente em que Boissier de Sauvages a entendia quando opunha o conhecimento histórico do visível ao filosófico do invisível, do oculto e das causas. (FOUCAULT, 2000, p. 189)

Isso não significa que a análise por taxonomia será abandonada pela biologia. O que há, então, é uma modificação nos critérios de identidades dos seres vivos. Além do caráter externo será admitido, também, o caráter interno, como circulação, respiração e reprodução. Com isso, a atenção foi direcionada a outras características orgânicas que permitiu um novo sistema de classificação. Assim, a Biologia promoveu a descontinuidade arqueológica, adentrando na profundidade, no interior.

Isto é,

Classificar, portanto, não será mais referir o visível a si mesmo, encarregando um de seus elementos de representar a outros; será, num movimento que faz revolver a análise, reportar o visível ao invisível, como à sua razão profunda, depois alçar de novo dessa secreta arquitetura em direção aos seus sinais manifestos, que são dados à superfície dos corpos. (FOUCAULT, 2000, p. 315)

Derivada desta relação entre visível e invisível, proveniente da nova episteme, é que a concepção de vida se torna objeto da Biologia, pois a partir deste momento a ênfase será na apreensão do organismo vivo de acordo com o vínculo entre órgãos internos e externos, fazendo com que as características internas, muitas vezes, tenham mais importância que as externas. A vida como categoria da Biologia produz o rompimento com a ideia de representação dos seres vivos e a linguagem da História Natural. Porém, é preciso ressaltar que apesar de não ser objeto de interesse direto da História Natural os órgãos internos dos seres vivos não eram desconhecidos por ela. Podemos ressaltar o fato de que “Michel Foucault vê Aldrovandi como o modelo de um naturalista do século XVI – o que não significa uma crítica ao seu trabalho,

mas sim que seu trabalho refletia precisamente o que se esperava de um naturalista na época<sup>92</sup>” (MORANGE, 2016, p.39). O que Foucault nos mostra, portanto, na história arqueológica da biologia é que, a episteme da História Natural perfaz um saber voltado à classificação dos seres vivos e, por isso, somente poderiam se atentar a essa questão e não à outra. Portanto, “o que mudou, na curva do século, e sofreu uma alteração irreparável foi o próprio saber como modo de ser prévio e indiviso entre o sujeito que conhece e o objeto de conhecimento” (FOUCAULT, 2007, p. 346). Foi com a guinada do exterior para interior que os primeiros biólogos, dentre eles Cuvier, puderam se voltar a temas de interesse relacionados às funções dos seres vivos, como: respiração, digestão, circulação e outras. Isso possibilitou, principalmente, que aparecem novos elementos de compreensão dos seres vivos. Como exemplo podemos mencionar o entendimento de que animais aquáticos possuidores de brânquias devem ser alojados ao lado dos mamíferos, que possuem pulmões, devido ao fato dos dois órgãos, brânquias e pulmão, terem a mesma função: respiração, mesmo que sejam anatomicamente diferentes. Temos, assim, o nascimento da anatomia comparada, que extrapola os limites da representação, passando do estudo relacionado aos seres vivos para o campo de estudo da vida. No século XIX, tornou-se possível a vida como fundamento epistemológico da biologia. Isso significa, assim, que os seres vivos são constituídos por dada transitoriedade no interior da vida, cuja morte se torna o ponto final.

O ser vivo é produto do tempo, constituído por uma finitude, como sustenta Foucault:

A experiência da vida apresenta-se, pois, como a lei mais geral dos seres, o esclarecimento dessa força primitiva a partir da qual eles são; ela funciona como uma ontologia selvagem que buscase dizer o ser e o não-ser indissociáveis de todos os seres. Mas essa ontologia desvela menos o que funda os seres do que o que os leva, por um instante, a uma forma precária e secretamente já os mina por dentro, para os destruir. Em relação à vida, os seres não passam de figuras transitórias e o ser que eles mantêm, durante o episódio de sua existência, nada mais é que sua presunção, sua vontade de subsistir. De sorte que, para o conhecimento, o ser das coisas é ilusão, véu que se deve rasgar, para se reencontrar a violência muda e invisível que os devora na noite. A ontologia do aniquilamento dos seres vale, portanto, como crítica do conhecimento; mas trata-se menos de fundar o fenômeno, de dizer ao mesmo tempo seu limite e sua lei, de reportá-lo à finitude que o torna possível, do que de dissipá-lo e destruí-lo como a própria vida destrói os seres pois todo o seu ser é só aparência. (FOUCAULT, 2000, p. 384-385)

Isso caracteriza toda a potência arqueológica que possibilitou Charles Darwin enxergar sua teoria, postulá-la naquele momento específico, bem como que Alfred Wallace pudesse chegar às mesmas conclusões de Darwin. Ou seja, a elaboração da teoria da evolução das

---

<sup>92</sup>Michel Foucault sees Aldrovandi as the model of a sixteenth-century naturalist—which is not meant as a criticism of his work, but rather that his work reflected precisely what was expected of a naturalist at the time.

espécies por meio da seleção natural, do princípio da hereditariedade e, também, da luta entre as espécies, visando a sobrevivência. Tudo isso só foi possível devido à descontinuidade arqueológica provocada na modernidade, inicialmente promovida por Cuvier<sup>93</sup>, da passagem da História Natural para a Biologia como ciência. Nesse sentido, quando tratamos do percurso arqueológico da biologia presente em *As Palavras e As coisas*, podemos considerar os aspectos normativos que se concentram na episteme, que conferem grau de coerência e reconhecimento de seus discursos.

Desse modo, ao falarmos da normatividade na produção teórica da arqueologia do saber da biologia, de Michel Foucault, buscamos compreender no que consiste esta normatividade e se, de algum modo, ela converge ou diverge com o pensamento de Georges Canguilhem a respeito. Olhando com maior profundidade podemos lidar com a questão a partir dos temas em comum entre ambos os filósofos. Por isso, acreditamos haver influências diretas de Canguilhem nas tematizações de Michel Foucault, especialmente durante seus primeiros trabalhos na década de 60. O enfoque dado por Michel Foucault a um campo “arqueológico” no qual o homem aparecera como objeto de estudo se aproxima do modo com que Canguilhem, sobretudo em seus *Estudos de História e de Filosofia das Ciências: Concernentes aos Vivos e à Vida*, enfatiza o mesmo problema à luz do próprio modo como a vida pode ser entendida. Se, por exemplo, a leitura foucaultiana sobre a teoria da evolução indica o lugar de aparecimento de uma nova episteme, com Cuvier, provocada pelos estudos em anatomia; já Canguilhem considera, tal como Foucault, que os trabalhos de Cuvier mostraram que “comparar é colocar às claras diferenças tanto quanto as semelhanças” (CANGUILHEM, 2012 b, p.117).

A história arqueológica, nesse caminho em torno das ciências da vida, se caracteriza pela compreensão da normatividade da episteme. Mesmo que a arqueologia adentre no nível do saber, ela visa “indicar” o local da coerência que edifica uma positividade. Isto é, se a vida pode ser fundamentada no pensamento do século XIX, pelo saber da biologia, será porque as condições de existência desse novo saber sobre o homem associaram-se às normas trazidas pela problematização da doença por parte da medicina, dando legitimidade e reconhecimento aos discursos emergentes “com os quais as ciências da vida relacionam-se diretamente ao

---

<sup>93</sup>Interessante lembrarmos que Cuvier possuía uma compreensão fixista das espécies, aceitando sua imutabilidade. Foucault em seu Texto intitulado *A posição de Cuvier na História da Biologia*, sustenta que “Gostaria de mostrar como o indivíduo, ou, mais exatamente, a crítica da espécie em Lamarck e nos seus contemporâneos não é absolutamente isomorfa, nem passível de ser sobreposta à crítica da espécie tal como podemos encontrá-la em Darwin. E que essa crítica da espécie, tal como a vemos operar em Darwin, só pôde surgir a partir de uma transformação, de uma reorganização, de uma redistribuição do saber biológico, que se realiza através da obra de Cuvier.” (FOUCAULT, 2000, p.193)

investigarem a vida do homem e manifestam sua finitude que se impõe através da morte e da doença” (PORTOCARRERO, 2009, p. 16).

Portanto, é pela problematização da episteme moderna da História e a compreensão do homem, não como ser vivo, mas em termos de sua finitude, como aquele que vive, adoece e morre, que podemos identificar a presença de uma certa normatividade como condição de apreensão de diferentes saberes em um mesmo solo histórico. Contudo, esta normatividade não se apresenta sob a forma de uma verdade à qual os saberes devem seguir, e, sim, como uma configuração histórica que possibilita que eles sejam dispostos em um mesmo sistema de apreensão.

### 3.2 O ERRO COMO FUNDAMENTO DA VIDA: INTELOCUÇÕES ENTRE FOUCAULT E CANGUILHEM

Até o momento percorremos uma arqueologia da biologia através do conceito vida, tratada por Michel Foucault em *As Palavras e As Coisas (1966)*. Nesse momento, buscaremos adentrar em outra referência, que é a leitura de Canguilhem, feita por Foucault, a respeito da vida sua relação com a errância, algo que remete à filosofia de Friedrich Nietzsche.

Para o filósofo alemão, existiria na vida uma autoconservação, pois “toda a vida repousa sobre a aparência, a arte, a ilusão, a óptica, a necessidade do perspectivístico e do erro” (NIETZSCHE, 1992, §5, p. 55). Essa frase nos revela a multiplicidade do vivo, numa incessante mudança, num vir-a-ser, que transfigura diversos aspectos da vida. Nesse sentido, ao comentar o aspecto da mutabilidade do vivente no pensamento de Nietzsche, sustenta Giacóia que:

Faz parte desse paradoxo um excedente de força pulsional que ultrapassa toda fixação instintiva e faz do homem esse desafio permanente à estabilidade pensada no conceito de natureza, esse repto à autoconservação; eterna insubsistência, que o torna, por natureza, o animal mais exposto, o mais periclitado, o mais ameaçado pelo ‘acaso’, pelo ‘destino’, pela ‘natureza’. Por isso mesmo, o mais enfermo de todos os animais enfermos é também aquele que é mais problemático, digno de questão, o mais denso, profundo e pleno de futuro – um agulhão na carne da natureza, de todo presente. (GIACÓIA, 2013, p. 24-25)

Nesse mesmo sentido, aprendemos que “todos os cientistas são prisioneiros do tempo em que vivem e são limitados para as visualizações e ferramentas que os fornece<sup>94</sup>” (MORANGE, 2016, p.19). Isso nos leva ao tema contemplado por Canguilhem em seu percurso teórico, que é o do erro. É nas análises sobre a biologia, junto com às inovações trazida pela teoria da informação, que o conceito de erro será utilizado para descrever os fenômenos da mutação.

A noção de erro aparece no pensamento de Georges Canguilhem vinculada a dois momentos de sua produção teórica<sup>95</sup>. Um que antecede as contribuições da Genética Molecular; e outro, depois do advento das pesquisas de James Watson (1928), Francis Crick (1916 – 2004) e, também, de Jacques Monod (1910 – 1976) e François Jacob (1920 – 2013). Com a biologia molecular e a teoria das mutações é que aparecerá a categoria de erro no código genético (na transmissão de informações), reorientando os trabalhos de Canguilhem acerca do conceito de erro, relacionando-o com a própria normatividade vital. Podemos ressaltar, também, que a presença do conceito de erro aparece em determinados trabalhos de Michel Foucault - tal como em *A ordem do Discurso* - na forma de erro disciplinado<sup>96</sup>. Por não ser enfoque deste trabalho a chamada fase genealógica do filósofo francês, trataremos da leitura que Michel Foucault faz do conceito de erro no pensamento de Canguilhem, em texto introdutório à edição inglesa de *O normal e o Patológico* (1985), cujo título atribuído foi “A Vida: a Experiência e a Ciência”.

Vejamos, primeiro, como Canguilhem tratou do conceito na década de 40 e 50 para, depois, adentrarmos em suas releituras na década de 60.

Os epistemólogos franceses Canguilhem e Bachelard, anteriormente a Foucault, já adentraram no campo filosófico do erro. Apesar de a ciência almejar a busca da verdade, não se deve presumir a possibilidade significativa de se dizer serem os discursos científicos, em plenitude, discursos verídicos. Bachelard lembra-nos que o erro está na positividade; o pensamento científico seria um verdadeiro sobre um fundo de erro - a valorização do erro

---

<sup>94</sup> that all scientists are prisoners of the time in which they live and are limited to the views and tools that it provides them.

<sup>95</sup>Para aprofundamento sobre o tema recomendamos a leitura do artigo de Caio Souto, “O impacto da teoria genética sobre a filosofia biológica de Georges Canguilhem”. in: *Peri Florianópolis/SC*, Brasil v.1 2 n. 01, 2020.

<sup>96</sup>Essa análise é muito bem explorada por Cesar Candiotto em *Foucault e a Crítica da verdade*. Sustenta Candiotto que “Se no interior da disciplina há a possibilidade do erro-disciplinado, significa que no seu exterior existe a probabilidade da verdade não disciplinada. Ainda que no exterior das disciplinas haja a experiência imediata e as crenças sem memória, não se pode dizer que aí habita o erro sem mais, visto que aquilo normalmente atribuído como erro é definido no âmbito frágil e provisório de uma prática histórica definida” (CANDIOTTO, 2010, p. 54)

dentro do processo produtivo de verdade, inserido historicamente. Para essa tradição de pensamento filosófico, segundo Roberto Machado:

Para a epistemologia - a de Bachelard, Canguilhem, Koyré ou Cavaillès - o progresso é uma característica essencial da ciência, que sua história é um processo finalizado em direção à verdade, isto é, a produção de uma verdade cada vez mais depurada dos erros iniciais. (MACHADO, 2007, p.81)

Assim, Canguilhem se valerá dessa concepção para descrever três axiomas presentes na epistemologia de Bachelard: o primeiro seria o "primado teórico do erro", o segundo "a depreciação especulativa da intuição" e o terceiro "a posição do objeto como perspectiva das ideias" (CANGUILHEM, 1988, p. 5-6). Na linha de pensamento similar, Foucault concebe que a aceitabilidade do discurso com pretensão de verdade é o que delimita a episteme de dada época. Para Canguilhem "o erro tem uma positividade histórica, ele é necessário, por ser um caminho indispensável à formulação de novos saberes" (PORTOCARREO, 2009, p.85-86).

Acreditamos que Foucault parte desta reflexão para desenvolver um pensamento próprio acerca das condições de possibilidade dos erros, sobretudo nas disciplinas científicas. Assim, a história crítica da verdade que o pensamento foucaultiano produz não é meramente da relação verdadeiro-falso, mas é aquela sobre "as condições historicamente variáveis que tornam possíveis a aceitabilidade (verdadeira ou falsa) de um enunciado" (WOLFF, 1999, p.431).

Percebe-se que, na filosofia de Canguilhem, o erro é um caminho indispensável para história da verdade, já que este desloca a verdade de seu estatuto universal. "Nesse sentido, o essencial da crítica de Canguilhem atinge a negação do valor do erro passado para o aperfeiçoamento da verdade" (MACHADO, 2007, p.28-29).

Já as razões que levam Foucault a problematizar a questão do erro advêm da sua relação crítica com a verdade, dirimindo conflitos provenientes dos discursos verídicos. Para José Arthur Giannotti:

Michel Foucault escapa dessa radical separação entre lógica do sentido e lógica da verdade precisamente quando vê nessa última um jogo. Em poucas palavras: o jogo do verdadeiro e do falso termina por demarcar o próprio campo onde se exercita, o alcance de sua verdade, na medida em que se exerce por meio de técnicas de poder. Nesse ponto nota-se a influência de Georges Canguilhem, que, interessado em estudar, principalmente na biologia, precisa enfrentar como esses conceitos estão sempre se reportando ao jogo das normas e dos fatos, à história da própria verdade, à história dos "discursos verídicos" que se corrigindo e se retificando terminam por desenhar um campo do saber onde passa a valer a oposição entre o verdadeiro e o falso. (GIANNOTTI, 2006, p. 51)

Desse modo, Foucault assevera a importância de Georges Canguilhem na indicação constitutiva dos discursos científicos, sobretudo por este considerar que o “próprio erro é instrutivo; revela certamente a significação teórica de uma tentativa, e, sem dúvida, também os limites que a tentativa encontra no próprio objeto ao qual se aplica (CANGUILHEM, 2020, p.21). Da mesma maneira que Nietzsche interpelou sobre a verdade do homem, afirmando serem estes erros irrefutáveis (NIETZSCHE, 2012, p. 126)

Nesse sentido, o percurso traçado por Michel Foucault reivindica a problematização do erro na história dos discursos. A referência inicial é oriunda dos trabalhos de Canguilhem. Para este, a errância vital proveniente dos acidentes da razão seriam fundamentais para entendermos a história epistemológica das ciências. O próprio Foucault, referindo-se a Canguilhem, o define como “esse historiador das racionalidades, ele mesmo tão “racionalista”, é um filósofo do erro; quero dizer que é a partir do erro que ele coloca os problemas filosóficos, digamos mais exatamente o problema da verdade e da vida” (FOUCAULT, 2000, p. 365). Além disso, numa forma de localizar a errância vital na obra do mestre e escritor de *O Normal e O Patológico*, Foucault menciona que a verdade seria o “mais recente erro” (FOUCAULT, 2000, p. 365).

Essa consideração revela o ponto de partida de Michel Foucault, quando da sua aula inaugural no Collège de France em 1972, no texto intitulado *A ordem do Discurso*. Ainda sobre a leitura de Michel Foucault acerca da temática do erro no percurso filosófico de Georges Canguilhem, podemos mencionar a inquietação de Foucault, ao interpelar “Será que toda a teoria do sujeito não deve ser reformulada, já que o conhecimento, mais do que se abrir à verdade do mundo, se enraíza nos “erros” da vida? (FOUCAULT, 2000, p.366).

Sendo assim, a preocupação retorna à durabilidade dos conceitos, as racionalidades que instituem os saberes e, portanto, aos fundamentos da própria vida presente nos acontecimentos da história. Desse modo, Michel Foucault explora o erro como condição de possibilidades dos saberes que almejam o estatuto científico.

No prefácio à edição inglesa do livro de Canguilhem, Foucault interpreta o erro da seguinte maneira:

No limite, a vida é aquela que pode errar. É talvez a este fato, ou melhor, a esta eventualidade fundamental, que devemos pedir uma explicação para o fato de que a questão da anomalia perpassa toda a Biologia. Você tem que se pedir uma conta as mutações e processos evolutivos que induz. E ela também dará conta dessa mutação singular, desse “erro hereditário” que significa que a vida atingiu no homem um vivente que nunca está em seu posto, um vivente consagrado ou condenado [voué] a “errar” É destinado [destinado] finalmente ao “erro” [...] o “erro” não constitui o

esquecimento ou o atraso de uma verdade, mas a dimensão própria da vida dos homens e do tempo da espécie. (FOUCAULT, 2000, p. 364-365)

Nesse sentido, o que se problematiza é a existência da capacidade para o erro enquanto eventualidade fundamental. Algo como condição histórica que ocupa seu lugar de importância nos acontecimentos regido pelos discursos, uma espécie de a priori histórico, tal como Foucault o define em *As palavras e as coisas*:

Aquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro. (FOUCAULT, 2000, p.219)

Por isso, a admiração de Foucault por essa visão de Canguilhem, principalmente por este problematizar conjuntamente a verdade com a vida. Isso significa assumir a própria possibilidade vital de o ser humano errar, ou seja, do erro como modo hereditário de a ciência existir. Além disso, as influências de Canguilhem na arqueologia elaborada por Michel Foucault se expressam “na perspectiva da análise conceitual, histórica e descontínua” (PORTOCARRERO, 2009, p.11).

Esse novo olhar de Foucault para o problema do erro incide na sua eventualidade fundamental. E, mais do que isso, no caráter radical da vida, na sua singularidade, nas transmissões históricas, o erro enquanto um modo de ser. Para Foucault, desse modo, os erros e “as contradições entre diferentes teorias numa mesma época ou em épocas subsequentes, são efeitos de superfície do saber, que têm uma base homogênea, a episteme” (PORTOCARRERO, 2009, p.119). O erro não provém, portanto, do destino, mas apenas da condição de possibilidade do a priori histórico. Por exemplo, quando trata do novo lugar da similitude - episteme do Renascimento – no interior da Representação clássica, assevera: “a similitude não é mais a forma do saber, mas antes a ocasião do erro, o perigo ao qual nos expomos quando não examinamos o lugar mal esclarecido das confusões” (FOUCAULT, 2000, p.70).

Como pudemos observar na arqueologia da Biologia presente no pensamento de Michel Foucault, mais especificamente em *As palavras e as Coisas*, o aparecimento da categoria vida no interior deste novo saber científico permitiu que diversos ramos, que tratam do mesmo tema, pudessem surgir também.

Para além de Foucault, ao olharmos para o século XX encontraremos mudanças fundamentais no pensamento científico. A mecânica quântica emerge com as contribuições de Niels Bohr, De Broglie, Erwin Schroedinger e Werner Heisenberg. No campo da biologia

molecular os estudos sobre genética passam a evoluir rapidamente. A preocupação em torno do código genético fez parte da corrida da biologia por um novo tipo de saber, a biologia molecular. Mais do que isso, a questão sobre os caracteres hereditários e a sua transmissão já estava presente no pensamento de Charles Darwin, porém, evidente que em outro nível. Apenas em 1944 que, através dos estudos de Oswald T. Avery, se será possível demonstrar que “ O ADN é a molécula responsável pela transmissão dos caracteres hereditários” e, com isso, “ a genética molecular começou a se destacar como um ramo autônomo da biologia, de manifesta transcendência para o conhecimento não só dos mecanismos da hereditariedade, mas também da estrutura e regulação dos seres vivos” (JACOB, 1979, p.9). Canguilhem traz essa revolução científica para o centro da filosofia, almejando correlacionar o conceito de erro com o de normatividade vital. Nesse sentido, explorando o tema da noção de erro em genética, sobretudo como equívoco, “na decodificação das mensagens emitidas pelos genes”, podemos mergulhar nas contribuições filosóficas do médico francês Georges Canguilhem sobre o assunto.

O filósofo brasileiro Vladimir Safatle delimitou a preocupação de Canguilhem no que diz respeito às possibilidades presentes na relação entre normatividade vital e erro. Safatle, em seu texto intitulado *Uma certa latitude: Georges Canguilhem, biopolítica e vida como errância* nos indica qual seria o aspecto temático do “erro” tratado por Canguilhem. O filósofo reflete sobre a questão nos perguntando, por exemplo, o que aconteceria se entrássemos por uma porta errada? Essa é claramente uma referência direta ao erro na leitura do código genético, da mensagem, tema tratado pela genética nos estudos sobre mutações desde Morgan, nos estudos com a mosca *drosophila meloganester*.

Na leitura de Safatle:

Canguilhem costumava dizer que a doença poderia ser definida como um erro, não no sentido de fazer uma conta errada, mas de entrar por uma porta errada. Se voltarmos a primeira definição de doença como restrição da capacidade de ação através da fixação a uma norma única, então é possível completar o raciocínio explorando um duplo movimento. A doença aparece como reação catastrófica a percepção da instabilidade do meio no qual o organismo se situa. Assim o organismo erra por agir como se tomasse o meio a partir de sua imagem de estabilidade, ligada a perpetuação da situação anterior. Ele continua reagindo mecanicamente, como se o meio não houvesse se modificado, o que o leva a sobreviver apenas à condição de restringir radicalmente seu meio e a sucumbir quando essa restrição é impossível. (SAFATLE, 2020, p.302-303)

Em biologia, sabe-se que é a possibilidade do erro como parte do processo ligado à transmissão de informações e, também, de replicação da mensagem genética a nível celular, que se produz o desvio ou a mutação. Por isso, o erro como possibilidade genética consiste na

expressão máxima do acaso em biologia. Nele mesmo, o erro não possui valor algum, porém, passará a adquirir na medida em que o organismo tende a lidar com este processo interno. Com os trabalhos de Archibald Garrod, em 1909, iniciou-se um tipo de pensamento científico que assumia existir uma relação entre genes e efeito fisiológico (lembrando que a palavra gene, desenvolvida por Johansen, naquele momento, representava uma abstração). A ideia de que um erro em um gene poderia causar numa via metabólica defeituosa começa a aparecer. Em vários momentos de seu livro intitulado, *A Lógica da Vida: Uma História da Hereditariedade*, François Jacob se debruça sobre o conceito de erro em Genética Molecular.

O médico francês afirma, por exemplo, que:

Todo o sistema é agenciado para produzir erros às cegas. Não há na célula constituinte algum para interpretar o programa em seu conjunto, para sequer ‘compreender’ uma sequência e modificá-la. Os elementos que traduzem o texto genético só compreendem a significação de trincas tomadas separadamente. Esses elementos que, ao reproduzi-los, poderiam modificar o programa, não o compreendem. Se existisse uma vontade para modificar o texto, ela não disporia de ação direta alguma. Ser-lhe-ia necessário passar pelo longo desvio da seleção natural (JACOB, 1983, p. 310)

Isso caracteriza, portanto, a entrada da biologia na esfera da linguagem que simboliza a estrutura molecular da hereditariedade, traçando o limiar entre escritura e composição genética em que “assim como uma frase constitui um segmento de texto, um gene corresponde a um segmento de ácido nucléico” (JACOB, 1983, p. 277). Qualquer desvio ou erro na leitura do código, da mensagem, pode provocar repercussões na espécie, causando outras possibilidades nas instruções genéticas e, assim, “os erros podem inserir-se nas operações de transcrição e sobretudo de tradução, que utilizam uma aparelhagem complexa” (JACOB, 1983, p. 288). Com a noção de erro genético, por conseguinte, pode-se tratar as patologias à luz da ideia de desvio na interpretação, na decodificação do código genético.

Isso caracteriza o modo como a errância coloca em fundamento a possibilidade da destruição total do organismo enquanto um sistema, isto é:

A possibilidade da destruição do organismo como sistema é um dado real e é fundamental que ele seja real para que a ideia de errância possa realmente ser necessária. Errância implica em poder se perder por completo, dispender todo o processo acumulado em uma profunda irracionalidade econômica, o que explica porque a destruição do sistema é uma parte intrínseca de seu funcionamento. Pois é apenas por poder perder-se por completo, ou seja, por poder deparar-se com a potência do que aparece como a normativo, que organismos são capaz de produzir formas qualitativamente novas, migrar para meios radicalmente distintos e, principalmente, viver em meios nos quais acontecimentos são possíveis, nos quais acontecimentos não são simplesmente o impossível que destrói todo princípio possível de auto-organização. Tal figura do acontecimento demonstra como as

experiências do aleatório, do acaso e da contingência são aquilo que tensiona o organismo com o risco da decomposição. São as experiências ligadas a errância que dão a vida sua normatividade imanente. (SAFATLE, 2020, p.305)

Por isso, há uma normatividade na natureza, da qual as doenças genéticas fazem parte. Através do erro, as anomalias tornam-se produto de um contexto específico que levam ao aparecimento novas formas de vida, tal como as mutações que “resultam de erros semelhantes aos introduzidos em um texto por um copista ou um impressor” (JACOB, 1983, p. 289). A mudança do signo na linguagem nucleica conduz a outra ordem no texto, na condução da mensagem. Essa concepção do erro na informação gênica, proveniente de codificações ou leituras “incorretas”, designa, originalmente, determinadas alterações inerentes ao próprio metabolismo vivo. Apenas com os estudos de Watson e Crick, acerca da estrutura do DNA, é que o erro passa a ser tratado em outro nível, o molecular, produto de um vocabulário químico único. Essa nova maneira de compreender a vida a partir da descoberta do modelo da dupla hélice, principalmente como um sistema de informação no qual o meio celular está em interação constante com o código, será absorvida pelos estudos de Georges Canguilhem.

Isso fez com que a biologia do século XX não se repousasse mais,

Na estruturação da matéria e na regulação das funções, mas numa mudança de escala (de macro para micro) e de campo epistemológico, a saber, do campo da mecânica para o da informação, da comunicação. Num sentido importante, em seu entender, a nova forma de compreender a vida como informação retorna a Aristóteles, no que tange à consideração da vida como *logos* inscrito, convertido e transmitido na matéria viva. Contudo, de um modo que difere do aristotélico, a noção de *telos* da vida, sua relação de finalidade, é rejeitada, pois seria impossível compreender o erro, na perspectiva do programa genético da biologia molecular, através de uma teleologia. (PORTOCARRERO, 2009, p. 81)

O que significa para Canguilhem outra maneira de pensar o erro, sem apelar para um *telos*. Se os erros genéticos se tratam, de certa maneira, de erros da informação no sentido da má adaptação ao meio, tal acontecimento de ordem molecular inexistiria enquanto algo pré-determinado, sua origem é fruto do acaso, da perturbação do próprio sistema informativo, um engano.

A análise filosófica desta questão encontra-se presente no texto intitulado “*Um Novo conceito em Patologia: O Erro*”, no qual Canguilhem sustenta que:

No início, o conceito de erro bioquímico hereditário se baseava na engenhosidade de uma metáfora; ele se baseia, hoje em dia, na solidez de uma analogia. Na medida em que os conceitos fundamentais da bioquímica dos aminoácidos e das macromoléculas são conceitos tirados da teoria da informação, tais como um código ou mensagem, na

medida em que as estruturas da matéria da vida são estruturas de ordem linear, o negativo da ordem é a interversão, o negativo da sequência é a confusão, e a substituição de um arranjo por outro é o erro. (CANGUILHEM, 2020, p. 224)

Diante disso, as anomalias seriam resultado de mutações causadas pelo erro na leitura do código genético, o que faz o ser vivo um “ser” que estaria sempre em processo de adaptação. Por isso Canguilhem resgata suas discussões acerca do *Normal e do Patológico* a partir das novas descobertas da biologia molecular<sup>97</sup>, tratando-a no nível da informação do código genético.

Nesse sentido, a síntese desse pensamento de Canguilhem sobre o conceito de erro pode ser definida da seguinte maneira:

O erro ocorre quando o homem se coloca no lugar errado, numa relação errada com o meio, no lugar errado para receber a informação necessária à sobrevivência, à ação e ao crescimento. Temos que nos movimentar, errar e nos adaptar para sobreviver. Esta condição de errar ou mudar não é meramente acidental ou externa à vida, mas sua forma fundamental. De acordo com esta concepção de vida, o conhecimento é uma busca pela informação correta. Esta informação que só é encontrada, parcialmente, nos genes. Por que e como o código genético é ativado e funciona e quais são seus resultados são questões que, para Canguilhem, só o contexto da vida, o vivo, e a experiência, o vivido, podem responder. (PORTOCARRERO, 2009, p. 82)

Numa espécie de relação entre *Acaso e Necessidade*<sup>98</sup>, parafraseando Jacques Monod, é que o pensamento de Georges Canguilhem assumirá a noção de erro do código genético. Uma ideia pautada pela noção de acaso, intrínseca aos organismos vivos. Não obstante, o erro no nível celular constitui a expressão máxima do acaso em biologia molecular, que afirma inexistir

---

<sup>97</sup>As leituras de Canguilhem em torno da biologia já são um marco para os estudos em epistemologia histórica. Em texto escrito por Michel Morange, intitulado *Georges Canguilhem et la biologie du XX<sup>e</sup> siècle*, encontramos a repercussão do pensamento do filósofo e médico francês nesse campo tão fundamental as chamadas ciências da vida. Morange diz que “Sem dúvida, a epistemologia histórica desenvolvida por G. Canguilhem requer uma lacuna no tempo para poder se desdobrar e o estabelecimento de novas racionalidades só pode ser apreciado com certa retrospectiva. Não deixa de ser surpreendente que, por exemplo, o desenvolvimento da genética - fora a atenção dada por G. Canguilhem aos erros inatos do metabolismo aos quais voltaremos - tenha despertado tão pouco o interesse do historiador. Sem dúvida, os vínculos dessa disciplina com a medicina eram, além do caso anterior, muito frouxos: como a análise genética poderia ajudar o paciente? Da genética, G. Canguilhem guarda uma lição quase única, o destaque das características fundamentais da individualidade. Da mesma forma, se encontramos nos escritos de G. Canguilhem várias referências à embriologia experimental, nada se vê do renascimento, nos anos sessenta, da biologia do desenvolvimento. Apenas os resultados recentes da imunologia são levados em conta por G. Canguilhem, talvez porque certas descrições propostas pelo novoA imunologia ressoa com suas concepções filosóficas: a noção de rede imune, a distinção entre eu e não-eu estão, por meio de sua compreensão holística do funcionamento do ser vivo, em descompasso com a concepção reducionista dominante da biologia contemporânea.” (MORANGE, 2000, p. 85-86)

<sup>98</sup>O Acaso e a Necessidade: Ensaio sobre a filosofia natural da Biologia, título de Jacques Monod escrito em 1970 no intuito de explicar os fenômenos do vivo, levando-as para o campo do filosófico. Podemos sintetizar o texto de Monod sustentando que ele perfaz uma “análise de um lugar-comum que aceita a regularidade e a repetição como traços de todos os objetos artificiais. Iguais e repetitivos são, de fato, um conjunto de automóveis ou de casas fabricadas em série. O irregular, o único, seriam, por sua vez, frutos do acaso, peculiares à natureza: Rios, nuvens, bichos, plantas, homens”. (BOSI, 1971, p. 153)

qualquer valor pré-determinado que atribuía ao erro algo positivo ou negativo, mostrando-nos, portando, que “ a ocorrência de erros é necessária para a redução do nível de redundância nas organizações biológicas, abrindo espaço para a configuração de novas organizações” (FRANCO, 2012, p. 96). O erro é a possibilidade nova para o aparecimento do outro, de acordo com a necessidade do vivo, indicando como a normatividade vital opera em suas mais diversas situações.

### CONSIDERAÇÕES AO CAPÍTULO III

Neste terceiro capítulo buscamos traçar uma história arqueológica da biologia. Indicando suas mudanças, de uma história natural, para uma biologia fundada no conceito de vida. Para isso, abordamos as especificidades trazidas por Michel Foucault sobre o tema, mais especificamente àqueles presentes no livro *As Palavras e as Coisas* (1966), e de Georges Canguilhem, nos *Estudos de História e de Filosofia das Ciências Concernentes aos Vivos e à Vida*. Nesse sentido, consideramos os aspectos semelhantes entre as duas obras, indicando o que cada uma concentra em suas respectivas propostas teóricas. Ao tentarmos apresentar a história arqueológica, pela perspectiva do saber da biologia, devemos considerar suas condições de possibilidade (episteme). Somente no século XIX é que estas condições históricas permitem à biologia aparecer. E que “de acordo com Michel Foucault, o conceito de vida como o entendemos não existia até mais ou menos na mesma época<sup>99</sup>” (MORANGE, 2016, p.23). Indo na mesma linha, entendemos que Canguilhem se ateve também ao estudo do conceito vida, através de uma epistemologia histórica. Canguilhem se estende a outros níveis desta ciência. Desse modo, através de sua pesquisa, traçamos os meandros da ciência biológica, percebendo suas nuances em relação ao conceito vida, bem como os trabalhos de diversos intelectuais que possibilitaram o aparecimento da biologia.

Adentramos, também, brevemente nas interlocuções trazidas pelo pensamento teórico de Friedrich Nietzsche na filosofia de Canguilhem e Foucault. Indicamos, mais adiante, que as discussões trazidas pela genética molecular serão fundamentais para os estudos em filosofia da biologia. No conceito de erro do código genético, Georges Canguilhem encontra uma nova possibilidade para abarcar seus estudos em torno da noção de normal e patológico. Com a publicação do texto que integra a coletânea das *Novas Reflexões Referentes ao Normal e ao Patológico* (1963-1966), cujo título é *Um novo conceito em Patologia: o Erro*, Canguilhem

---

<sup>99</sup>according to Michel Foucault, the concept of life as we understand it did not exist until around the same time.

tornará a nos mostrar a relação organismo-meio, em que o “valor eventual de certos erros bioquímicos inatos provem de uma relação entre o organismo e o meio, assim como o valor de sintoma de certos lapsos ou atos falhos provém” (CANGUILHEM, 2020, p. 230). Tal análise permitirá a Canguilhem revisitar o seu conceito de normatividade biológica, acrescentando as novas possibilidades filosóficas interligadas à noção de erro do código genético. O percurso de Georges Canguilhem passa de uma análise filosófica em torno da errância da vida para os aspectos mais profundos provenientes da noção de erro em genética. Sendo assim, o pensamento seu pensamento nos eleva ao mundo das multiplicidades, das possibilidades, mas também do que há de singular na existência. Errar é apenas parte deste processo vital, que nada tem de anormal ou patológico. O aparecimento de novas formas de vidas é o que “traduz”, *in locus*, a normatividade biológica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação de mestrado tentamos examinar as convergências e dissonâncias entre os pensamentos de Canguilhem e Foucault, sobretudo no que diz respeito à noção de normatividade. Passamos pela produção teórica da história epistemológica no Capítulo 1, indicando, a partir do capítulo 2, as suas repercussões na história arqueológica de Michel Foucault. Há um fio condutor (entre Canguilhem e Foucault) que vincula o modo de conceber a normatividade, nos diversos planos de operação, na forma como elas agem, atuam, tendo em si características próprias. Em ambos sempre se trata de discutir o estado das normas, bem como a natureza de sua força na apreensão dos saberes ou na constituição das ciências. A produção arqueológica de Foucault, desenvolvida durante os anos 60, faz parte de um projeto mais complexo e, como buscamos mostrar, encontra lugar de relação teórica com o pensamento de Georges Canguilhem.

É a partir desta articulação, indicado pela problematização em torno das singularidades da vida, que consideramos haver entre os dois filósofos, Canguilhem e Foucault, um entrelaçamento teórico no que concerne ao conceito de normatividade. Nem para Foucault e nem para Canguilhem, as normas se apresentam como regras formais de aplicação e, principalmente, independentes dos conteúdos desenvolvidos pelos saberes a elas subjacentes. Pelo contrário, elas definem o aparecimento de sujeitos através de processos durante os quais seu material vai se formando aos poucos, sobretudo enquanto objeto dos saberes. Algo que será revisitado por Michel Foucault em sua fase genealógica, ao indicar como a força das normas participa do binômio saber-poder. Canguilhem, por exemplo, sustenta que não é a vida que está sujeita à normas, mas as normas que agem sobre a vida. Esse movimento não é normal no sentido que possa ser atribuído ao julgamento objetivo das ciências da vida, o que torna impossível falar-se numa ciência do normal e do patológico. Em vez disso, devemos considerar que é normativo o fato de todos os sujeitos humanos (vivos) desenvolverem sua singularidade, expressa sua norma em relação com o ambiente.

Por isso é que Canguilhem, problematizará o primado da experiência subjetiva na definição conceitual de saúde e doença. O discurso médico em torno das categorias normal e patológico faz parte do modo de se conceber a doença. Isso será explanado por Foucault “ao considerar que o discurso é aquilo que domina o homem com uma normatividade despótica; mas é também aquilo que deve ser excluído ou reduzido ao silêncio” (ROUANET et all, 1996, p.13).

Esse modo de conceber a normatividade se faz presente no pensamento de Michel Foucault, especialmente nos livros *História da Loucura* (1961), *O Nascimento da Clínica* (1963) e *As Palavras e as Coisas* (1966). Percorremos esse trajeto, ao longo desta dissertação, para mostrar as inflexões desse pensamento de Canguilhem na produção teórica de Foucault dos anos 60. Isso se reflete na ideia de que a norma constitui o objeto de que ela fala. *A História da Loucura*, por exemplo, nos mostra, a partir das mesmas estacas, que a loucura inexistente antes das normas que definem a razão (através da produtividade das normas). Essas normas são instituídas, aceitas, mantidas ou, até mesmo, contestadas, pelas práticas do saber psiquiátrico, em especial a prática do internamento, que constitui a imanência das normas (ênfase que Foucault dará nos anos 70). As leituras de Roberto Machado nos auxiliaram a entender melhor o aspecto da normatividade e como ela se expressa no percurso da história arqueológica de Michel Foucault nos anos de 1960.

Vejamos,

Abolindo o julgamento recorrente, a arqueologia não abandona a exigência da normatividade postulada pela história epistemológica. O que faz é deslocar e modificar os critérios, com o objetivo de estabelecer princípios históricos de organização dos discursos. E isso de modo diferente em cada pesquisa arqueológica: em *História da Loucura* pelo julgamento da percepção e do conhecimento da loucura a partir da **experiência originária tomada como norma**; em *O Nascimento da Clínica* pelo balizamento de uma ruptura arqueológica entre dois tipos históricos de medicina a partir da análise do olhar loquaz considerado como dimensão de profundidade do conhecimento; em *As palavras e as coisas* pelo estabelecimento da ordem interna constitutiva dos saberes em sua positividade a partir da episteme concebida como critério de ordenação. (MACHADO, 2007, p. 166. Grifos nossos)

Essa assertiva implica em reanalisar a relação da vida, enquanto algo natural, com as práticas sociais que dela falam. Ou seja, esse percurso da arqueologia da percepção sustenta que as normas sociais e as normais vitais se combinam no intuito de intervir na existência do louco e da loucura, devendo-se ressaltar que não é a psiquiatria que fala da loucura, já que ela não pode ser reduzida ao discurso psiquiátrico. O caráter biológico da vida não impõe sua norma no interior da sociedade, bem como o social não pode determinar a vida. O ser humano existe pela plasticidade, pelo devir, pois ele é único. Desse modo é que Canguilhem concebe o poder da vida em gerar normas. Por isso, ressalta Macherey que “o poder de viver, na medida em que se tornou poder humano, se dá em formas [...] que atendem a condições que são aquelas que definem a constituição do ambiente humano por meio sua história”. (MACHEREY, 2009,

p. 130)<sup>100</sup> Nesse sentido, as normas passam a ser desenvolvidas incessantemente, confrontando-se com o ambiente, entendido como natural e social.

No que concerne a Foucault,

Mais que tudo, mais importante mesmo que a defesa da descontinuidade, foi a negação da essência de categorias, conceitos e "realidades". Em nossa opinião, a questão da descontinuidade reduz-se a mero problema formal se comparado à concepção, tão fecunda para a renovação da ideia de processo histórico, de que não existem categorias e realidades conaturais ao homem ou à cultura, mas definidos pela sua própria historicidade e, portanto, assumindo papéis diferentes -ou sequer existindo - em outras historicidades. Tal concepção não nos remete, como já se supôs, a qualquer historicismo, sobretudo hegeliano ou marxista, mas à concepção existencial, à Heidegger, de historicidade. É irrelevante discutir a existência ou não de uma genealogia entre eles: mais significativo é perceber que a historicidade foucaultiana implica afirmar a radicalidade da existência histórica do homem, isto é, a rejeição dos resquícios de idealismo ou de realismo: nega, portanto, as concepções e as práticas historiográficas delas consequentes, o que inclui as grandes metodologias sociais do século XIX. (WEHLING, 1992, p.157)

Isso significa, portanto que para Foucault não podemos afirmar existir um sujeito humano entendido como normal, que preexiste ao processo de normalização oriundo das formas sociais e históricas. Ou seja, o indivíduo seria “uma singularidade que só aparece ou se destaca de seu pano de fundo, vinculando o sujeito [...] ao processo global que o constitui ao normalizá-lo”<sup>101</sup>(MACHEREY, 2009, p. 80). Portanto, o sujeito normal ou anormal só passa a existir sobre o pano de fundo das práticas sociais e dos saberes que os determinam como louco, doente, bandido. Para Canguilhem e Foucault, não se trata, afinal, de considerar o caráter indefectível de aprisionamento dos sujeitos pelas normas. Os dois filósofos assumem que os sujeitos são transformados através do modo como passam a ser considerados pelas normas. Porém, a compreensão deste entrelaçamento íntimo das normas e da vida acaba tornando possível que se abram espaços de resistência através de novas formas de vida. Isso constitui o processo operacional da normatividade que nos leva a compreender que “a atividade normativa – entendida como capacidade de julgar e qualificar fatos em relação a uma norma, ou seja, de instituir normas – é, antes de tudo, uma propriedade da vida” (CZERESNIA, 2012, p.13).

Esse trajeto do pensamento de Canguilhem parece-nos compatível com a proposta da história arqueológica de Michel Foucault, sobretudo quando busca pensar o funcionamento do discurso científico e sua função “normativa” a partir da ordem do saber ou do discurso de um

---

<sup>100</sup> le pouvoir de vivre, en tant qu’il est devenu pouvoir humain, s’effectue dans des formes [...] qui répondent à des conditions qui sont celles définissant la constitution du milieu humain à travers son histoire.

<sup>101</sup>est une singularité qui n’apparaît ou ne se détache que son fond d’appartenance, liant le sujet [...] au processus global qui le constitue en le normalisant.

solo histórico. Para Canguilhem, a instituição de normas, muitas vezes, faz parte do processo de ocultamento de algumas formas de vida, sustentando como há determinada relação entre o valor e o ideal normativo que ele produz.

Diz o filósofo em *O normal e o Patológico* (1943) que:

A não ser que admitamos que as condições de uma experiência não tem influência sobre a qualidade de seu resultado - o que está em contradição com o cuidado para estabelecê-las -, não se pode negar a dificuldade que existe em comparar as condições experimentais às condições normais, tanto no sentido estatístico quanto no sentido normativo da vida dos animais e do homem. (CANGUILHEM, 2020, p. 97)

Ao tratar dos aspectos normativos que incidem sobre os sujeitos e sua constituição, tanto Foucault como Canguilhem nos mostram o lado obscuro dos saberes. Uma leitura que nos coloca defronte ao surgimento do homem normal é a de Gillaume le Blanc (2009, p.16) que diz ser este “antes de tudo esta nebulosa que emana das estruturas sociais da vida, uma imagem da vida antes mesmo da vida que bastaria projetar na própria vida para ter razão, para ser um homem normal”<sup>102</sup>. Nesse sentido, teria a norma seu lugar na ambiguidade, em um sentido qualitativo, que delimita o homem - branco - ocidental - casado - trabalhador - integrado.

Podemos correlacionar essa produção teórica com o percurso da história arqueológica de Michel Foucault, que concebeu a norma a partir de olhares específicos. Concordamos com Pierre Macherey, que assume a existência da norma nos trabalhos de Michel Foucault.

Diz Macherey que:

Se assim for, podemos considerar que a problemática que norteou toda a obra de Foucault se encontra na intersecção dessas duas linhas de escolha: uma diz respeito à relação da norma com seus 'objetos', relação que pode ser externa ou interna, consoante se refira a uma fronteira (é a norma no sentido jurídico) ou a um limite (é a norma no sentido biológico); a outra diz respeito à relação da norma com seus 'sujeitos' que, ao mesmo tempo em que os exclui ou integra segundo a primeira relação, os desqualifica ou os identifica, em termos de ignorância ou de reconhecimento, para colocá-los n'outro lado que o padrão separa ou distingue.<sup>103</sup> (MACHEREY, 2009, p. 74)

<sup>102</sup>“...d’abord cette nébuleuse qui sourd des cadres sociaux de vie, une image de la vie avant même la vie qu’il suffirait de projeter sur sa propre vie pour être dans le vrai, pour être soi-même un homme normal”.

<sup>103</sup>Si cela est exact, on peut considérer que la problématique qui a dirigé l’ensemble du travail de Foucault se trouve à l’intersection de ces deux lignes de choix: l’une concerne le rapport de la norme à ses 'objets', rapport qui peut être externe ou interne, selon qu’il se réfère à une borne ( c’est la norme au sens juridique) au à une limite ( c’est la norme au sens biologique); l’autre concerne le rapport de la norme à ses 'sujets' qui, en même temps qu’il exclut ou intègre ces derniers selon premier rapport, les disqualifie ou les identifie, en termes de méconnaissance ou reconnaissance, de manière à les placer de l’un ou l’autre côté que la norme sépare ou distingue.

Em certo aspecto, há premissa normativa (porém, sempre histórica, jamais essencialista ou fundacional) que perfaz as ideias de experiência fundamental da loucura (*História da Loucura*), da transição de uma protoclínica à anatomoclínica que se estrutura pelo olhar médico (*O nascimento da Clínica*) e, por fim, as condições de possibilidade para o surgimento dos saberes-episteme (*As palavras e as Coisas*). Dessa forma, a norma se revela de modo diferente em cada uma dessas etapas desta trajetória arqueológica, conforme o domínio estudado.

No contexto da história da loucura, a própria norma antecede a categoria normal, pré-indicando aquele que será considerado louco. Por isso, os processos de fundamentação psiquiátrica da loucura, como esta é percebida pelo saber psiquiátrico, colocam em evidência, antes, táticas de normalização. Para Michel Foucault existem transformações que estruturam as subjetividades e que, de maneira opaca, passam a regular gestos, modos, e comportamentos específicos. No entanto, uma cultura sempre é permeada por uma ordem muda que define sujeitos e objetos, que valida ou invalida códigos linguísticos, perceptivos e práticas. O ser bruto da ordem que daí se instaura uma distância em relação à transparência das coisas.

Ele instaura certa normatividade:

Uma cultura, afastando-se insensivelmente das ordens empíricas que lhe são prescritas por seus códigos primários, instaurando uma primeira distância em relação a elas, fá-las perder sua transparência inicial, cessa de se deixar passivamente atravessar por elas, desprende-se de seus poderes imediatos e invisíveis, libera-se o bastante para constatar que essas ordens não são talvez as únicas possíveis nem as melhores (...) coisas que são em si mesmas ordenáveis, que pertencem a uma certa ordem muda (...) o ser bruto da ordem. É em nome dessa ordem que os códigos da linguagem, da percepção, da prática são criticados e parcialmente invalidados. (FOUCAULT, 2000, p.XV)

Assim, para que haja certa transformação na episteme é necessário que o ser bruto da ordem seja reconfigurado historicamente. Mais tarde, quando Foucault irá se debruçar sobre os processos de normalização no âmbito das práticas sociais e institucionais, perceberá que cada época constitui o sujeito a partir dos dispositivos (discursos, práticas) de uma época. A partir disso que ocorre o aparecimento do dispositivo da sexualidade ou o dispositivo do panóptico. O sentido comum da norma, no âmbito da valoração subjetiva, se coloca através do nexos que inclui e separa indivíduos por meio de técnicas disciplinares. Avaliados pelos saberes, pelas categorias normal e anormal, desordenados e desviantes.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a Crítica do Sujeito**. Curitiba: UFPR, 2008.
- ALMEIDA FILHO, Naomar. **O que é Saúde?** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.
- BILLOUET, Pierre. **Foucault**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- BONETTI, Albertina. O ser doente: Uma Reflexão à luz de Georges Canguilhem. in: **Pensar a Prática**. V.7, p. 45-58, Mar.2004.
- BOCCA, Francisco Verardi; ARMILIATO, Vinícius. **Um lugar para o Singular: Georges Canguilhem em Perspectiva**. Curitiba: CRV, 2020.
- BOSI, Alfredo. Acaso, necessidade. In: **Discurso**, n.º 2. Depto. de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1971.
- BRANCO, Guilherme Castelo. **Michel Foucault: Filosofia e Biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BRAUNSTEIN, Jean-François (dir.); MOYA DIEZ, Iván (dir.); et VAGELLI, Matteo (dir.). **L'épistémologie historique: Histoire et méthodes**. Nouvelle édition [en ligne]. Paris : Éditions de la Sorbonne, 2019
- BURKE, Peter. L'histoire sociale des rêves. In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 28e année, N. 2, 1973, p.329-342.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando uma vida é Passível de Luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CAMPOS, Maria Elisa. Norma Versus Subjetividade: O Legado de Canguilhem. **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**, 9(18), 61-71. Rio de Janeiro, mai. a out. 2014.
- CANDIOTO, César. Notas sobre a Arqueologia de Foucault em As palavras e as Coisas. In: **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 21, n. 28, p. 13-28, jan. /jun. 2009
- CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a Crítica da Verdade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CANGUILHEM, Georges. Sur l'Histoire de la folie en tant qu'événement. In: **Débat**, 1986/4, n° 41, p. 37-40.
- CANGUILHEM, Georges. **O Conhecimento da Vida**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- CANGUILHEM, Georges. **Estudos de História e de Filosofia das Ciências Concernentes aos vivos e à vida**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- CANGUILHEM, Georges. Michel Foucault: A morte do homem ou esgotamento do Cogito? In: GUTTING, Gary. **Foucault**. São Paulo: Ideias e Letras, 2016.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

- CASSOU-NOGUÈS, Pierre; GILLOT, Pascal. **Le concept, le sujet et la Science: Cavailles, Canguilhem et Foucault.** Paris: Librairie Philosophique J. Vris, 2011.
- CAVALCANTE, Ricardo Max L. As rupturas epistemológicas nas Ciências da Vida segundo a Arqueologia de Michel Foucault. In: **Kínesis**, Vol. XIII, n° 35, dezembro 2021, p.298-315.
- CHAUVENETT, Antoinette. A Lei e O corpo. In: **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 15(Suplemento):17-56, 2005.
- CZERESNIA, Dina. **Categoria Vida: Reflexões para uma nova Biologia.** São Paulo: UNESP, 2012.
- CZERESNIA, Dina. **Os Sentidos da Saúde e da Doença.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault.** Trad. Claudia Sant'anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2019.
- DELAPORTE, François. "Naissance de la Clinique: Une Arqueologie du Regard Médical". Texte établi, présenté et annoté par François Delaporte. In: FOUCAULT, M. **Oeuvres.** Éditions Gallimard, 2015, vol.1.
- DEBRU, Claude. **Au-delà des normes: La normativité.** Paris: Hermann, 2015.
- ESCOBAR, Carlos Henrique (org). **O Homem e o Discurso. (A arqueologia de Michel Foucault).** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008.
- FLYNN, Thomas. O mapeamento da História por Foucault. In: GUTTING, Gary. **Foucault.** São Paulo: Ideias e Letras, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Clínica.** Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e As coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas.** Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. A vida: A experiência e a Ciência. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica.** Trad. José Teixeira Neto. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- FONSECA, Márcio Alves Da. **Michel Foucault e O Direito.** São Paulo: Saraiva, 2012.
- FRANCO, Fábio Luis Ferreira Nobrega. **A Natureza das Normas: O vital e o social na Filosofia de Georges Canguilhem.** 2012. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FREIRE, Rosália. **A questão da “normalidade/anormalidade” e sua interface com a Síndrome de Down.** III Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVIII Jornadas de Investigación Séptimo Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

GIANNOTTI, José Arthur. Dois Jogos de pensar, **Revista Novos Estudos**, julho de 2006, pp. 49-58.

GUTTING, Gary (org). **Foucault.** São Paulo: Ideias e Letras, 2016.

HAN, Beatrice. **L’ontologie manquée de Michel Foucault: Entre l’historique et le transcendantal.** Grenoble: Jérôme Millon, 1998.

HACKING, Ian. **Ontologia Histórica.** São Leopoldo: Unisinos, 2009.

JACOB, François. **A Lógica da Vida: Uma História da Hereditariedade.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

JÚNIOR, Oswaldo Giacoia. **Nietzsche: O Humano como Memória e como Promessa.** Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

JÚNIOR, Ronaldo Porto M. Foucault: O poder e O Direito. **In: Tempo Social.** Ver. Sociol.USP, S. Paulo. 151- 176, 1990.

KOIDE, Kelly. A Plasticidade da Normatividade: Reflexões sobre a Vida Biológica e a Vida Social com a Doença de Chagas. **In: PRACS**, Macapá, v. 12, n. 1, p. 153-173, jan./jun. 2019.

LE BLANC, Guillaume. **Canguilhem et Les normes.** Paris: PUF, 2008.

LE BLANC, Guillaume. **Canguilhem et la vie humaine.** PUF, 2010.

LE BLANC, Guillaume. L’invention de l’homme moderne. Une lecture de Michel Foucault. **In: Dans Philosophie** 2011/2 (n° 109), pages 60 à 73.

LEBRUN, G. A Filosofia e sua História. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

LECOURT, Dominique. **Que sais-je? Georges Canguilhem.** Paris: PUF, 2016.

LIVET, Pierre. **Les Normes.** Paris: Armand Colin, 2006.

LOPES, Sônia. **Biologia Volume Único.** Rio de Janeiro: FNDE, 2005.

MACHADO, Roberto. Archéologie et épistémologie. **In: CANGUILHEM, G. (Org.). Michel Foucault Philosophe: rencontre internationale.** Paris: Seuil, 1988. p. 15-32.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o Saber.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MACHADO, Roberto. **Impressões de Michel Foucault.** São Paulo: N-1, 2017.

MACHEREY, Pierre. **De Canguilhem à Foucault: La Force des Normes.** Paris: La Fabriques, 2009.

- MAGALHÃES, Gildo. A ciência é uma ideologia?. In: *Intelligere*, V. 2, N.1, 2016, p. 100-111.
- MASCARO, Alysson Leandro. Canguilhem: saúde, doença e norma. In: *Veritas*, Porto Alegre, v. 65, n. 1, p. 1-15, jan. –mar, 2020.
- MAY, Todd. A relação de Foucault com a Fenomenologia. In: GUTTING, Gary. **Foucault**. São Paulo: Ideias e Letras, 2016.
- MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre normalidade e desvio social. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 13/14: 109-126, 2002/2003.
- MONOD, Jacques. **La hasard et la nécessité: essai sur la philosophie naturelle de la biologie moderne**. Paris: Editions du Seuil, 1970.
- MORANGE, Michel. Georges Canguilhem et la biologie du XXe siècle. In: **Revue d'histoire des sciences**, tome 53, n°1, 2000. pp. 83-106.
- MORANGE, Michel. **A History of Biology**. Princeton: Princeton University Press, 2016.
- NALLI, Marcos. **Focault e a Fenomenologia**. São Paulo: Loyola, 2006.
- NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo**. Tradução, notas e posfácio J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- NUNES, Benedito. **Ensaio Filosóficos**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.
- PORTOCARRERO, Vera. org. **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.
- PORTOCARRERO, Vera. Instituição Escolar e Normalização em Foucault e Canguilhem. In: **Educação e Realidade**. 29(1):169-185 jan/jun 2004.
- PORTOCARRERO, V. **As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.
- PRADO JÚNIOR, Bento. **Erro, Ilusão, Loucura**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- PUTTINI, Rodolfo F; JÚNIOR, Alfredo Pereira. Além do mecanicismo e do vitalismo: a “normatividade da vida” em Georges Canguilhem. In: **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(3):451-464, 2007.
- RABINOW, Paul; DREYFUS, Herbert. **Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- RAMMINGER, Tatiana. Entre a Normatividade e a Normalidade: Contribuições de G. Canguilhem e M. Foucault para as práticas de saúde. In: **Mnemosine** Vol.4, n°2, p. 68-97 (2008).

- RIBEIRO, Carlos Eduardo. Descaminhos Arqueológicos da Descontinuidade e da Recorrência em Foucault. In: **Griot : Revista de Filosofia**, Amargosa - BA, v.15, n.1, p.251-276, junho, 2017.
- ROUANET, Sérgio Paulo (at all). **O Homem e O Discurso (A Arqueologia de Michel Foucault)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- SAFATLE, Vladimir. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. In: **scientiæ studiae**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 11-27, 2011.
- SAFATLE, Vladimir. Uma certa latitude: Georges Canguilhem, biopolítica e vida como errância. In: **scientiæ studiae**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 335-67, 2015.
- SAFATLE, Vladimir. **O Círculo dos afetos: Corpos Políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SABOT, Philippe. De Foucault à Macherey, penser les normes. In: **Journals openedition**, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/methodos/4652>. Acesso em 2021.
- SANTOS ALMEIDA, Tiago. **Canguilhem e a gênese do possível: Estudo sobre a historização das ciências**. São Paulo: LiberArs, 2018.
- SANTOS, Danilo dos. **Investigação acerca do conceito de Vida segundo a Relação entre Normalidade e Patologia na Obra de Georges Canguilhem** - Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, 2019.
- SCLIAR, Moacyr. **A paixão transformada: História da Medicina na Literatura**. São Pulo: Companhia das Letras, 1996.
- SFARA, Emiliano. **La philosophie de Georges Canguilhem à travers son enseignement, 1929-1971: examen du concept d'action. Philosophie**. Université Paul Valéry - Montpellier III, 2015. Français
- SEPE, Fernando. **Foucault, o ethos e o pathos de um pensamento**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos: UFSCAR, 2016.
- SOUTO, Caio. Direito e Illegalismos: Reflexões sobre a normalização na Obra de Michel Foucault. In: **Kínesis**, Vol. II, n° 04, Dezembro-2010, p. 23-39.
- SOUTO, Caio. Norma, Normal e Anormal em Canguilhem e Foucault. In: **Anais do Seminário dos Estudantes da Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar**, IX Edição (2013).
- SOUTO, Caio. **Canguilhem: O dever de um pensamento**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos: UFSCAR, 2019.
- SOUTO, Caio. O Impacto da Teoria Genética Sobre a Filosofia de Georges Canguilhem. In: **PERI**. Florianópolis/SC, Brasil, v. 12 n. 01, 2020. p. 241 – 262.

- SOUTO, Caio. Foucault e Filosofia do Conceito. In: **Pensando-Revista de Filosofia**, Vol.12, Nº25, 2021.
- TALCOTT, Samuel. **Georges Canguilhem and the problem of error**. Estados Unidos: Philadelphia: Palgravre Macmillan, 2019.
- VEYNE, Paul. **Foucault: Seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011.
- VÁZQUEZ GARCIA, Francisco. **Foucault: La história como crítica de la razón**. Barcelona: Montesinos, 1995.
- VÁZQUEZ GARCIA, Francisco. **Georges Canguilhem: Vitalismo y Ciencias Humanas**. Cadiz: Editorial UCA, 2018.
- VERMEREN, Patrice. O erro, o conceito, o vivente: Georges Canguilhem no momento filosófico francês da segunda metade do século XX. In: ARMILIATO, Vinícius; BOCCA, Francisco (org). **Um lugar para o Singular: Georges Canguilhem em Perspectiva**. Curitiba: CRV, 2020.
- WEHLING, Arno. Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da História. In: **Estudos Históricos**, v. 5 n. 10 (1992): Teoria e História.
- WOLFF, Francis. Foucault, l'ordre du Discours et la Verité. In: MARQUES, Edgar da R. at all. **Verdade, Conhecimento e Ação**. São Paulo: Loyola, 1999.